

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE
RIBEIRÃO PRETO

GIULIANA TAVARES KOYAMA

Os negócios sociais e o empoderamento dos pobres

Ribeirão Preto

2014

Prof. Dr. Marco Antônio Zago
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Dante Pinheiro Martinelli
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Profa. Dra. Sonia Valle Walter Borges de Oliveira
Chefe de Departamento de Administração / FEA-RP

GIULIANA TAVARES KOYAMA

Os negócios sociais e o empoderamento dos pobres

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade de
Ribeirão Preto da Universidade de São
Paulo para a obtenção do título de
Bacharel em Administração de Empresas.

Área de concentração: Ciências Sociais
Aplicadas

Orientadora: Prof^a. Dra. Valquíria Padilha

Ribeirão Preto

2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

1.

Nome: Koyama, Giuliana Tavares

Título: Os negócios sociais e o empoderamento dos pobres

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade de
Ribeirão Preto da Universidade de São
Paulo para a obtenção do título de
Bacharel em Administração de Empresas.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profª. Drª. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profª. Drª. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profª. Drª. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Dedico a todos que acreditam que é possível vivermos num mundo sem pobreza, na liberdade de sermos humanos uns para com os outros, onde todos tenham o direito de serem felizes, pois, enquanto houver uma só pessoa privada disso todos nós o estaremos também, porque, “eu sou o que sou pelo o que nós somos”, *ubuntu*.

AGRADECIMENTOS

São inúmeras as pessoas a quem devo agradecer a compreensão, a força e apoio que me deram para a realização deste trabalho. Agradeço as orações e vibrações que me trouxeram luz nos momentos de superação. Aos meus pais, Silvia e Maurício, pelo apoio e companheirismo em minhas empreitadas. À minha orientadora, Valquíria, por ouvir minhas inquietações e fazer-me provocações ainda maiores e ainda ter tempo para corrigir as minhas vírgulas. Às professoras Fabiana e Perla pelas preciosas contribuições e reflexões. Aos meus amigos e irmãos de caminhada, pela torcida, pela troca de artigos, livros e inspirações. Ao CVU (Centro de Voluntariado Universitário), uma das melhores empreitadas que poderia ter realizado ao lado de pessoas especiais que tive o prazer de compartilhar a experiência de ubuntu. A todos da cooperativa ACÁCIA que me acolheram com generosidade e calor. À USP que neste percurso acadêmico me abriu portas para o mundo e para o conhecimento.

Aos grandes homens e mulheres que passaram pela terra e semearam nela todo tipo de virtudes do amor, por meio de pensamentos, de palavras e ações, deixaram a sua marca e me inspiraram e inspiram a muitas outras pessoas a trabalharem para a que vivamos em comunhão e liberdade.

“[...] **os seres humanos não são máquinas de fazer dinheiro.**
O fato essencial a respeito dos humanos é a **multidimensionalidade.**
Sua felicidade provém de muitas fontes, não apenas de fazer dinheiro.”

Muhammad Yunus

RESUMO

Este trabalho buscou identificar de que maneira os negócios sociais, tal como conceitua Yunus (2010), são capazes de empoderar os pobres produzindo impactos sociais em suas vidas. Para isso, foi escolhida uma Cooperativa de catadores na cidade de Araraquara, interior de São Paulo, Realizou-se primeiro uma revisão bibliográfica sobre o tema da pobreza suas causas e conceituações, o levantamento dos números da pobreza no Brasil e no mundo como das possíveis soluções para o seu fim, sendo os negócios sociais, nova forma de empreendimento econômico, dentro do capitalismo, totalmente voltados à resolução de problemas sociais, sendo os pobres clientes e/ou empreendedores desses negócios conferindo-lhes o poder para mudarem seus destinos. Este fenômeno de atribuição de poder a grupos de pessoas marginalizadas permitindo-lhes melhorarem suas vidas pode ser entendido como empoderamento. No contexto brasileiro, organizações com características dos negócios sociais podem ser identificadas dentro da economia solidária (Singer, 2002), na perspectiva dos empreendimentos solidários. O conceito de negócios sociais ainda não apresentou um consenso entre os pesquisadores no mundo. Porém, podem ser divididos em duas grandes ênfases: a ênfase de mercado e a ênfase social. Para este trabalho, buscou-se analisar o empoderamento dos pobres a partir de um empreendimento de ênfase social, uma cooperativa de catadores, utilizando a metodologia etnográfica. Além da observação com registro em diário de campo, um grupo de cooperados foi investigado mais de perto, por meio de entrevistas em profundidade. As entrevistas buscaram conhecer o contexto familiar no passado, aspectos do trabalho na cooperativa, o contexto atual e as perspectivas de futuro para análise de empoderamento na trajetória de vida dos cooperados envolvidos nesse tipo de organização.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Diagrama das síndromes de autorreforço na transição de um estado de mal-estar para um estado de bem-estar, Chambers (2007).	27
Figura 2 - <i>Web of poverty's disadvantages</i> (Teia das desvantagens da pobreza). Fonte: Chambers (2007)	32
Figura 3 - <i>Development as good change from illbeing to wellbeing</i> (Desenvolvimento como mudança boa do mal-estar para o bem-estar). Fonte: Chambers (2007)	34
Figura 4 - Componentes do índice de desigualdade de gênero. Fonte: RDH 2010.....	37
Figura 5 - Componentes do índice de pobreza multidimensional. Fonte: RDH 2010....	38
Figura 1 - Cadeia de Valor da Cooperativa Acácia (contexto). Fonte: A autora	85
Figura 2 - Monte dos rejeitos na Cooperativa. Fonte: Arquivo pessoal da autora	87
Figura 3 - Bags com materiais separados por tipo e cor, na Cooperativa. Fonte: Arquivo pessoal da autora.....	88
Figura 4 - Foto de satélite da área onde funciona a cooperativa Acácia (região em amarelo) e o seu entorno. Fonte: Wikimapia.....	88
Figura 5 - Processo produtivo da Cooperativa Acácia. Fonte: A autora	89
Figura 6 - Caminhão da coleta descarregando o material recolhido nas ruas para o "monte" onde é feita a pré-triagem do material, na Cooperativa. Fonte: arquivo pessoal da autora.	90
Figura 7 - Trator que organiza os materiais selecionados que irão para a esteira. Fonte: arquivo pessoal da Autora	90
Figura 8 - Motocana que deposita os materiais na 1ª esteira de triagem, na Cooperativa.	91
Figura 9 - Braço mecânico que administra o fluxo de materiais que entram na esteira a fim de evitar travamentos	91
Figura 10 - 1ª Esteira de Triagem.....	92
Figura 11 - Bags onde os materiais selecionados "caem"	93
Figura 12 - 2ª Esteira de Triagem (ainda muitos materiais são recolhidos após a 1ª triagem).....	93
Figura 13 - Fardos de PET (separados por cor).....	94

Figura 14 - Prensa Grande - Fruto de financiamento da FUNASA	94
Figura 15 - Monte do Rejeito (materiais não reaproveitáveis).....	95
Figura 16 - Cooperado trabalhando com o uniforme sem medo de ser flagrado "pegando no batente", ainda “no estilo”, com chapéu e tudo	96
Figura 17 - Galpão de beneficiamento do Isopor, na Cooperativa.....	97
Figura 18 - Tarugos de Isopor derretido e condensado	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - MDER brasileiros desde 1990. Fonte: FAO	29
Tabela 2 - Classes de renda segundo comissão da SAE. Fonte: SAE.....	41
Tabela 3 - Comparativo entre estratificações da população brasileira: grau de vulnerabilidade vs. critério brasil. Fonte: SAE, 2012.	42
Tabela 4 - Definição das classes sociais. Fonte Neri (2008)/FGV	43
Tabela 5 - O IDH e seus componentes por região e agrupamentos por IDH, 2012. Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano (2013),.....	45
Tabela 6- Índice de condições de Vida no Município de Ribeirão Preto. Fonte: SEADE, 2014	56
Tabela 7- Principais Iniciativas do Gov. Federal para o cumprimento da meta de Erradicação da fome e pobreza . Fonte: Relatório Nacional do Acompanhamento dos ODM, 2010.....	59
Tabela 8 - Principais abordagens para os Negócios Sociais. Fonte Comini et.al (2012), nossa tradução	68
Tabela 9 - Levantamento das definições para Negócios Sociais/Negócios Inclusivos/Negócios de Impacto Social etc pelas principais organizações nacionais e internacionais. Fonte: Naigeborin (2010) adaptado pela autora.....	70
Tabela 10 - Diferenças entre a ênfase de mercado e a ênfase social para os Negócios Sociais. Fonte: Comini et al (2012).....	71
Tabela 11 - Principais elementos de Geração de Valor. Fonte Portocarrero e Delgado (2010, apud Comini, 2011).....	74

LISTA DE SIGLAS

Abep Associação Brasileira de Empresas e Pesquisas	OMS Organização Mundial da Saúde
BM Banco Mundial	ONG Organização Não governamental
BoP Base da pirâmide	ONU Organização das Nações Unidas
BPC Benefício de Prestação Continuada	PBF Programa Bolsa Família
Cepal Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe	PIB Produto Interno Bruto
ES Economia Solidária	Pnud Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
FAO <i>Food and Agriculture Organization of United Nations</i>	PPC Paridade com o Poder de Compra
IDG Índice de Desigualdade de Gênero	PQLI Physical Quality Of Life Index
IDH Índice de Desenvolvimento Humano	PSDB Partido da Social Democracia Brasileira
IDHAD Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade	PT Partido dos Trabalhadores
IPH Índice de Pobreza Humana	RDH Relatório do Desenvolvimento Humano
IPM Índice de Pobreza Multidimensional	SAE Secretaria de Assuntos Estratégicos
kcal Quilocalorias	SEADE Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
MDER <i>Mimum Dietary Energy Requirements</i>	SENAES Secretaria Nacional de Economia Solidária
NCM Nova Classe Média	SUAS Sistema Único de Assistência Social
NCM Nova Classe Média	TCC Trabalho de Conclusão de Curso
ODM Objetivos do Milênio	UE União Europeia

SUMÁRIO

Introdução.....	15
capítulo 1	20
ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA POBREZA NO MUNDO E NO BRASIL.....	20
1.1. Relações entre pobreza e classes sociais.....	38
1.2. Dados sobre pobreza no mundo e no Brasil	45
1.3. Pobreza no Estado de São Paulo.....	52
1.4. Propostas encontradas para sair da pobreza.....	57
Capítulo 2	62
NEGÓCIOS SOCIAIS, EM BUSCA DE UM CONCEITO.....	62
Capítulo 3	77
Caminhos percorridos e achados da pesquisa.....	77
3.1. Os sujeitos da pesquisa.....	78
3.2. O Campo de pesquisa	80
3.3. O perfil dos cooperados e dos sujeitos da pesquisa.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
ANEXO I.....	123

INTRODUÇÃO

Podemos nos perguntar: afinal por que existe pobreza? O que seria exatamente? Quais são as suas causas? É possível extingui-la?

A pobreza pode ser definida a partir de diversos prismas, a sua discussão perpassa tanto aspectos subjetivos, como a falta de acesso a direitos quanto aspectos bem concretos, como a fome, que é a realidade de mais 1,2 bilhões¹ de pessoas no mundo que vivem com menos de 1,25 dólares por dia - o que é considerada a linha da miséria pela ONU. No Brasil, falamos em 8,5 milhões de pessoas² pobres, o que se agrava pelo cenário das gritantes desigualdades sociais na 7ª maior economia do mundo. A partir de 1990, a ONU convida a todos os países para se voltarem a discussão do Desenvolvimento Humano, acordando com os países membros uma declaração de comprometimento de combate a fome e a miséria no mundo e estabelecendo, em comum acordo, os 08 Objetivos do Milênio, sendo o primeiro deles ligado a erradicação da fome e extrema pobreza.

O tema da pobreza encontra-se profundamente ligado à história do capitalismo com o surgimento das ciências sociais como método de estudo científico dos desdobramentos causados pelas revoluções francesa e industrial. A primeira, trazendo grandes transformações no pensar, emergindo as questões da liberdade e da igualdade, e da democracia, culminando com o surgimento da declaração universal dos direitos dos homens. A segunda, um marco para a vida moderna, com a inserção de inovações tecnológicas que modificaram dramaticamente as formas de organização e relações do trabalho como também da estrutura social: a conseqüente migração do campo para as cidades, o crescimento da urbanização e um admirável aumento da populacional, começaram a gerar problemas sociais que os pensadores da época não conseguiam explicar. Assim também, o surgimento de novos papéis sociais: do capitalista (o empresário que é dono das empresas e das máquinas e que compra o trabalho dos outros) e do operário (o trabalhador que não possui nada além de sua força de trabalho e

¹ Relatório do Desenvolvimento Humano, 2013 p.98

² Relatório Nacional do Acompanhamento dos Objetivos do milênio, 2010 p.23

precisa vendê-la para se sustentar). Este novo sistema acentuou ainda mais a diferença entre ricos e pobres (HUBERMAN, 1986). Mas, afinal, quais eram (e são) as causas da miséria humana? Os sistemas? As fatalidades? As características intrínsecas das pessoas?

Uma primeira linha para tratar do assunto partiu da questão da fome, ou seja, uma perspectiva nutricional e de renda, surgindo assim a abordagem mais comum e até hoje difundida da determinação das linhas de indigência e de pobreza, que determinam os valores mínimos para uma dieta de subsistência, no caso da extrema pobreza e, para o caso da pobreza considera o valor de uma cesta de necessidades essenciais tais como roupa, moradia, acesso a saúde e outros serviços. Ainda houve um contexto moral que circundou o entendimento da situação de pobreza, classificando a em digna ou indigna, involuntária ou voluntária, centradas no caráter dos indivíduos, encontrou reforço na teoria malthusiana do descompasso entre o crescimento populacional e a produção de alimentos em parte apoiada pela lógica protestante da prosperidade material e do trabalho como reconhecidas virtudes, sendo também discutida, a partir da perspectiva cristã do auxílio ao próximo e prática da caridade.

Atualmente, a abordagem mais plausível para causas da pobreza advém da análise estrutural, ou seja, dos sistemas concebidos pela sociedade para sua organização e produção, partimos, então, para uma discussão que vai além do caráter puramente monetário ou mesmo moral, mas, multidimensional, introduzindo a questão da qualidade de vida e das privações de liberdades como elucida Sen (2000). Chambers (2007) identifica a existência de uma rede de desvantagens da pobreza composta por 12 dimensões relacionadas às aspectos da pobreza que interagem entre si e se autorreforçam de forma a estabelecer uma má experiência de vida, ou um estado de mal-estar cíclico.

Em termos de pobreza, o mundo apresenta grandes discrepâncias regionais, com a África e o Sul da Ásia na liderança das desigualdades. Situação similar se apresenta no Brasil, altos níveis de exclusão social, maior incidência da pobreza entre negros e pardos, sendo geograficamente localizada nas regiões norte e nordeste do país. Embora o atingimento das metas dos ODM revelem resultados significativos para o Brasil – uma redução de 25,5% para 3,5% da população em extrema pobreza – os desafios para a

inclusão social e melhores condições de vida é grande, para se ter uma ideia, o país ocupa a 85ª posição no ranking do IDH entre 187 nações, mesmo apresentando PIB de 2,24 trilhões de dólares em 2013. O crescente aumento de renda, em maior parte proporcionado pelo aumento de trabalhos formais como também pelos programas de transferências do governo, levou ao surgimento de uma Nova Classe Média (NCM) que ainda carrega a herança social em desvantagem a tradicional classe média, ainda que possuam maior poder de compra, não apresentam ganhos essenciais no acesso a saúde, educação, cultura e moradias adequadas.

As soluções para a pobreza parecem estar incluídas nas agendas das autoridades internacionais e governos há alguns anos, porém, a sua superação ainda encontra obstáculos estruturais. Yunus (2010) propõe a revisão da teoria capitalista e sugere a inserção dos negócios sociais para consertar as falhas geradas pelo capitalismo selvagem. Os chamados “negócios sociais” são propostas de empreendimentos que atuam com a eficiência das empresas, mas para o atingimento de um objetivo social. Trata-se da primeira iniciativa do setor “privado” híbrido (2,5) para resolução de problemas sociais. O estímulo ao empreendedorismo nas camadas sociais mais pobres nesses novos formatos de negócios (geradores de renda, autogestionados, democráticos, autossuficientes, e solidários), leva a formação de uma rede de cooperação mútua para o desenvolvimento social, local e sustentável, falamos então do estabelecimento de uma “nova” economia, a Economia Solidária que rompe com as crueldades do mercado da busca desenfreada pelo lucro para utilizá-lo como um meio eficiente para a geração de impacto social positivo que promova a transformação de vidas e o empoderamento das classes excluídas ou marginalizadas.

Algumas experiências, tanto no âmbito brasileiro como em diversos países, mostram que tais empreendimentos podem ser entendidos e organizados a partir de abordagens diferentes: (a) com a ênfase de mercado, que identifica um enorme mercado, negligenciado pelas empresas tradicionais, formado pela base da pirâmide social, tal como afirma Prahalad (2009); (b) com a ênfase social, temos a necessidade do claro atendimento de um objetivo social do negócio, de forma que gere impactos diretos para a redução da pobreza, apresente sistemas de governança que possibilitem a participação dos beneficiários, capaz de incluir os grupos marginalizados como produtores,

fornecedores e consumidores no mercado. Tais abordagens divergem a respeito da distribuição de lucros, porém ambas mostram-se como soluções de mercado que buscam contribuir de alguma forma para a diminuição da pobreza, seja ela indireta ou diretamente.

Embora a conceituação desse tipo de organização ainda encontre dificuldades para o estabelecimento de fronteiras e nomenclaturas universais, várias iniciativas já podem ser identificadas no mundo e no Brasil. Apresentam-se como um movimento alternativo e inovador capaz de reunir o melhor do mercado com o melhor do setor social, ou seja, a capacidade de dar soluções e perpetuá-las para um desenvolvimento social sustentável.

Este trabalho de conclusão busca investigar de que maneira a experiência de indivíduos pobres foi impactada pela interação deles em um negócio social. As questões norteadoras dessa pesquisa são: Quais são as suas percepções sobre pobreza? Quais são os ganhos percebidos na qualidade de vida de suas famílias?

O Capítulo 01 trata da pobreza, as explicações para as suas causas, a sua conceituação, a sua relação com as classes sociais, o levantamento do seu panorama geral no mundo e no Brasil, alguns dados comparativos do Estado de São Paulo e Ribeirão Preto como também algumas propostas encontradas para sua solução.

O Capítulo 02 trata do tema dos negócios sociais buscando reunir as diversas conceituações na literatura nacional e internacional a fim de proporcionar uma maior clareza do tema e definir a linha de pensamento a ser utilizada para a metodologia da pesquisa de campo, definindo os critérios de seleção da organização que será estudada, como também, os aspectos mais relevantes para mensuração dos impactos sociais e o empoderamento gerados pelos negócios sociais. Inclui uma breve localização do tema na visão da economia, introduzindo a questão do surgimento de uma lógica econômica própria presente nesses tipos de organizações, com novos critérios de mensuração de valor gerado (não mais puramente econômico, mas também social).

O Capítulo 03 destinou-se para a discussão do percurso metodológico ocorrido nesta pesquisa diante da realidade encontrada no campo de pesquisa, tal como as principais questões da elaboração do roteiro de entrevistas que auxiliou a coleta de

informações durante das entrevistas, buscando contemplar os principais temas de análise para a mensuração dos impactos sociais percebidos pelos trabalhadores/beneficiários dos negócios sociais durante a sua experiência nesse tipo de organização. Além das elucidações sobre as questões metodológicas este capítulo contém os resultados encontrados da pesquisa: o levantamento do histórico da organização estudada, o delineamento do perfil dos entrevistados e os achados da pesquisa. Os eixos principais de análise concentraram-se na questão das oportunidades e do empoderamento do grupo estudado.

CAPÍTULO 1

ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA POBREZA NO MUNDO E NO BRASIL

O tema da pobreza está profundamente ligado à história do capitalismo e da sociologia como ciência social. No século XVIII, as transformações econômicas, políticas e culturais que se aceleram na Europa Ocidental colocaram problemas inéditos para os seres humanos. O cenário se desenhava com a revolução industrial e a revolução francesa, ambas significando o triunfo do capitalismo, de seus métodos de produção e de sua ideologia.

A Revolução Francesa foi responsável por inigualáveis transformações sociais e políticas, que ocorreram graças à proclamação de valores como liberdade e igualdade e por uma até então inédita valorização do indivíduo como cidadão. O que hoje consideramos comum, como a democracia e o Estado de Direito, também nasceram nesse período. Foi com a Revolução Francesa que as pessoas passaram a ser vistas não apenas como portadoras de deveres, mas também de direitos. Elaborou-se, então, a *Declaração Universal dos Direitos dos Homens*.

A Revolução Industrial, que se inicia na Inglaterra e rapidamente se dissemina pela Europa e pelos Estados Unidos, não foi caracterizada somente pelas inovações técnicas a partir da máquina a vapor e pela industrialização crescente, mas também por um conjunto de mudanças sociais e econômicas importantes como a consequente migração do campo para as cidades, o crescimento da urbanização e um admirável aumento da população. A Revolução Industrial foi um marco para a vida moderna porque se trata, na verdade, de uma revolução científico-tecnológica que mudou a organização social definitivamente. Num prazo relativamente curto de cerca de 100 anos a Europa de sítios, reideiros e artesãos passou a ser uma Europa de cidades e indústrias. Com a indústria, a produção começa a ser feita num ritmo acelerado e o crescimento urbano é significativo, separando os espaços rurais dos espaços urbanos.

Com as indústrias e essa nova forma de produção, a economia também muda, deixando de ser agrária para ser industrial. Além disso, expande-se o comércio internacional em busca de matérias-primas e de escoamento das mercadorias produzidas.

Houve uma grande concentração humana nas cidades inglesas, uma vez que os camponeses saíram do campo em busca de nova vida nas cidades que surgiam em função das indústrias: há uma intensa migração do campo para a cidade; a substituição progressiva do trabalho humano por máquinas; a divisão do trabalho em partes especializadas e a necessidade de sua coordenação: o aumento da produtividade se originou da organização do trabalho, e não do aumento das habilidades individuais; mudanças culturais no trabalho: os novos trabalhadores das indústrias ainda estavam acostumados ao trabalho agrícola e de artesanato. Os industriais tiveram que impor uma disciplina desconhecida por esses trabalhadores que tiveram que se submeter ao controle externo exercido por capatazes. A Revolução Industrial trouxe ainda a produção de bens em grande quantidade: as máquinas aumentaram o ritmo da produção e a quantidade de bens produzidos, além de possibilitarem a homogeneização (todos os bens saem iguais das máquinas, diferentemente dos bens feitos artesanalmente). Surgem novos papéis sociais: começa a se definir um contorno distinto para o capitalista (o empresário que é dono das empresas e das máquinas e que compra o trabalho dos outros) e para o operário (o trabalhador que não possui nada além de sua força de trabalho e precisa vendê-la para se sustentar).

Nessa mesma época, houve um processo de revitalização da universidade, que se torna, definitivamente, o lugar do saber por excelência. Com isso, configura-se a disciplinarização e a profissionalização do conhecimento. Como as ciências naturais nunca precisaram deste espaço institucionalizado para desenvolver seus trabalhos porque sempre tiveram apoio dos governos, as transformações que acontecem com a universidade foram fundamentais para abrir espaço às ciências humanas e marcar distinções entre ciências naturais e humanas.

Estes acontecimentos históricos geraram problemas sociais que os pensadores da época não conseguiram explicar. Assim, o social e a sociedade começam a requerer um olhar próprio, uma ciência própria que até então não existia.

Nesse contexto, a sociologia surge, inicialmente como “física social”, com o objetivo de compreender as desigualdades sociais geradas pelo capitalismo industrial. A

sociedade passava a ser um problema a ser investigado: “a sociologia constitui em certa medida uma resposta intelectual às novas situações colocadas pela revolução industrial” (MARTINS, 1985, p.16). Os precursores da sociologia – os positivistas Augusto Comte, Saint-Simon e Émile Durkheim - queriam desenvolver uma ciência capaz de retomar a ordem e a paz social. Foi Karl Marx e outros socialistas que, numa direção antipositivista, transformaram a sociologia numa ciência que teria que focar a desigualdade social, a sociedade de classes e a pobreza como objetos de análise.

De qualquer forma, as desigualdades de condições e de interesses no capitalismo passaram a ser o “carro-chefe” da sociologia no século XIX. Assim, a expansão do capitalismo e a sociologia caminham juntas (Martins, 1985). Segundo Huberman (1986), o sistema fabril possibilitou uma acumulação de riqueza ainda maior do que existia no feudalismo. A divisão entre ricos e pobres não era algo novo, mas “com a chegada das máquinas e do sistema fabril, a linha divisória se tornou mais acentuada ainda. Os ricos ficaram mais ricos e os pobres, desligados dos meios de produção, mais pobres” (HUBERMAN, 1986, p.177). Nessa época, a máquina era vista como culpada pelo aumento da pobreza. Assim, no início do século XIX,

[...] todas as máquinas que pareciam a certos trabalhadores em certos lugares terem provocado a miséria e a fome foram destruídas, esmagadas ou queimadas. Os destruidores das máquinas, chamados ludistas, ao lutarem contra a maquinaria sentiam que lutavam por um padrão de vida (HUBERMAN, 1986, p.185).

Mas, quais eram afinal as causas da miséria humana? Estariam certos Adam Smith e os economistas clássicos ao dizerem que o aumento da produção e do poder dos capitalistas faria um bem à sociedade por trazer o progresso? Estaria certo Malthus ao dizer que a população aumentava depressa demais, numa razão geométrica, enquanto a alimentação crescia em razão aritmética? “Assim, a razão pela qual as classes trabalhadoras eram pobres, disse Malthus, não estava nos lucros excessivos (razão humana), mas no fato de que a população aumenta mais depressa do que a subsistência (lei natural).” (HUBERMAN, 1986, p.199).

Numa perspectiva sociológica, a busca pelas causas da pobreza aponta razões estruturais para sua existência, tais como: a organização da produção e do trabalho, o poder das elites, a alienação das pessoas criada pelo sistema de exploração. Outras

abordagens, ainda, atribuem às causas da pobreza a características intrínsecas as pessoas ou ainda a fatalidades.

Segundo Schwartzman (2004), as teorias do crescimento populacional de Thomas Malthus, que ainda encontram grandes seguidores, apontam que parte dos problemas da pobreza é culpa dos próprios pobres, que não têm determinação e força de vontade para trabalhar:

Para Malthus, a causa principal da pobreza era a grande velocidade com que as pessoas se multiplicavam, em contraste com a pouca velocidade em que crescia a produção de alimentos. O problema se resolveria facilmente se os pobres controlassem seus impulsos sexuais e deixassem de ter tantos filhos. Minorar sua miséria só agravaria o problema, porque, alimentados, eles se reproduziriam mais ainda. A melhor solução seria educá-los, para que aprendessem a se comportar; ou então deixá-los à própria sorte, para que a natureza se encarregasse de restabelecer o equilíbrio natural das coisas (SCHWARTZMAN, 2004, p.14).

Essa visão leva a discussão da pobreza para uma questão moral, que muitas vezes obteve apoio de doutrinas religiosas, dividindo as causas da pobreza em duas dimensões: a involuntária (ou digna) e a voluntária (indigna). A causa involuntária seria aquela relacionada à subordinação as circunstâncias adversas, tais como orfandade, doença e a viuvez onde a família vê-se privada do principal provedor de renda. A pobreza voluntária relaciona-se com a indisponibilidade da pessoa para o trabalho, ou seja, por sua indisposição ao trabalho dada uma falha de caráter do indivíduo.

Conforme afirma Schwartzman (2004), a visão malthusiana da pobreza foi em parte apoiada pela lógica protestante que ao considerar a riqueza material um reconhecimento por parte de Deus das virtudes da pessoa, a pobreza seria claramente uma maldição ou condenação por suas falhas, portanto, indigna. O autor também afirma que, por outro lado, no judaísmo, no cristianismo como em outras religiões a ajuda aos pobres é uma reconhecida virtude, prática da caridade. Ainda foi defendida tanto pelas formas mais radicais do cristianismo como nos escritos e movimentos políticos socialistas e comunistas que a solução [da pobreza] “dependia ainda de uma regeneração moral, não mais dos pobres, mas dos ricos, cujo egoísmo e avarícia deveriam ser transformados em verdadeira caridade e sentimento de justiça”

(SCHWARTZMAN, 2004, p.12), atribuindo suas causas às relações entre as pessoas, ou, entre as classes sociais.

Embora esta abordagem moral para a discussão das causas da pobreza ainda encontre seus seguidores, pouco contribui para a determinação de políticas voltadas para sua erradicação e por isso, atualmente, uma abordagem circunstancial a partir da análise das suas diversas dimensões mostrou-se mais adequada para o seu combate sendo assim mais explorada pelos cientistas sociais e pelos órgãos internacionais de pesquisa social.

Yunus (2010) confronta este paradigma moral partindo para uma abordagem estruturalista e relata que durante a experiência de oferecer empréstimos a pobres – do microcrédito, no *Grammen Bank*, ficou cada vez mais convencido de que a pobreza não era criada por características individuais dos pobres, mas pelas circunstâncias que os rodeavam. Aponta que:

Quanto mais tempo você passa entre as pessoas pobres, mais se convence de que a pobreza não é resultado de uma incapacidade intrínseca a elas. **A pobreza não é criada pelas pessoas pobres.** É criada pelo sistema que construímos, pelas instituições que concebemos e pelos conceitos que formulamos. (YUNUS, 2010, p. 6, grifo nosso).

Yunus (2010) ainda reconhece a falha da estruturação de um sistema social que considera como principal motivação para felicidade humana a acumulação de riquezas.

A maior falha em nossa teoria do capitalismo reside em sua deturpação da natureza humana. Na atual interpretação do capitalismo, os seres humanos engajados em negócios são representados como seres unidimensionais cuja única missão é maximizar lucros. [...] os seres humanos não são máquinas de fazer dinheiro. O fato essencial a respeito dos humanos é a multidimensionalidade. Sua felicidade provém de muitas fontes, não apenas de fazer dinheiro (YUNUS, 2010, p.8-9).

O Nayaran et al (2000), sugere que o entendimento das causas da pobreza seja feito por meio da compreensão das dimensões da pobreza levantadas pelos próprios pobres em uma pesquisa de consulta aos pobres intitulada “Vozes dos pobres”.

Nessa pesquisa, foi possível determinar pelo menos três dimensões para identificação da pobreza:

- (1) **Falta de rendimentos e recursos para atender necessidades básicas:** o principal fator aqui relacionado é o trabalho como principal meio para melhora de suas vidas, além da distribuição desigual de renda mesmo em um cenário de crescimento econômico acelerado.
- (2) **Impressão de não ter voz, de impotência perante instituições do estado e da sociedade:** falta de um Estado de Direito, órgãos governamentais ineficientes e a corrupção submetem a população pobre a humilhações, a intimidações, a extorsões e à falta de proteção, colocando-a numa situação de impotência perante o Estado. Falta da posse dos meios de produção em regiões agrárias colocam trabalhadores em uma situação de dependência dos grandes fazendeiros. Diferenças de gênero admitidas em certas sociedades agravam ainda mais a situação de mulheres pobres que são discriminadas em casa, na terra, no trabalho e nos mercados de crédito, ainda que sejam as maiores distribuidoras de benefícios para a família, (principalmente para as crianças). Discriminação étnica, racial, religiosa e de status social possuem os mesmos efeitos.
- (3) **Vulnerabilidade a adversidades associadas à incapacidade de lidar com elas:** a localização dessas populações em terrenos impróprios para moradia (risco de deslizamentos, por exemplo), periferias, locais sujeitos a grandes variações climáticas, condições precárias de trabalho, predisposição a surtos endêmicos. Propensão ao risco de abusos de poder por parte das autoridades locais e até serem vítimas de violência e crime. A primeira causa principal da vulnerabilidade reside na incapacidade de tais populações evitarem ou reduzirem o risco tal como lidarem com as adversidades. Tomam, muitas vezes, atitudes que visam resolver problemas a curto prazo mas que agravam a situação a longo prazo, como por exemplo o trabalho infantil para aumentar a renda familiar. A segunda relaciona-se com a incapacidade dos governos ou da comunidade local desenvolverem mecanismos de redução desses riscos para que possam escapar da pobreza.

O relatório “Vozes dos pobres” coordenado por Melo (2000), produzido a partir de entrevistas em território brasileiro, aponta como principais causas da pobreza: o desemprego, a falta de educação adequada e de saneamento básico.

A pobreza ainda apresenta algumas características que podem auxiliar uma rota de investigação de suas causas.

No Relatório do Desenvolvimento Humano, são elencados por Chambers (1997)³ critérios de pobreza e mal-estar a partir de seus estudos realizados na Ásia e na África subsaariana, que poderíamos assim chamar de “sintomas da pobreza”. São eles:

- a. Possuir alguma deficiência (Ex: ser cego, aleijado, deficiente mental, estar cronicamente doente)
- b. Falta de terras, de animais (para consumo), equipamentos para agricultura, moinhos
- c. Ser incapaz de enterrar descentemente seus mortos
- d. Ser incapaz de mandar suas crianças a escola
- e. Ter mais bocas para alimentar do que mãos para ajudar
- f. Falta de pessoas saudáveis na família para alimentá-la em épocas de crise
- g. Ter uma má habitação
- h. Sofrer efeitos de comportamentos destrutivos (ex: alcoolismo e drogas)
- i. Ser “pobre em pessoas”, falta de apoio social
- j. Ter de colocar as crianças para trabalhar
- k. Ser pai ou mãe solteiro (a)
- l. Ter de aceitar trabalhos humilhantes ou de baixo-status
- m. Ter segurança alimentar por apenas alguns meses por ano
- n. Ser dependente de recursos públicos

O diagrama abaixo, também produzido por Chambers (2007), elucida como a fome, a doença e a exaustão podem fazer parte de uma síndrome de auto-reforço que dificulta a transição de um estado de mal-estar para bem-estar, ou seja, impede que se escape da pobreza.

³ CHAMBERS, R. (1997), **Whose reality counts? Putting the first last**. London: Intermediate Technology Publications.

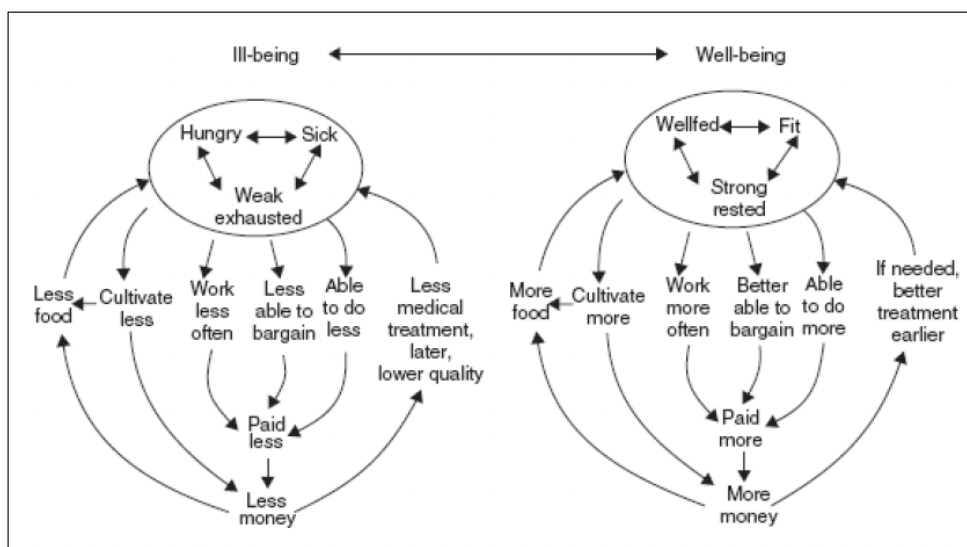


Figura 1 – Diagrama das síndromes de autorreforço na transição de um estado de mal-estar para um estado de bem-estar, Chambers (2007).

No relatório do desenvolvimento humano de 2013, Sobhan (2010)⁴ converge em algumas dimensões com relação às causas levantadas pela pesquisa “Vozes dos pobres” apontando como causas estruturais da pobreza: (1) o acesso desigual aos bens (de capital e a propriedade), (2) a participação desigual no mercado (atuam majoritariamente como assalariados e o seu acesso ao crédito é restrito) e (3) o governo injusto (corrupção, impotência perante as instituições públicas).

Uma abordagem amplamente difundida é a das linhas de pobreza quando sociólogos dos países ricos, no século XX no período pós-guerra, identificaram as consequências sociais da guerra em que haveria riscos de que grandes contingentes populacionais sofreriam restrições alimentares. A linha de indigência (ou de extrema pobreza) e linha de pobreza determinam valores monetários que dividem indigentes de pobres. Assim, indigentes são aqueles que se situam abaixo da linha que determina o valor mínimo para uma dieta de subsistência. Pobres são aqueles que se encontram abaixo do valor mínimo de um conjunto de necessidades essenciais de consumo e serviços, incluindo a necessidade de alimentação (Rocha, 2003). Alguns especialistas diferenciam ainda a pobreza em termos absolutos (virtual incapacidade de

⁴ SOBHAN, R. (2010). *Challenging the Injustice of Poverty*. Washington, DC: Sage.

sobrevivência) e relativos (em relação à renda média e as expectativas de uma época, como ter ou não geladeira, por exemplo) (Justo, 2014).

Os principais órgãos econômicos, políticos e internacionais definem diferentes critérios e valores para a determinação dessas linhas. O Banco Mundial (BM) adota como linha de pobreza a renda per capita diária de 2 dólares americanos, e como linha de indigência 1 dólar americano ao dia per capita, considera-se aqui uma taxa de câmbio de paridade com o poder de compra (PPC), ou seja, considera-se a quantidade de unidades monetárias locais que representam o mesmo poder de compra de US\$1 nos Estados Unidos, eliminando, dessa forma, eventuais diferenças do custo de vida de um país para o outro.

Esta abordagem foi amplamente utilizada pelas Nações Unidas para comparações internacionais e o estabelecimento das metas de erradicação de pobreza e fome (Objetivo 01), conforme indicado pela declaração dos Objetivos do Milênio (2000).

A primeira linha de indigência criada pelo BM, em 1985, estabeleceu este valor a partir do estudo de 33 linhas de pobreza, onde foi verificado que os valores das linhas dos países mais pobres pouco variavam ao redor dos US\$ PPC 1/dia. Em 1993, os PPC foram recalculados e o valor alterado para US\$ PPC 1,08/dia, para que pudesse representar a linha de países mais pobres. Em 2005, foi realizado um estudo com 88 linhas e um novo PPC, atualizando seu valor para US\$ PPC 1,25/dia por pessoa. (Relatório Nacional de Acompanhamento das metas do Desenvolvimento do Milênio, 2010)

A Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) elaborou linhas de indigência a partir da formação do custo de uma cesta alimentar, geograficamente definida, capaz de suprir o consumo mínimo calórico de um indivíduo.

A formação do preço da cesta alimentar mínima baseia-se nas estimativas, calculadas pela FAO, das necessidades calóricas mínimas recomendadas ou MDER (*minimum dietary energy requirements*) que estabelece um ponto de corte, ou limite, para determinar a prevalência percentual da população subnutrida em um país. As necessidades calóricas mínimas diferem por gênero e idade, e para diferentes níveis de

atividade física. Para a determinação desse valor considerou-se as necessidades mínimas: da quantidade de energia para uma carga de atividade leve e o peso mínimo aceitável dada a estatura, variando conforme o país, e de ano para ano, dependendo da características de gênero e idade na população.

Em uma população inteira, a MDER é calculada a partir da média ponderada das necessidades mínimas calóricas dos diferentes grupos idade-sexo da população. Sendo expressa em quilocalorias (kcal) por dia por pessoa. Esta metodologia passou por atualizações em 2004 e 2006, considerando os novos padrões do Índice de Massa Corpórea- IMC divulgados pela OMS (Organização Mundial da Saúde). A FAO estima que no caso brasileiro as necessidades calóricas mínimas de uma pessoa por dia é de 1860 kcal, desde 2006. A tabela 1 demonstra os diversos valores já estabelecidos para o Brasil.

Necessidades calóricas mínimas (kcal/per capita/dia)				
	1990-92	1995-97	2000-02	2006-08
Brasil	1810	1830	1840	1860

Tabela 1 - MDER brasileiros desde 1990. Fonte: FAO

Outros órgãos de pesquisa baseiam-se nas recomendações da FAO para a determinação das necessidades energéticas recomendadas específicas do país, a Cepal, por exemplo, considera que as necessidades calóricas mínimas para uma vida produtiva gira em torno de 2000 a 2500 kcal/ dia/per capita (LOUREIRO; SULIANO, 2009).

Rocha (2003) afirma que para o estabelecimento de linhas de pobreza a fonte mais adequada de informações está nos dados sobre a estrutura de consumo das famílias uma vez que tem como base teórica a determinação das necessidades básicas nutricionais, da qual se é capaz de derivar uma cesta alimentar mínima adequada. Porém, o estabelecimento do valor do consumo não alimentar encontra fragilidades dadas as dificuldades metodológicas para determinação do consumo mínimo adequado em termos de vestuário, habitação, transporte entre outros.

No Brasil, o governo ainda não adotou linhas oficiais, porém, segundo Soares (2009) a falta de estabelecimento de um critério oficial gera contradições em políticas públicas, tais como exemplifica:

a linha de inclusão no Programa Bolsa Família (PBF) é de R\$ 120, já a linha de inclusão no Benefício de Prestação Continuada (BPC) é de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente, hoje em R\$ 103,75. Isto quer dizer que alguns dos que são considerados pobres para o PBF não o são para o BPC (SOARES, 2009, p.10).⁵

A existência de inúmeras metodologias para medição da pobreza advém da complexidade envolvida em defini-la. Como indaga Rocha (2003): Quais são seus determinantes? Quem são os pobres? Quais são seus sintomas?

A observação, por parte de alguns países desenvolvidos, da existência de grande contingentes populacionais excluídos de um padrão dominante de vida ainda que não enfrentassem mais situações de extrema pobreza, iniciou a discussão de linhas de pobreza relativas que se baseiam na média ou mediana dos rendimentos de uma maioria numa determinada sociedade para a determinação de pobres e não pobres, indo além das necessidades básicas ou da subsistência, passaram a refletir o nível de exclusão social vivido no país.

⁵ O BPC é um benefício da Política de Assistência Social que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício **individual, não vitalício e intransferível**, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar *per capita* deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo vigente. O Programa Bolsa Família (PBF), por sua vez, é um programa federal condicionado de transferência direta de renda à famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza, instituído pela Lei Nº. 10.836 de 09 de janeiro de 2004, unificou os programas de transferência de renda: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio-Gás. Tem como finalidade de promover acesso aos direitos sociais básicos e romper com o ciclo intergeracional da pobreza. As famílias beneficiárias recebem um auxílio financeiro mensal, que pode variar de R\$ 22,00 a R\$ 200,00 e, em contrapartida, assumem o compromisso de manter as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos na escola e fazer o acompanhamento de saúde de crianças menores de 7 anos, grávidas e mães que estão amamentando. Além disso, busca a integração com outras políticas públicas, com ações de capacitação profissional e de apoio à geração de trabalho e renda, de educação para jovens e adultos, de melhoria do acesso à moradia, dentre outras. Até 2006, o programa estabeleceu como linha de pobreza, renda familiar mensal entre R\$60 a R\$120 mensais per capita e de extrema pobreza renda inferior a R\$60 per capita. Atualmente o programa aumentou sua taxa de inclusão considerando: em situação de pobreza, famílias com renda mensal entre R\$70,01 a R\$140,00 por pessoa e, em extrema pobreza, renda até R\$70,00 por pessoa (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2013; SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2013).

Como exemplo da utilização dessa abordagem, o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), *Human Development Report* (1997), determinou a linha de pobreza pelo valor correspondente a 50% da renda mediana nos países industrializados.

A abordagem das linhas de indigência e de pobreza extrema utiliza-se do conceito de pobreza absoluta – mínimo para a sobrevivência. Embora amplamente difundidas, apresentam restrições quanto à compreensão dos aspectos subjetivos ligados à pobreza, uma vez que apenas a renda é incluída como o principal meio para determinação de uma vida pobre ou não.

Rocha (2003) aponta que a renda possui restrições a sua utilização à medida que o país apresenta maiores níveis de pobreza. Ao associar o nível de bem-estar ao nível de integração das famílias na economia de mercado, desconsideram-se os efeitos da autoprodução (empreendedorismo) e do consumo de bens e serviços não monetários (ex: serviços gratuitos de saúde oferecidos pelo governo) de relevante impacto sobre as condições de vida de famílias em situações de privação.

Sen (2000) afirma que uma renda baixa é uma forte condição predisponente de uma vida pobre, mas, a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas, ou seja, privação da oportunidade real de uma pessoa optar por fazer coisas que ela tem razão para valorizar. Nesta mesma vertente, a abordagem toma caráter multidimensional. Chambers (2007), por exemplo, propõe uma visão de pobreza a partir de 12 dimensões de privação interligadas entre si *e que reforçam umas as outras*, sendo assim representadas pela teia de desvantagens, abaixo:

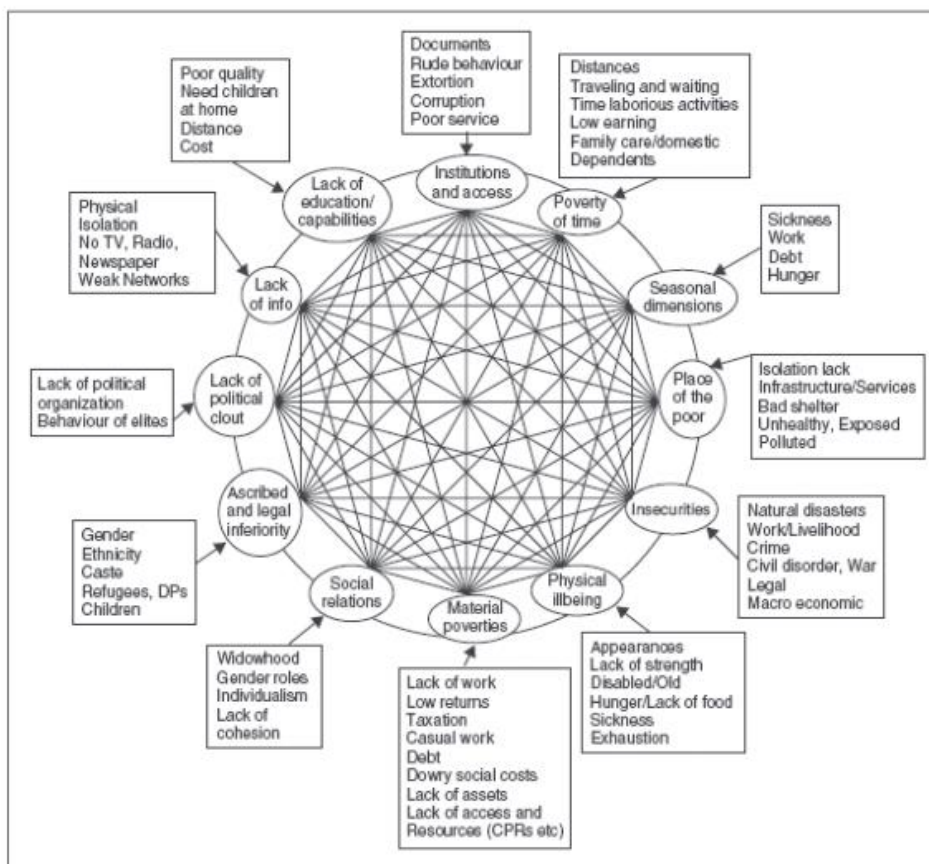


Figura 2 - *Web of poverty's disadvantages* (Teia das desvantagens da pobreza). Fonte: Chambers (2007)

No diagrama, é possível compreender mais claramente a forte relação da pobreza como um estado de privação do bem-estar. Para Chambers (2005) a pobreza significa uma má condição ou experiência de vida, sendo maior que a pobreza material ou a necessidade. São as dimensões da privação:

(a) Instituições e acesso: acesso restrito aos serviços de instituições, sejam privadas, estatais ou da organização civil, má qualidade dos serviços oferecidos, estar sujeito a extorsões e corrupções.

(b) Pobreza de tempo: menor tempo livre devido à necessidade de grandes deslocamentos, trabalhar mais horas para compensar os baixos salários, ter muitos dependentes, não poder trabalhar quando não há emprego.

(c) Fatores locais: endemias causadas pela época do ano ou pela propensão do país (malária, dengue, vermes etc), fome dada as estações de seca, contaminação ou

baixa qualidade da água e de alimentos, catástrofes crônicas (deslizamentos, alagamentos).

(d) Lugares dos pobres: locais onde pessoas pobres moram e trabalham, segregação espacial, periferias, infraestrutura precária de habitação, serviços e trabalhos reconhecidos como de baixo status ou humilhantes.

(e) Insegurança: criminalidade, desordem civil, guerras, tensões, área de risco para desastres.

(f) Mal-estar físico: causado por fome, doença, exaustão, apresentar aparência constrangedora para si, possuir algum tipo de deficiência, idade avançada.

(g) Pobreza material: desemprego, baixa remuneração, viver de bicos e empregos informais, falta de recursos e acesso a eles.

(h) Relações sociais: relações desiguais entre gêneros, falta de coesão entre os membros da família, individualismo, viuvez.

(i) Inferioridade legal atribuída: tratar com inferioridade determinado gênero, etnia, casta, refugiados e crianças, restringindo acesso a direitos e recursos.

(j) Baixa influência política: baixa oportunidade de participação e organização política, comportamento de elites.

(k) Falta de informações: isolamento físico, sem acesso a meios de comunicação e informação (TV, rádio, internet, jornais), redes de contatos restrita.

(l) Carência de educação e capacidades: ensino de baixa qualidade, grandes distâncias e custos para chegar à escola, baixa escolarização e profissionalização.

Chambers (2007) ainda aponta que o estado de mal-estar é determinante dos aspectos da pobreza, assim, desloca o foco das pesquisas em apenas determinar o sujeito pobre expandindo sua compreensão aos fatores ligados a uma situação de pobreza. O diagrama a baixo ilustra o conceito sugerindo a passagem de um estado de mal-estar para o bem-estar, levando ao desenvolvimento para uma mudança boa.

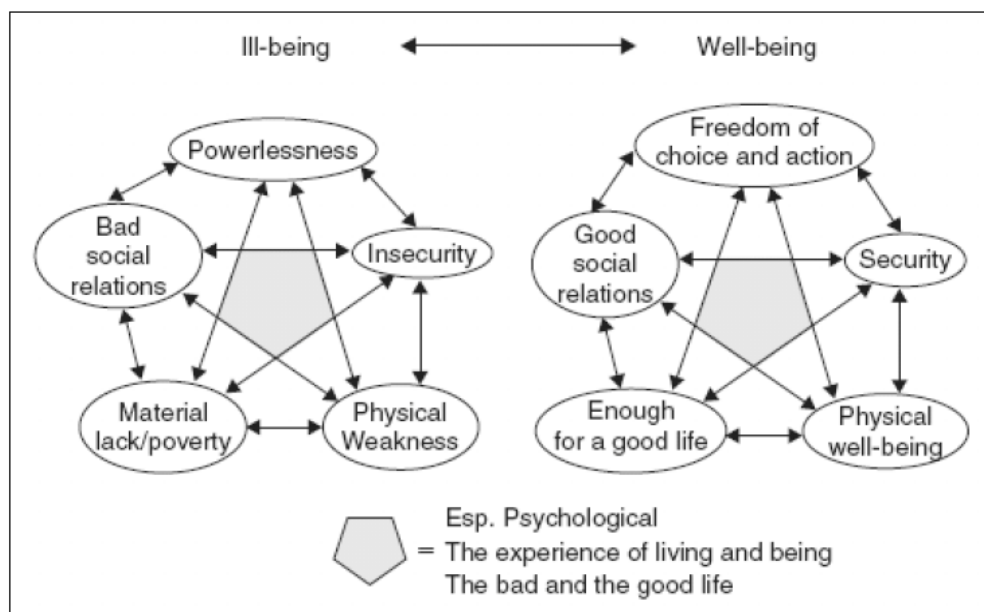


Figura 3 - *Development as good change from illbeing to wellbeing* (Desenvolvimento como mudança boa do mal-estar para o bem-estar). Fonte: Chambers (2007)

Ainda como uma maneira de considerar os aspectos multidimensionais da pobreza em indicadores, a abordagem da *basic needs* foi desenvolvida, numa proposta mais operacionalizável. Consiste na análise das necessidades básicas não atendidas, busca parâmetros que reflitam o nível de qualidade de vida em uma sociedade como um todo no contexto de uma sociedade específica. Dessa forma, reconhece a inter-relação entre diversas carências.

Nesse sentido, começou a difundir-se a utilização de indicadores sociais para medir a eficiência de políticas públicas de erradicação da pobreza, tal como o nível de desenvolvimento de um país.

Sen (2000) reforça a ideia de que indicadores econômicos não são suficientemente abrangentes para uma real noção de desenvolvimento. Defende que o desenvolvimento depende da expansão das liberdades que as pessoas desfrutam, que muitas vezes não possuem valores monetários:

o crescimento do PIB ou das rendas pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por

exemplo, os serviços de educação e saúde) e direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas) (SEN, 2000, p.17).

A primeira tentativa da construção de um índice que pudesse medir a pobreza em seus aspectos mais amplos foi o PQLI (*Physical Quality Of Life Index*) proposto por Morris e Liser (1977)⁶ apud Rocha (2003), que reunia, em um único índice, indicadores de qualidade de vida. Eram eles: mortalidade infantil, esperança de vida com um ano de idade e taxa de alfabetização.

Em 1990, o Pnud, da ONU, propôs a criação do Índice Humano de Desenvolvimento (IDH), que muito baseou-se no PQLI, sendo assim composto pela soma da média aritmética simples de três indicadores: a esperança de vida ao nascer, o nível educacional e o PIB (Produto Interno Bruto) per capita.

Ambos os índices não foram considerados adequados para comparação e monitoramento da incidência de pobreza entre países. O PQLI, por não conseguir ser um índice culturalmente neutro, pois, ao utilizar a taxa de alfabetização como um indicador incorpora um valor de progresso social entendido pelas sociedades modernas. Já o IDH tem sua fragilidade no uso de médias dos indicadores que mascaram situações extremas de desigualdade.

Em 1997, novamente o Pnud propôs no relatório de desenvolvimento humano, o IPH-1, para países em via de desenvolvimento e o IPH-2 para países desenvolvidos.

O IPH-1 compunha-se por quatro indicadores sociais, agregados em três:

- a. Percentual de pessoas com esperança de vida inferior a 40 anos;
- b. Proporção de adultos analfabetos;
- c. Média simples da proporção da população sem acesso a água tratada e proporção de crianças menores de 5 anos com peso insuficiente.

Para o IPH-2, incluía-se:

⁶ MORRIS, M D; LISER, F B. **The PQLI: measuring progress in meeting human needs**. Washington, DC.Overseas Development Council, 1977. (Comuniqué on development issues, 32).

- a. Esperança de vida
- b. Alfabetização
- c. Proporção de pobres (considerados como os 50% com renda per capita abaixo da renda mediana do país)
- d. Taxa de desemprego de mais de 12 meses

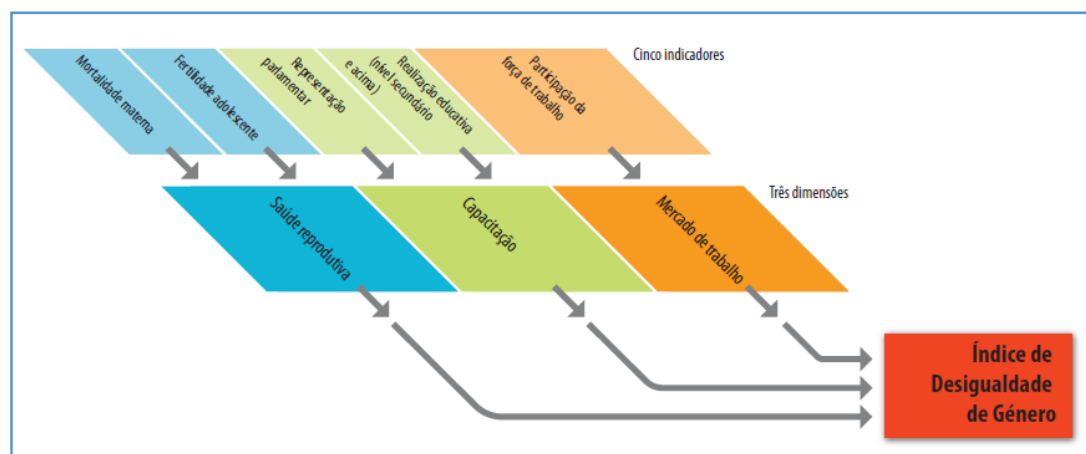
Rocha (2003) defende a adoção complementar da renda e das *basic needs* como critérios de mensuração de pobreza no caso brasileiro, dada às situações de pobreza extrema ainda persistentes no país tal como as diferenças regionais de desenvolvimento econômico.

Ainda com esforços para encontrar uma ferramenta mais adequada para medição da pobreza e da desigualdade, a ONU apresenta no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010 mais três índices como uma maneira de promover o alargamento do IDH, são eles: O IDH ajustado à desigualdade (IDHAD), o índice de desigualdade de gênero (IDG) e o índice de pobreza multidimensional (IPM).

O IDH ajustado à desigualdade (IDHAD) capta as perdas no desenvolvimento humano devidas às desigualdades na saúde, na educação e nos rendimentos, ou seja, verifica a maneira como o desenvolvimento humano está distribuído. Considera-se que cada indivíduo de uma sociedade teria como um “IDH pessoal”. Define-se um IDH da pessoa média, calculado a partir da hipótese de igualdade das três dimensões do IDH, depois, o IDHAD desconta o valor médio de cada dimensão de cada IDH pessoal, verificando assim os níveis de desigualdades. Quando o IDHAD for igual ao IDH é por que já não existem desigualdades entre pessoas. As restrições com relação ao IDHAD residem em alguns problemas técnicos com os dados que não captam desigualdades sobrepostas, ou seja, se as mesmas pessoas sofrem uma ou várias privações.

O Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) revela disparidades de gênero em três dimensões críticas para as mulheres: saúde reprodutiva, capacitação e participação no mercado de trabalho. São cinco os indicadores utilizados: mortalidade materna, fertilidade adolescente, representação parlamentar, realização educativa, participação da força de trabalho, conforme elucida o esquema abaixo:

Índice da Desigualdade de Género – três dimensões e cinco indicadores



Nota: O tamanho das caixas reflecte o peso relativo dos indicadores e das dimensões.

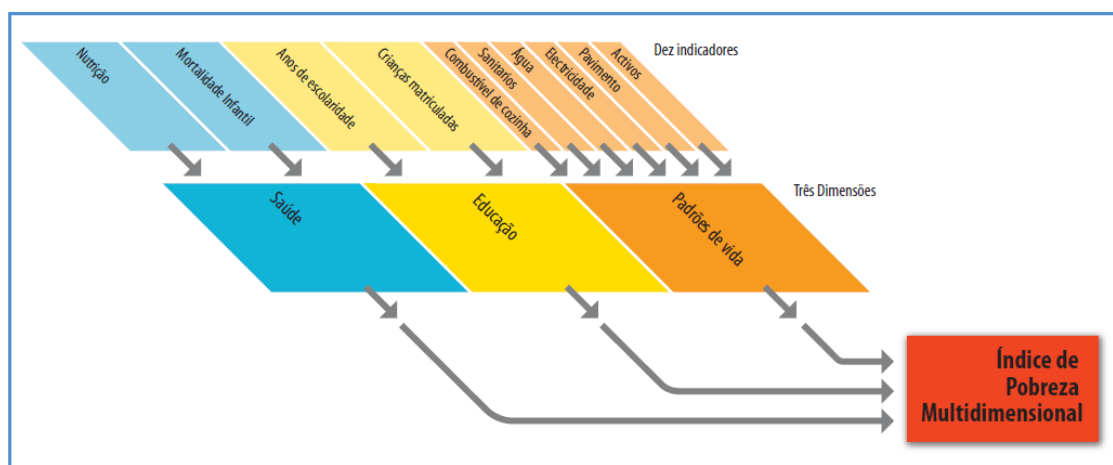
Fonte: Cálculos do GRDH a partir da base de dados do GRDH.

Figura 4 - Componentes do índice de desigualdade de gênero. Fonte: RDH 2010

O índice varia de 0 (nenhuma desigualdade) a 1 (desigualdade total). Algumas dimensões relevantes para o bem-estar das mulheres não puderam ser incluídas por falta de dados fiáveis atuais, tais como: ocupação do tempo, acesso aos bens, violência doméstica e a capacitação ao nível local.

Uma grande inovação foi na operacionalização dos aspectos multidimensionais com a construção do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) que, substituiu o IPH, identificando as privações sobrepostas que as famílias sofrem na saúde, na educação e nos padrões de vida. O IPM é o resultado da contagem do número de pessoas que são pobres em termos multidimensionais e do número médio de privações que cada família multidimensionalmente pobre sofre, ou seja, da intensidade da pobreza.

Índice da Pobreza Multidimensional – três dimensões e dez indicadores



Nota: O tamanho das caixas reflecte o peso relativo dos indicadores.

Fonte: Alkire e Santos (2010).

Figura 5 - Componentes do índice de pobreza multidimensional. Fonte: RDH 2010

São dez os indicadores utilizados para o cálculo do IPM: Nutrição, mortalidade infantil, anos de escolaridade, crianças matriculadas, combustível de comida, sanitários, água, eletricidade, pavimento, ativos. Neste caso, uma família é considerada multidimensionalmente pobre se sofrer privações em pelo menos dois indicadores e em até seis.

Esse índice mostra-se mais adequado para países menos desenvolvidos, uma vez que revela a magnitude da pobreza para além de medidas monetárias, diferentemente das linhas de pobreza, trata-se de uma medida mais realista das privações elencadas pelos objetivos do milênio.

1.1. Relações entre pobreza e classes sociais

Difícil falar de pobreza sem tratar de um conceito importante para as ciências sociais que é de classe social. Em sentido genérico, classe significa categoria, mas na sociologia relaciona-se com estratificação. As classes sociais são estratos que formam uma hierarquia de prestígio e poder e está, *mutatis mutandis*, presente em todas as formas de organizações sociais através da história – seja na forma de castas, na relação senhores e escravos, na forma de classes sociais ou no *status* social (Bottomore, 2008).

Segundo Bottomore (2008, p.187), apesar da dificuldade em se definir classe social,

A maioria dos sociólogos concordará provavelmente em reconhecer a existência de uma classe superior (compreendendo os donos da maioria dos recursos econômicos de uma sociedade), uma classe trabalhadora (principalmente de assalariados industriais) e uma classe média, ou classes médias (grupo mais amorfo, frequentemente considerado como categoria residual, mas incluindo a maioria dos empregados de gravata e a maioria dos membros das profissões liberais). Em algumas sociedades, a existência de uma quarta classe, o campesinato, teria de ser reconhecida.

Uma classe social pode ser compreendida por um grupo de pessoas que compartilha uma mesma quantidade de poder, renda, riqueza e prestígio – o que se relaciona diretamente com as condições materiais/econômicas e sociais/culturais desse grupo. Incluir uma pessoa nessa ou naquela classe social significa posicioná-la ao longo de um *continuum* da economia (entendida aqui no seu sentido mais amplo).

Num sentido marxista clássico, classe social está relacionada com a posse ou não dos meios de produção (ser capitalista ou ser trabalhador). Por isso, uma leitura reducionista do marxismo diria que classe tomaria como variável central o poder econômico. No entanto, classe social tinha uma conotação mais ampla para Marx, uma vez que a economia é prenha das relações sociais mais complexas, como a posição que uma pessoa ou um grupo ocupa no jogo político, por exemplo. Por isso, Marx dizia que a classe proprietária dos meios de produção era a classe dominante econômica e politicamente (IANNI, 1987).

Ainda, pela ótica de Marx, somos capazes de perceber a complexidade do conceito “classe social” no interior do capitalismo como um sistema antagônico e de lutas entre os interesses das classes sociais. Para ele, era a luta entre as classes (capitalistas e não capitalistas) o motor da História. Marx tinha uma forte preocupação com as questões sociais geradas na expansão do capitalismo e fez da classe social um dos seus conceitos mais importantes para a crítica ao capitalismo, já que é a situação das pessoas em relação à propriedade que proporciona as condições sociais e concretas de vida (IANNI, 1987).

Max Weber, outro clássico da sociologia, numa perspectiva contrária ao marxismo, preferia distinguir os grupos e as pessoas pelo que chamou de *status*, que focava o estilo de vida e os hábitos de consumo das pessoas ao invés de priorizar a posse ou não dos bens de produção de capital. Nessa perspectiva, a mobilidade social está mais acessível aos indivíduos que se esforçam – *status* e mobilidade andam juntos. Assim, para a sociologia weberiana prevalece a conquista pessoal da mobilidade. “A teoria marxista dá ênfase ao conflito entre grupos amplos e estáveis, ao passo que a teoria funcionalista acentua a função integradora da estratificação social baseada no mérito e recompensa individuais” (BOTTOMORE, 2008, p.196).

Além das tradicionais classes alta e baixa, superior e inferior, dominante e dominada, podemos reconhecer a existência das chamadas classes médias. Tratam-se dos grupos que não são nem donos das empresas nem trabalhadores assalariados da indústria ou do campo. A classe média pode mais facilmente classificar os grupos que não são nem os “burgueses” nem o “proletariado”, ou seja, é formada por grupos que ocupam profissões liberais, funcionários públicos burocráticos, pessoal de nível técnico, professores e pequenos comerciantes (Bottomore, 2001).

Guerra et. al. (2006, p.16), ao apresentarem um mapa da estratificação social no Brasil, propõem a compreensão da classe média a partir de critérios socio-ocupacionais e renda pessoal (possibilitando vantajado padrão de consumo). Eles afirmam:

[...] pode-se compreender o conjunto demográfico que compõe a classe média como subdividido em classe média alta (executivos, gerentes, administradores, entre outros), média classe média (ocupações técnico-científicas, postos-chaves da burocracia pública e privada, entre outros) e classe média baixa (professores, lojistas, vendedores, entre outros). Também se deve reconhecer que no segmento demográfico definido por classe média não se encontram somente os estratos ativos urbanos e rurais com ocupação, ou seja, os assalariados que trabalham por conta própria e os proprietários, mas também os estratos inativos vinculados à distribuição pessoal da renda intermediária, como pensionistas e aposentados, rentistas financeiros, proprietários arrendatários de imóveis (terrenos, residências) ou de móveis (automóveis, caminhões) e não portadores de renda e patrimônio por herança (viúvos, filhos, netos) (GUERRA et. al., 2006, p.16).

Os autores ainda afirmam que as classes médias devem ser pensadas pelo emprego estável, nível educacional alto, bom nível de habitação, posse de poupança e facilidade de consumo num padrão acima do popular. Assim, o nível de renda é um fator importante para identificar a classe média – e todas as outras classes também.

A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) determinou em seus estudos a estratificação da sociedade brasileira em 8 classes de renda, baseando-se pelo critério do grau de vulnerabilidade para a definição da classe média, originalmente proposto pelo banco mundial e adaptado às bases de dados do Brasil. O critério de vulnerabilidade consiste na probabilidade de retorno (ou permanência) à condição de pobreza em algum momento dos próximos 5 anos dos recém ingressados na classe média.

Uma vez entendida como um grupo que varia em torno de um ponto que divide a população em duas partes, a classe média é a mediana da distribuição, ou seja, 50% da população estão acima do ponto, e 50%, abaixo desse ponto (SAE, 2012). Assim, a definição de uma classe média no país é uma importante divisória entre um estado de pobreza e não pobreza, sendo assim, a classe que abriga os indivíduos que se encontram em um estado de transição, ou seja, de mobilidade social.

A SAE propõe a estratificação conforme a tabela 2:

Classes		Ponto de corte (R\$/mês)	Renda per capita média (R\$/mês)	Renda familiar média (R\$/mês)
Baixa	Extremamente Pobre	81	42	227
	Pobre	162	124	648
	Vulnerável	291	227	1.030
Média	Baixa Classe Média	441	364	1.540
	Média Classe Média	641	535	1.925
	Alta Classe Média	1.019	804	2.813
Alta	Baixa Classe Alta	2.480	1.503	4.845
	Alta Classe Alta	-	4.687	12.988

Nota: Valores expressos em R\$ de abril de 2012.

Tabela 2 - Classes de renda segundo comissão da SAE. Fonte: SAE

Outros critérios ainda podem ser tomados para a definição de uma classe média. A Associação brasileira de empresas e pesquisas (Abep) elaborou o Critério Brasil, que se trata de uma medida baseada no padrão de consumo das famílias. Dividindo-as em classes econômicas, não necessariamente sociais. Abaixo, segue um quadro comparativo das faixas de renda que determinam cada um dos estratos segundo o critério Brasil e segundo o grau de vulnerabilidade.

Renda familiar média (R\$/mês)

Classes	Segundo o Grau de Vulnerabilidade	Classes	Segundo o Critério Brasil
Extremamente pobre	227	E	536
Pobres mas não extremamente pobres	648	D	802
Vulnerável	1.030	C2	1.150
Baixa classe média	1.540	C1	1.731
Média classe média	1.925	B2	2.882
Alta classe média	2.813	B1	4.963
Baixa classe alta	4.845	A2	9.457
Alta classe alta	12.988	A1	14.521

Nota: Valores expressos em R\$ de abril de 2012.

Tabela 3 - Comparativo entre estratificações da população brasileira: grau de vulnerabilidade vs. critério brasil. Fonte: SAE, 2012.

Neri (2008) utiliza-se de uma visão complementar da definição da classe média, a partir da combinação de elementos como renda média domiciliar, expectativa de ascensão, acesso a bens de consumo incluindo também a capacidade de geração e manutenção da riqueza no longo prazo que determina certo grau de estabilidade do grupo familiar dentro do estrato social. Defende que em sua metodologia o aspecto inovador reside na capacidade de olhar para aspectos simbólicos da classe média tais como a carteira de trabalho, a entrada na universidade ou na era da informática e aliarmos a aspectos de status social ligado a demanda privada por bens que eram do Estado como previdência, escola, saúde e crédito imobiliário. Assim, a chamada nova classe média brasileira estaria representada pela classe C com rendimentos familiares totais entre os R\$1064 e os R\$4561, que comparada aos critérios da SAE abrigaria a classe média baixa e denominaria elite (classe A e B) o que é visto como classe média alta.

	Renda Domiciliar Total de Todas as Fontes	
	Limites	
	Inferior*	Superior
Classe E	0	768
Classe D	768	1064
Classe Média - C	1064	4591
Elite – A e B	4591	

* *inclusive*

Tabela 4 - Definição das classes sociais. Fonte Neri (2008)/FGV

O monitoramento da migração de famílias para a classe média, ou seja, da expansão da classe C, provocou maiores debates, principalmente após a implementação do programa de transferências de rendas – bolsa família – no governo Lula, iniciando a discussão sobre o surgimento de uma Nova Classe Média (NCM). Isso porque o surgimento da NCM seria uma forma de manifestação da redução da pobreza e da desigualdade social, uma vez comprovada a capacidade de ascensão social dos indivíduos pertencentes às classes mais baixas. Muitos outros autores (KERSTENETZKY, C.L; UCHÔA,C, 2013; FLEURY. S.A , 2013; DA COSTA. L.C, 2013; COHN, A. , 2013) discutem as características da NCM e se de fato podemos falar em uma classe média ou mesmo de inclusão social num sentido mais amplo, numa inclusão cidadã.

Segundo Fleury (2013) o aumento do nível de renda das famílias brasileiras nos últimos anos não veio acompanhado do aumento dos níveis de bem-estar e direitos, mas, na realidade incluiu um grande contingente populacional das classes baixas, fortemente influenciado pelos símbolos consumistas de status, como compradores num cenário de aquecimento do consumo sem que mudanças estruturais efetivas fossem promovidas a fim de incluir socialmente tal parcela da população em novos patamares de oportunidades de vida. Fala-se então da fabricação de uma classe média como um projeto de marketing político e de mercado, dado que a elevação do padrão de consumo dessas famílias não veio acompanhada da garantia de meios de vida adequados à sustentabilidade desse consumo, leva muitas vezes ao endividamento e a superexploração do trabalhador que se sujeita a relações cada vez mais precarizadas de

trabalho. Assim, questionamos a contribuição de tais políticas para um modelo de desenvolvimento para uma sociedade solidária, coesa e justa para com todos seus cidadãos, pois, como afirma Da Costa (2013, p.52) “podemos nos transformar em consumidores ávidos por todas as coisas que não estavam em nosso alcance num momento anterior, mas isso não expande a cidadania como forma de participação na vida social, política e cultural”.

Vemos que a herança social em desvantagem presente na NCM ainda perdura e os desafios para erradicação da pobreza são muito maiores do que apontam os indicadores econômicos e sociais nos relatórios oficiais do Governo no acompanhamento dos Objetivos do Milênio. O Brasil ainda não superou a sua terrível desigualdade social, tal como o Kerstenetzy e Uchôa (2013) também concluem:

[...] os brasileiros abrigados sob a classificação de membros da nova classe média ainda estão longe de corresponder à ‘promoção social’ que lhes foi atribuída: a maioria deles pode ser de fato considerada pobre sob qualquer critério que leve em consideração adequação nos níveis de bem-estar. Moradias inadequadas, escolaridade insuficiente, acesso limitado ao crédito nas condições habitualmente disponíveis para a classe média e o uso incipiente de serviços sociais privados permitem prever o limitado horizonte para o progresso social por parte desse segmento que por outro lado abocanhou e segue abocanhando ganhos de renda. (KERTENETZY; UCHÔA, 2013, p.27-28)

A autora verifica que uma discussão mais profunda a respeito das diferenças entre as abordagens de determinação de políticas sociais, voltadas à geração de renda e inclusão social brasileiras durante os governos de direita (PSDB) e esquerda (PT), poderia ser realizada, assim como sobre o aumento efetivo da renda dos brasileiros e diz que a análise dos efeitos, no curto e longo prazo, dos programas de transferência de renda poderia enriquecer ainda mais este debate. Porém, tais temas, dada a carga de argumentações possíveis, por si só já gerariam discussões suficientes para outros trabalhos acadêmicos. De forma que, se aprofundados aqui estender-se-iam demais ao ponto de levar a dispersão do leitor com relação ao tema de pesquisa deste TCC (Trabalho de conclusão de curso) que é a pobreza e os negócios sociais.

O que desejamos neste ponto é desenvolver um olhar mais apurado da realidade social do Brasil e das mais diversas situações de pobreza encontradas.

1.2. Dados sobre pobreza no mundo e no Brasil

Como podemos averiguar, as medidas da pobreza sofreram divergências quanto à adoção de uma abordagem adequada. Atualmente, a abordagem multidimensional apresenta-se como a solução mais próxima de uma medição mais realista, porém, sua implementação ainda é muito recente e por isso tem encontrado limitações quanto a obtenção de dados. Assim, para efeitos de levantamentos de dados da pobreza, utilizaremos neste TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) a abordagem mais difundida que é a baseada nas linhas de pobreza e no IDH como algumas inserções do IPM, se houver.

Segundo Relatório do Desenvolvimento Humano (2013), a África subsaariana⁷ apresentou o menor IDH (0,475), seguida pela Ásia do Sul, com 0,558. Entre as regiões em desenvolvimento, as que registraram o maior IDH foram a Europa e Ásia Central (0,771), seguidas da América Latina e Caribe (0,741). Na tabela 1, discriminam-se os componentes do IDH por regiões:

Regiões e Agrupamentos por IDH	IDH	Esperança de vida à nascença (anos)	Média de anos de escolaridade (anos)	Anos de escolaridade esperados (anos)	Rendimento Nacional Bruto <i>per capita</i> (PPC em dólares de 2005)
Regiões					
Estados Árabes	0,652	71,0	6,0	10,6	8 317
Ásia Oriental e Pacífico	0,683	72,7	7,2	11,8	6 874
Europa e Ásia Central	0,771	71,5	10,4	13,7	12 243
América Latina e Caralbas	0,741	74,7	7,8	13,7	10 300
Ásia do Sul	0,558	66,2	4,7	10,2	3 343
África Subsaariana	0,475	54,9	4,7	9,3	2 010
Agrupamentos por IDH					
Desenvolvimento humano muito elevado	0,905	80,1	11,5	16,3	33 391
Desenvolvimento humano elevado	0,758	73,4	8,8	13,9	11 501
Desenvolvimento humano médio	0,640	69,9	6,3	11,4	5 428
Desenvolvimento humano baixo	0,466	59,1	4,2	8,5	1 633
Mundo	0,694	70,1	7,5	11,6	10 184
<small>Nota: Dados ponderados em função da população e calculados com base nos valores de IDH de 187 países Fonte: Cálculos do GRDH. Ver também a tabela estatística 1.</small>					

Tabela 5 - O IDH e seus componentes por região e agrupamentos por IDH, 2012. **Fonte:** Relatório do Desenvolvimento Humano (2013),

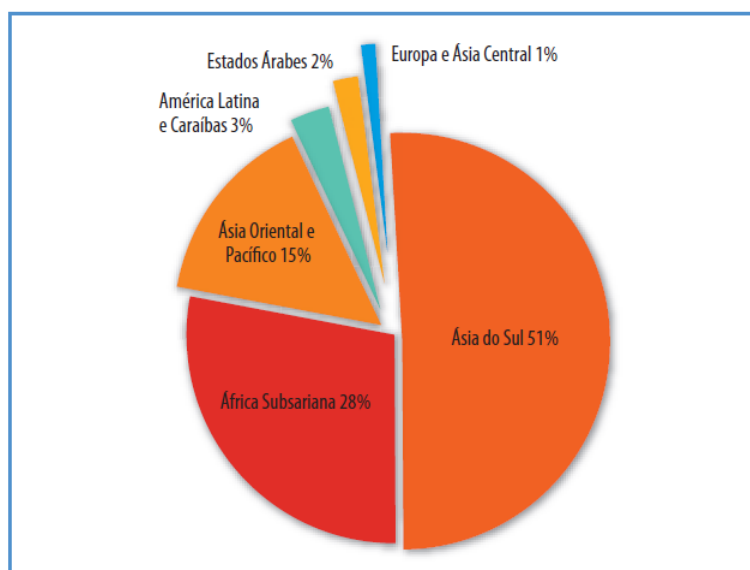
⁷ Os países que compõem a África Subsaariana são: República Democrática do Congo, República do Congo, Burundi, África Oriental, Quênia, Tanzânia, Uganda, Djibouti, Eritreia, Etiópia, Somália, Sudão, África Ocidental, Benin, Burkina Faso, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mauritânia, Mali, Níger, Nigéria, República Centro-Africana, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Togo e Zâmbia.

Podemos notar as disparidades dos indicadores entre as regiões, tornando-se nítido o abismo entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos. O relatório traça comparações interessantes:

O produto interno bruto (PIB) médio per capita nos países de IDH muito elevado equivale a mais de 20 vezes o registrado nos países com IDH baixo. A esperança de vida nos países de IDH muito elevado é um terço mais elevada do que a registrada nos países com IDH baixo, enquanto a média de anos de escolaridade entre os adultos com mais de 25 anos nos países com IDH muito elevado é quase o triplo do que nos países com IDH baixo. (Relatório de Desenvolvimento Humano, 2013, p.23)

Porém, visualiza um cenário otimista quanto aos níveis de escolarização dos países com IDH baixo, refletindo importantes mudanças nas oportunidades educativas nos países em desenvolvimento, aponta que de um estudante que ingresse na escola primária espera-se que complete 8,5 anos de escolaridade, aproximando-se do ao atual número de anos de escolarização entre os adultos (8,8 anos) nos países com IDH elevado. Afirma que, em geral, a maioria dos países com IDH baixo conseguiu já matricular a totalidade das suas crianças no ensino elementar, ou está vias de o fazer, assim como mais de 50% no ensino secundário.

As discrepâncias encontradas entre os indicadores ficam evidenciadas pelo fato de que a pobreza multidimensional é mais acentuada em países da África subsariana e Sul da Ásia.



Nota: A amostra inclui 98 países em desenvolvimento, abrangendo 92% da população dos países em desenvolvimento.

Fonte: Cálculos do GRDH baseados em Alkire e Santos (2010).

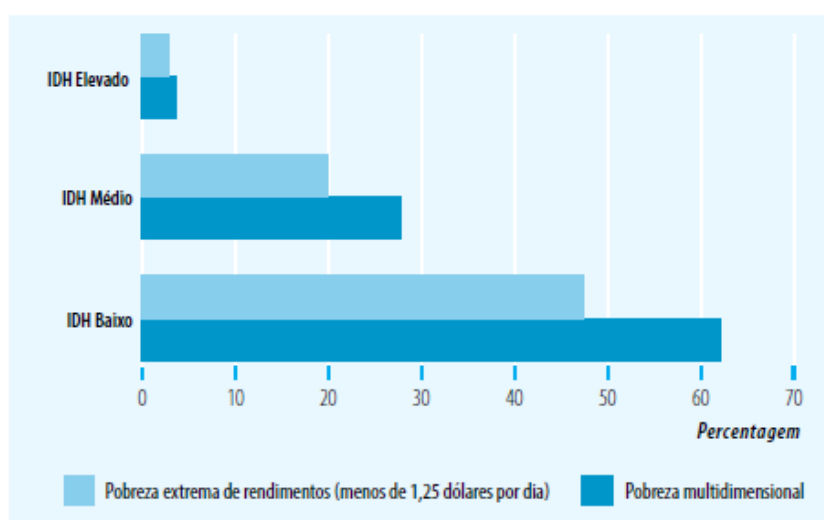
Gráfico 1- Distribuição regional dos pobres multidimensionais do mundo que vivem nos países em desenvolvimento. Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano (2013).

As diferenças nos resultados entre os indicadores, dada a abordagem utilizada, geram números mais realistas em casos que o IDH é mais baixo, segundo o RDH (2013):

Nos 104 países abrangidos pelo IPM [Índice de Pobreza Multidimensional], estima-se que cerca de 1,56 mil milhões [bilhões] de pessoas - ou seja, mais de 30% da população – vivam em situação de pobreza multidimensional. Este valor é superior ao dos 1,14 mil milhões de pessoas que, segundo se estima, vivem nesses países com menos de 1,25 dólares por dia, embora seja inferior à percentagem dos que vivem com menos de 2 dólares por dia. (RDH 2013, p.29)

O gráfico 2, evidencia esta correlação:

Quanto mais baixo é o IDH, maior é o fosso entre a pobreza de rendimento e a pobreza multidimensional



Nota: Os dados referem-se ao período de 2002–2011. As médias ponderadas pela população têm por base 22 países no caso do grupo de IDH elevado e 36 países cada no caso dos grupos de IDH médio e baixo.
Fonte: Cálculos do GRDH.

Gráfico 2 - IDH e pobreza multidimensional. Fonte; Relatório do Desenvolvimento Humano (2013).

O Brasil, em sua meta de redução da extrema pobreza⁸, apresenta em um primeiro momento resultados significativos, extrapolando sua meta, passando de 25,6% para 4,8%.

⁸ Em 1990, a ONU, estabeleceu metas internacionais para o cumprimento dos Objetivos do Milênio, as metas de redução da pobreza extrema e da fome não se aplicam aos países individualmente, mas ao mundo, assim, o desempenho ótimo de alguns países podem levar a alcançá-las mesmo que não haja um esforço real de todos os países no combate a pobreza em seu território. Para a pobreza extrema, a meta brasileira era a de, até 2015, reduzi-la à metade (de 25,6% a 12,8%), como obteve grande êxito já em

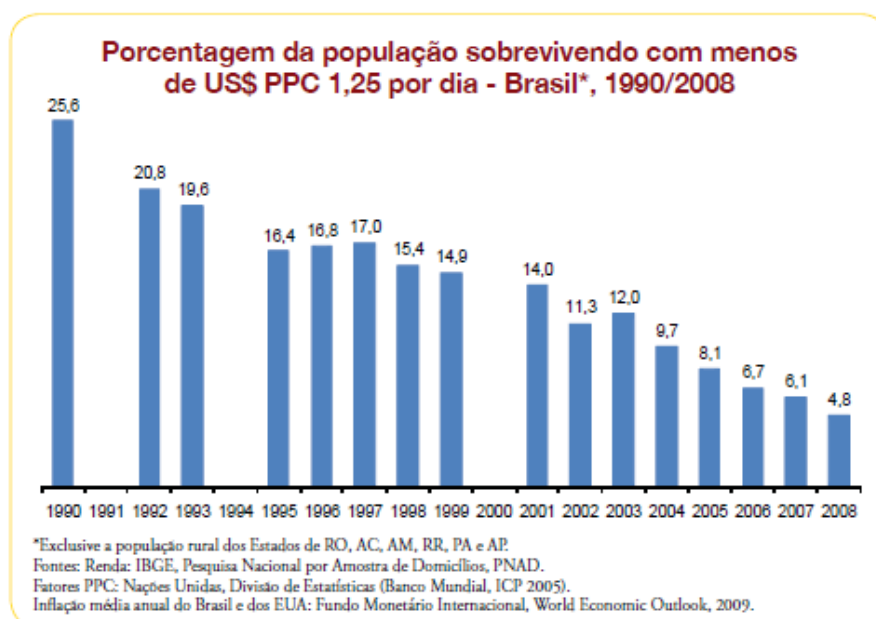


Gráfico 3 - Porcentagem da população vivendo abaixo da linha de pobreza extrema. Fonte: Relatório Nacional dos Objetivos do Milênio (2010).

Mesmo alcançado níveis ótimos de sua meta, o número absoluto dessa população ainda é expresso em milhões. No ano de 2008, os indigentes representavam cerca de 8,9 milhões de pessoas, com renda familiar por pessoa inferior a 1,25 dólares.

A fração de renda nacional é um indicador de desigualdade que revela se o progresso na redução da pobreza extrema é ocasionado apenas pelo crescimento econômico ou se é ajudado (atrapalhado) pela redução (aumento) da desigualdade.

2002, o governo se propôs a reduzi-la a um quarto do nível de 1990 (Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM, 2010).

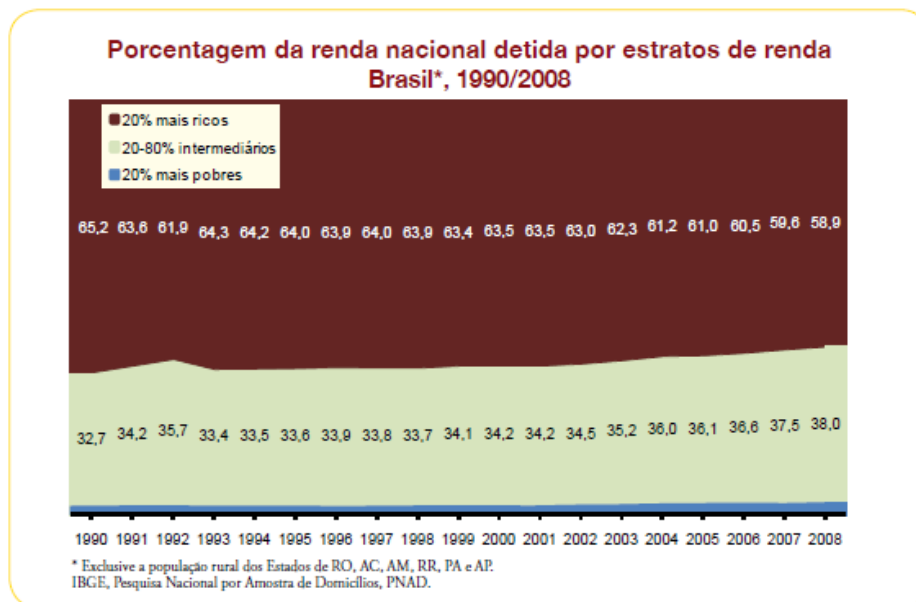


Gráfico 4 - Porcentagem da renda nacional detida por estratos de renda. Fonte: Relatório Nacional dos Objetivos do Milênio (2010).

No gráfico acima é possível verificar que a distribuição de renda ocorreu, principalmente, entre as classes médias, pouco contribuindo para o combate da pobreza. Também ficam nítidos os elevados níveis relacionados à desigualdade de rendas no país.

A pobreza no Brasil apresenta cores e lugares. Os gráficos abaixo demonstram que entre a população preta e parda os níveis de participação dentro a população em extrema pobreza chega a ser o dobro do que a porcentagem da população branca.

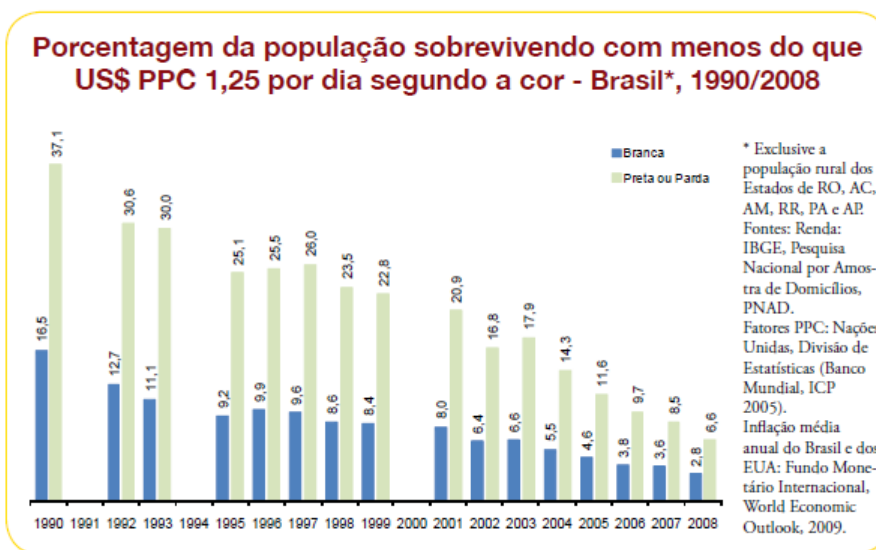


Gráfico 5 - Porcentagem da população que vive a baixo da linha da pobreza segundo a cor. Fonte: Relatório Nacional dos Objetivos do Milênio (2010).

A zona rural mostrou-se ainda com a maior concentração de indigentes (12,5% contra 3,4% na zona urbana), assim como as regiões norte e nordeste.

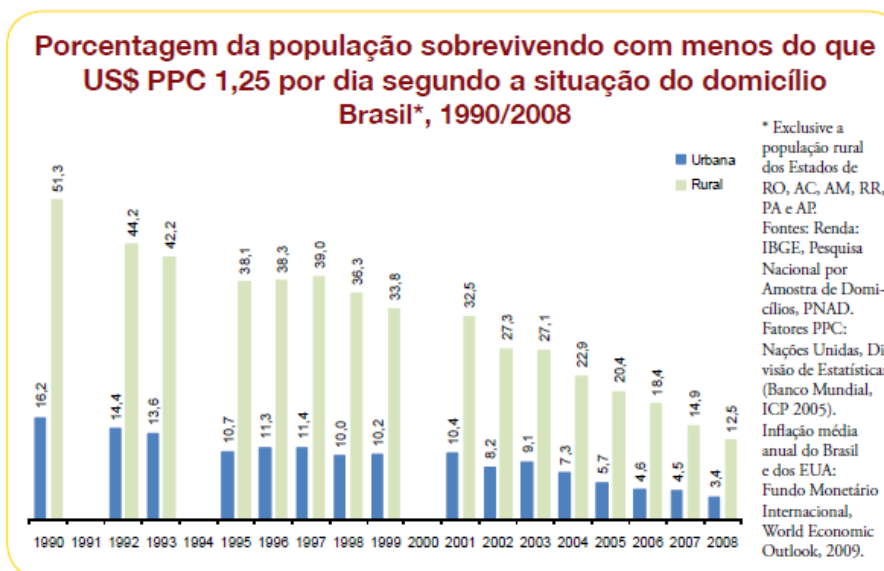


Gráfico 6 - Porcentagem da população de vive abaixo da linha de pobreza extrema segundo zona do domicílio. Fonte: Relatório Nacional dos Objetivos do Milênio (2010).

O Relatório aponta que:

Entre as grandes regiões do país também se observam grandes diferenças. A redução da pobreza extrema nas regiões mais pobres ocorreu em ritmo semelhante ao das regiões mais ricas, mantendo as disparidades. No Nordeste, a porcentagem de pobres em 2008 era mais que cinco vezes maior do que no Sul, e mais que duas vezes maior do que a média nacional. Mas mesmo no Nordeste houve queda acentuada: quase a metade dos nordestinos estava abaixo da linha de pobreza em 1990, contra um décimo em 2008 (Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio, 2013, pp.28).

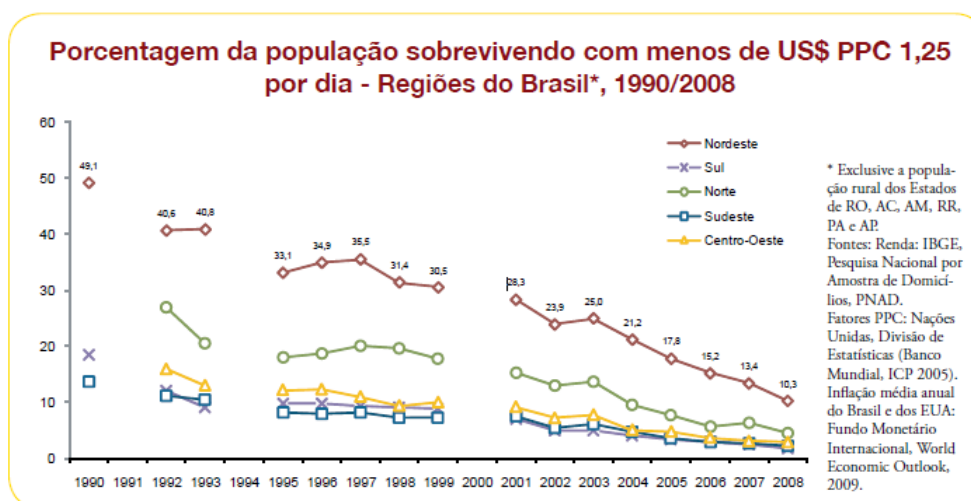


Gráfico 7- Porcentagem da população sobrevivendo com menos de US\$ PPC1,25 por dia – Regiões do Brasil, Relatório de Acompanhamento dos ODM (2010)

O Brasil, embora seja considerada a 7ª maior economia do mundo com um PIB de 2,24 trilhões de dólares, em 2013, ocupa a 85ª posição no *ranking* do IDH dentre 187 países, apresenta em 2013 o valor de 0,73 - abaixo da Argentina (0,81). Desde 1980 obteve um crescimento de 1,2%, acima da média mundial, porém com desempenho abaixo da média da América Latina, conforme gráfico 9.

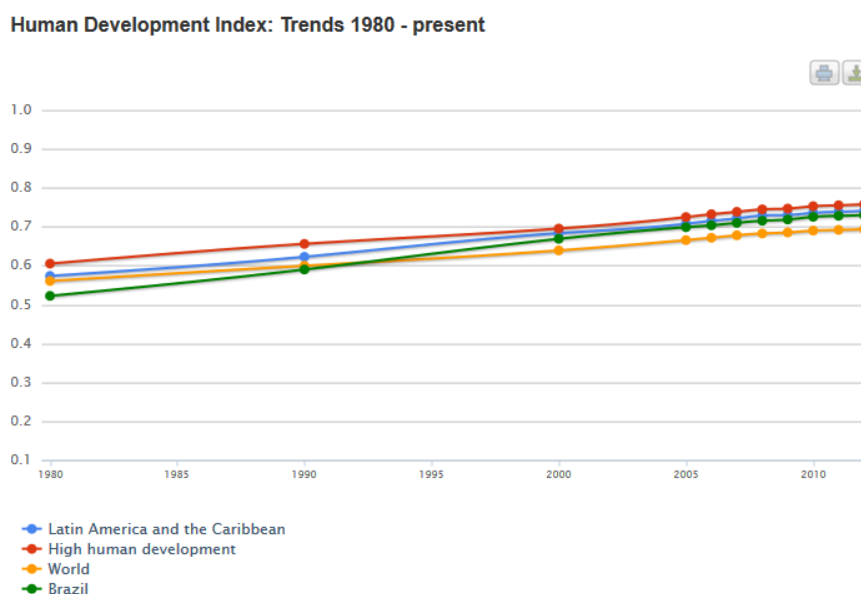


Gráfico 8 - Índice de Desenvolvimento Humano desde 1980 . Fonte: Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), 2013.

Segundo RDH 2013, o Brasil em conjunto com outros países em desenvolvimento, foi responsável por grande parte do atingimento da meta⁹ mundial de erradicação da pobreza. Isso quer dizer que o alcance de tais metas globais podem ter resultados relativos, uma vez que uma real cooperação mundial no combate à pobreza não ocorreu por parte dos países desenvolvidos.

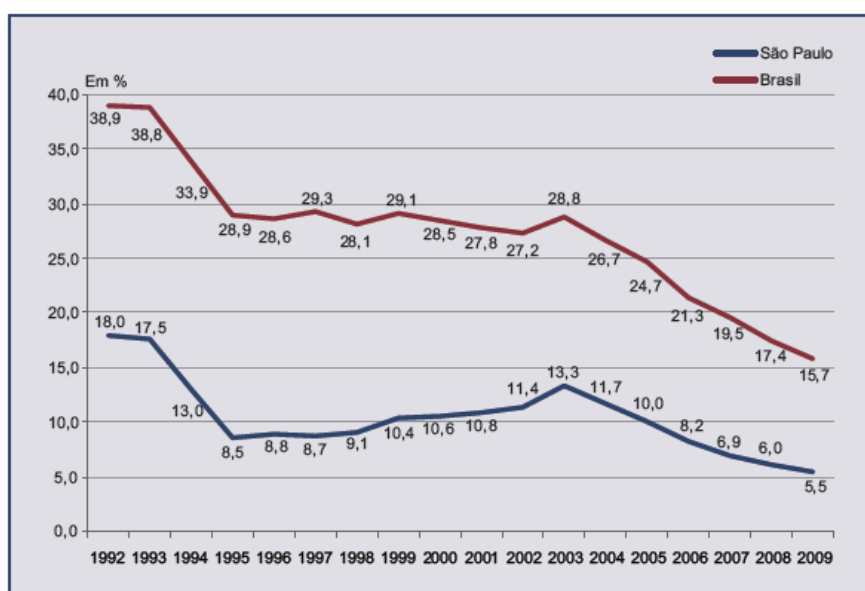
1.3. Pobreza no Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo é uma das unidades federativas brasileiras mais ricas, responsável por 31% do PIB do país, também possui uma das maiores populações do Brasil, mais de 40 milhões. Embora apresente também uns dos maiores IDHs brasileiros, abriga cerca de 2 milhões de pessoas em estado de pobreza e 300 mil em extrema pobreza. Desde o estabelecimento dos ODM, os níveis de pobreza e indigência sofreram reduções significativas. Isso se deveu tanto aos efeitos dos programas de

⁹ Em 1990, as Nações Unidas estabeleceram os Objetivos do Milênio, um pacto mundial para combate a extrema pobreza e outros males da sociedade, definindo como meta da pobreza a redução pela metade, entre 1990 e 2015, da proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPC por dia. (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013).

transferência de rendas, como bolsa família, como também a implantação de instrumentos de proteção social desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Em São Paulo outros fatores também influenciaram para a redução dos índices de pobreza, tais como, a desoneração fiscal dos alimentos da cesta básica e a implantação do piso salarial estadual de R\$ 755,00¹⁰ superior ao piso salarial nacional de R\$ 678,00¹¹. A evolução dos índices de incidência de pobreza ou de pessoas que vivem com renda domiciliar per capita menor que a metade de um salário mínimo pode ser observada abaixo:

Nível da pobreza
Brasil e Estado de São Paulo – 1992-2009 (1)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

(1) Foram estimados os dados para 1994 e 2000, anos em que não houve coleta de dados pela PNAD.

Nota: Consideram-se em situação de pobreza as pessoas com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo de setembro de 1992 (Cr\$ 522.186,94), atualizado pelo INPC Brasil.

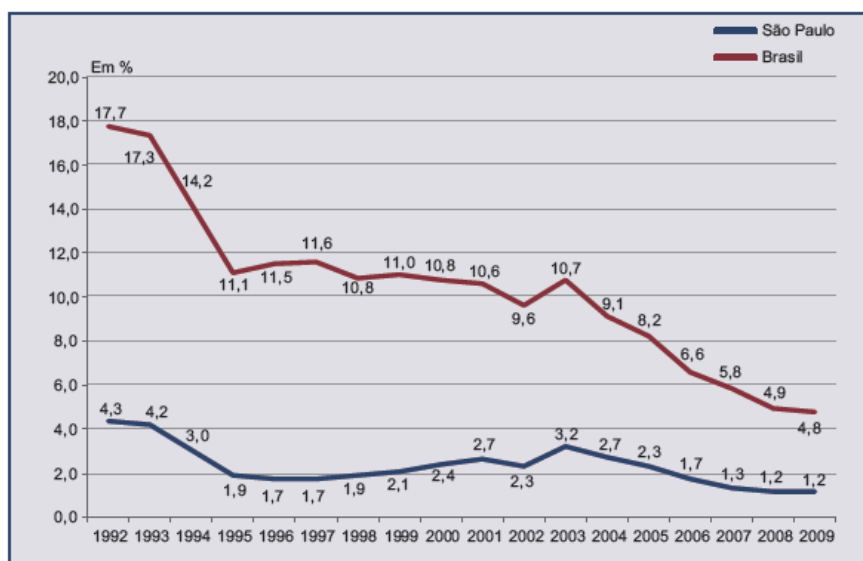
Gráfico 9 - Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita de até 1/2 salário mínimo. Fonte: Relatório Estadual de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2012.

¹⁰ Lei Estadual Nº 14.945, de 14.01.2013.

¹¹ Decreto Nº 7.872, de 26.12.2012

O mesmo se aplica aos níveis de indigência. Entre 1992 e 2009, a proporção de pessoas nessa situação passou de cerca de 20% para 5%, no Brasil, e de pouco mais de 4% para pouco mais de 1%, no Estado.

Nível de indigência
Brasil e Estado de São Paulo – 1992-2009 (1)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

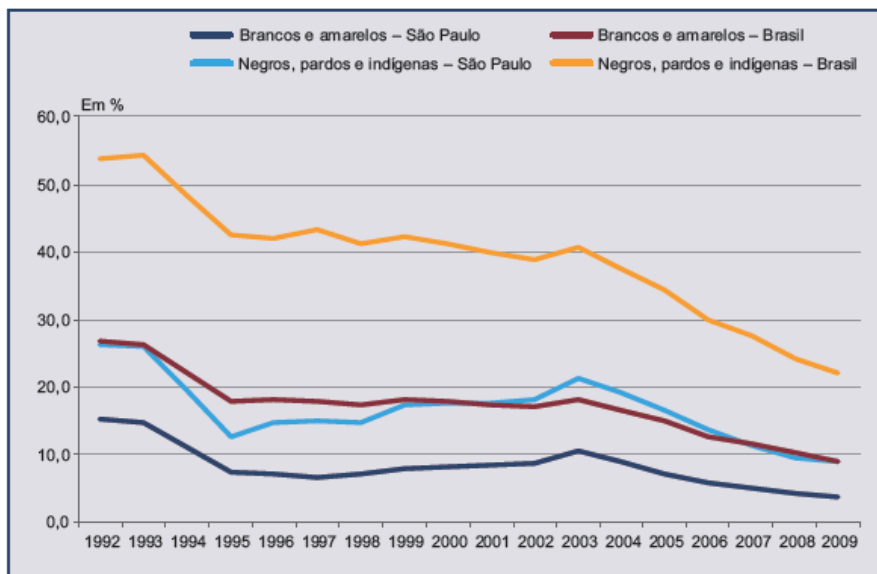
(1) Foram estimados os dados para 1994 e 2000, anos em que não houve coleta de dados pela PNAD.

Nota: Consideram-se em situação de indigência as pessoas com renda domiciliar per capita de até um quarto do salário mínimo de setembro de 1992 (Cr\$ 522.186,94), atualizado pelo INPC Brasil.

Gráfico 10 - Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita de até 1/4 salário mínimo. Fonte: Relatório Estadual de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2012.

A incidência de pobreza entre população negra, parda e índia no estado de São Paulo atingiu a parcela de brancos e amarelos nacional, girando em torno de 9%. Embora no estado apresente menores diferenças entre as populações de negros, pardos, índios e brancos e amarelos, ainda verifica-se o dobro da incidência de pobreza entre a população negra, parda e índia com relação a brancos e amarelos.

Nível de pobreza, segundo grupos de raça/cor
Brasil e Estado de São Paulo – 1992-2009 (1)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

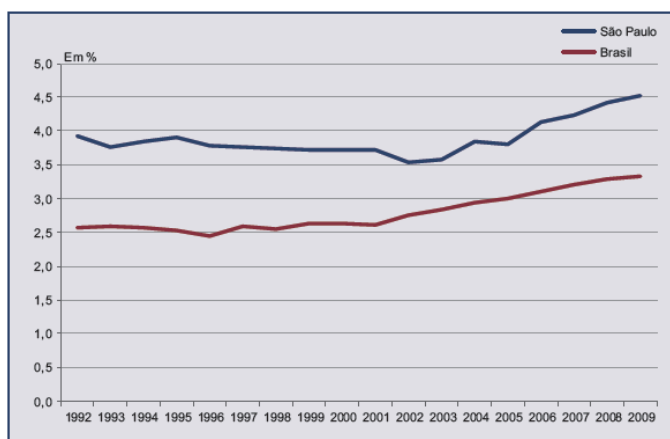
(1) Foram estimados os dados para 1994 e 2000, anos em que não houve coleta de dados pela PNAD.

Nota: Consideram-se em situação de pobreza as pessoas com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo de setembro de 1992 (Cr\$ 522.186,94), atualizado pelo INPC Brasil.

Gráfico 11 - Distribuição da pobreza segundo grupos de cor. Fonte: Relatório Estadual de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2012.

Com relação ao quadro distributivo, tanto o Brasil quanto o Estado de São Paulo avançaram. Em São Paulo, a parcela de pobres que se apropriaram da renda gerada pelo país passou de 4% em 1992 para 4,5% em 2009, comparativamente com os resultados nacionais o desempenho do estado superou em 30% a média nacional.

Parcela de renda apropriada pelos 20% mais pobres
Brasil e Estado de São Paulo – 1992-2009 (1)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

(1) Foram estimados os dados para 1994 e 2000, anos em que não houve coleta de dados pela PNAD.

Gráfico 12- Parcela de Renda apropriada pelo 20% mais pobres Brasil e SP. Fonte: Relatório Estadual de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2012.

O quadro distributivo da apropriação de renda do Brasil evidencia a desigualdade do país. Durante a década de 90, os 20% mais pobres apropriaram-se cerca de 2,6% (Brasil) e cerca de 3,8% (São Paulo) de suas rendas, em 2009 não ultrapassam os 4,5%.

O Município de Ribeirão Preto, se comparado com o Estado de São Paulo, conforme tabela 6 abaixo, apresenta índices mais elevados das condições de vida, já que a renda per capita aproxima-se da renda do que chamaríamos de uma classe média. Porém, índices de pobreza e extrema pobreza giram em torno de 11% e 4% , o coeficiente de Gini do município foi em 2010 de 0,54 enquanto do Estado é de 0,468, demonstrando que embora a cidade apresente maior renda per capita, há grande probabilidade de uma maior concentração dessa riqueza.

Condições de Vida	Município	Reg. Gov.	Estado
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,8	...	0,783
Renda per Capita	R\$ 1.052,76	R\$ 849,99	R\$ 853,75
Domicílios Particulares com Renda per Capita de até 1/4 do Salário Mínimo	4,55%	5,35%	7,42%
Domicílios Particulares com Renda per Capita de até 1/2 Salário Mínimo	11,75%	14,97%	18,86%

Tabela 6- Índice de condições de Vida no Município de Ribeirão Preto. Fonte: SEADE, 2014

Ainda que apresente melhorias acima da média nacional, o estado de São Paulo convive com grandes contradições sociais marcadas pela profunda desigualdade. Ainda, durante nossas buscas percebemos que tentativas de medições mais qualitativas do nível da qualidade de vida na dimensão do combate à pobreza para o alcance do bem-estar social são incipientes, sendo uma delas o desenvolvimento do índice paulista de vulnerabilidade social em 2010.

Para a realização da pesquisa que se pretende desenvolver, utilizaremos as abordagens multidimensionais do conceito de pobreza, seguindo a metodologia já aplicada na elaboração da pesquisa qualitativa Vozes dos pobres, (2000), realizada no

Brasil, que elaborou os seus roteiros e guias para os grupos focais a partir de três principais dimensões relacionadas à pobreza: (1) Falta de rendimentos e recursos para atender necessidades básicas; (2) Impressão de não ter voz, de impotência perante instituições do estado e da sociedade; (3) Vulnerabilidade a adversidades associadas à incapacidade de lidar com elas. Além de já ter sido aplicada, esta metodologia contempla de maneira mais ampla o conceito de pobreza ao mesmo tempo em que permite a geração de dados qualitativos que poderão ser acompanhados por outros pesquisadores da mesma população.

1.4. Propostas encontradas para sair da pobreza

Nossos levantamentos de dados demonstram que as principais propostas encontradas para sair da pobreza relacionam-se diretamente com a intervenção do Estado, por meio do delineamento de políticas públicas que contemplem a questão da desigualdade social e promovam a erradicação da fome e da miséria.

Os trabalhos mais destacados para erradicação da pobreza estão ligados à instituição dos Objetivos do Milênio, um acordo mundial assinado por 189 nações em 1990, proposto pelas Nações Unidas que estabeleceu oito objetivos para combate a extrema pobreza e outros males da sociedade, com a meta para atingimento até 2015. São eles:

- (1) Erradicar a pobreza extrema e a fome
- (2) Atingir o ensino básico universal
- (3) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
- (4) Reduzir a mortalidade infantil
- (5) Melhorar a saúde materna
- (6) Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças
- (7) Garantir a sustentabilidade ambiental
- (8) Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

O primeiro objetivo, a erradicação da pobreza e da fome extrema, é composto por cinco metas que, notadamente, foram balizadoras para a determinação de políticas públicas sociais no Brasil nos últimos anos. São elas:

- (1) Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPC por dia.
- (2) Reduzir a um quarto, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPC por dia.
- (3) Alcançar o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente **para todos**, incluindo mulheres e jovens.
- (4) Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome.
- (5) Erradicar a fome entre 1990 e 2015.

Segundo o Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio (2010), o Brasil cumpriu a meta de reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza já em 2007, superando-a para um quinto da população em 2008, de 25,6% da população em 1990 para 4,8% em 2008. Porém, assim mesmo 8,9 milhões de brasileiros ainda tinham renda domiciliar inferior a US\$ 1,25 por dia até 2008.

Tais determinações culminaram na disseminação de várias iniciativas, conforme aponta o relatório nacional de acompanhamento:

Principais Iniciativas do Governo Federal para o Combate à Fome e à Pobreza Extrema ¹	
ACESSO À ALIMENTAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> a. Programa Bolsa Família – PBF b. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE c. Distribuição de Cestas de Alimentos para Grupos Populacionais Específicos d. Promoção de Hábitos de Vida e de Alimentação Saudáveis e. Rede de Equipamentos Públicos e Serviços de Alimentação e Nutrição – Redesan f. Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT g. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan h. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan i. Promoção de Aleitamento Materno e de Práticas Alimentares Adequadas na Infância j. Programas Nacionais de Suplementação de Vitamina A e Ferro
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> a. Programa Territórios da Cidadania - PTC b. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf c. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA
GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	<ul style="list-style-type: none"> a. Política de Valorização do Salário Mínimo b. Investimentos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para Geração de Emprego e Renda c. Programa Nacional de Economia Solidária em Desenvolvimento

	<ul style="list-style-type: none"> d. Inclusão Bancária e Microcrédito e. Plano Nacional de Qualificação – PNQ f. Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – Prominp
CRIANÇA, ADOLESCENTE E JOVEM	<ul style="list-style-type: none"> a. Agenda Social Criança e Adolescente b. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI c. Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem d. Aprendizagem Profissional e. Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes f. Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM g. ProSinase h. Programa Saúde na Escola – PSE
IDOSOS E PESSOAS COM DE DEFICIÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> a. Benefício de Prestação Continuada e Renda Mensal Vitalícia b. Programa Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência c. Programa BPC na Escola d. Compromisso pelo Envelhecimento Ativo e Saudável
CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> a. Previdência Social b. Consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS c. Programa de Promoção do Registro Civil de Nascimento d. Programa de Erradicação do Trabalho Escravo e. Plano Nacional de Trabalho Decente f. Programa Mais Cultura g. Ações de Promoção da Igualdade Racial h. Programa Brasil Quilombola i. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci j. Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente
Aplicação dos recursos petrolíferos do pré-sal na redução das desigualdades sociais do país	

Tabela 7- Principais Iniciativas do Gov. Federal para o cumprimento da meta de Erradicação da fome e pobreza. Fonte: Relatório Nacional do Acompanhamento dos ODM, 2010.

Os Objetivos do Milênio ainda apontam a organização dos setores da sociedade civil como também privados, no estabelecimento de parcerias como o objetivo para o desenvolvimento humano, conforme elencado no oitavo objetivo: “Estabelecer uma parceria mundial para o Desenvolvimento”. Nesse cenário, contemplam-se ações voltadas para a reformulação de políticas econômicas e de saúde, como também a ajuda

humanitária e cooperação com outros países. Nota-se a ampliação da participação do segundo e do terceiro setor¹² na busca por soluções para a pobreza.

Sobhan (2010, apud Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013) aponta como necessidade a promoção da mudança estrutural para corrigir as injustiças sociais. Defende agendas políticas mais inclusivas que permitam que os excluídos participem, em condições equitativas, na economia de mercado e na política democrática, que seja moldado um processo de produção capaz de emancipá-los proporcionando-lhes a capacidade de tornarem-se proprietários de bens produtivos, por meio da agregação de valor através da ação coletiva. Tais acessos aos bens de mercado devem ainda acompanhar o acesso equitativo à saúde e à educação de qualidade, tão essenciais para sua capacitação, além da participação ativa em instituições representativas de acesso às instituições do Estado.

Notamos aqui que a utilização de índices de pobreza sob o prisma da renda, embora amplamente adotada pelos órgãos internacionais e os governos nacionais para monitoramento da eficácia de políticas de desenvolvimento social, fornece uma visão estreita do cenário da pobreza e conseqüentemente do desenvolvimento dos países. Isso se deve ao fato de ignorar os aspectos multidimensionais provenientes das relações entre indivíduos e instituições tal como entre as classes sociais. Tal dificuldade para a adequação de uma medida da pobreza é percebida pela sucessão de propostas de novos índices de desenvolvimento: PQLI, IPH-1 e IPH-2, IDH, IDHAD, IPM, IGD. As abordagens multidimensionais ainda carecem do levantamento de dados para a constituição de uma base comparativa mais sólida da real situação da pobreza nos países. No Brasil, a situação é ainda mais grave, pois a persistente mensuração e análise da pobreza por meio dos critérios de renda, além de direcionar a constituição de políticas de distribuição de renda insustentáveis, maquiagem a realidade de inúmeros domicílios brasileiros em nome da formação de uma imagem positiva no cenário político internacional. Os objetivos do milênio, estabelecidos pela ONU, deverão

¹² Juridicamente, a sociedade brasileira está organizada em 3 setores: o primeiro setor, que é o Estado ou o setor público, o segundo setor, que é o setor privado, ou seja, as empresas, com finalidade lucrativa e, recentemente, o terceiro setor, privado, representado pelo conjunto de iniciativas da sociedade civil voltadas para o interesse público, são associações, fundações, organizações não governamentais, movimentos sociais organizados, entidades de classes, organizações assistências, de benemerência e caritativas. Cf. Pinho; Nascimento, 2004.

alcançar suas metas em 2015, porém, ainda que restem estatísticas percentuais mais baixas, o exército de famintos e excluídos existirá enquanto mudanças estruturais não ocorrerem.

Ainda longe da proposta socialista de Marx, algumas iniciativas dentro do próprio capitalismo surgem a partir de uma perspectiva de solidariedade e humanização: os negócios sociais, que assim conceituados por Yunus (2010, p.10) tratam-se de “uma nova forma de capitalismo e um novo tipo de empreendimento [...] que se baseia no altruísmo”. Esta é uma das propostas pioneiras de atuação do setor privado para o fim da pobreza. Mas, até que ponto o mercado seria eficiente para a resolução de problemas sociais, ou seja, para gerar bem-estar social e incluir os excluídos? Vamos tratar desse assunto no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

NEGÓCIOS SOCIAIS, EM BUSCA DE UM CONCEITO

O surgimento de soluções para a pobreza por meio da utilização de mecanismos de mercado, ou seja, pela atuação de indivíduos e organizações do setor privado, é uma vertente ainda muito recente, de forma que na literatura atual encontram-se diferentes termos para designar tais iniciativas: empresas sociais, empreendedorismo social, negócios sociais, negócios inclusivos, dentre outros. Muitas vezes estas nomenclaturas mesclam-se em suas conceituações. Tentaremos neste capítulo elucidar algumas questões que os diferenciam a fim de definir os critérios que utilizaremos para escolha da organização que será foco do estudo.

O conceito de negócio social começou a ser delineado pelo economista Muhammad Yunus que no início dos anos 1970 viu assolar em seu país, Bangladesh, as dramáticas consequências da guerra civil para independência do seu país seguida de catástrofes naturais que impuseram a milhões de pessoas a situação desesperadora de fome e miséria extrema. Angustiado com a realidade que se encontrava ali ao lado da Chittagong University, onde era professor, foi ao encontro da aldeia de Jobra na esperança de poder ser útil para pelo menos uma pessoa. Durante a sua visita, deparou-se com a luta diária que o povo enfrentava para obtenção de quantias mínimas de dinheiro para a produção de artesanatos que garantiriam a sua subsistência. Notou que a exploração exercida pelos agiotas aprisionavam famílias na pobreza. Iniciou, então, a experiência do microcrédito com a criação do Grameen Bank (banco da aldeia em bengali – idioma local), criando mecanismos de empréstimos de pequenas quantias àqueles que eram reconhecidos pelas instituições financeiras tradicionais como clientes sem capacidade creditícia e, portanto, **negada** qualquer prestação de serviços financeiros. Yunus observou neste episódio que o acesso a serviços financeiros é tão vital para a autorrealização das pessoas [no atual sistema capitalista] que a concessão de crédito deveria ser considerada um direito humano.

Para Yunus (2010) a “falha” na teoria do capitalismo reside no fato de que foi elaborada a partir do princípio de que os seres humanos engajados em negócios têm como motivação apenas a busca desenfreada pelo lucro, ou seja, suas decisões atendem a interesses estritamente egoístas. Porém, analisa que se isso fosse verdade não haveria como explicar a existência de organizações sem fins lucrativos, serviços de caridade e assistência, trabalhos de caráter altruísta. Ele identificou a teoria econômica atual é como falha ao basear-se na existência de um homem unidimensional, *homo economicus*, quando, na verdade, pensa que é possível aproveitar o potencial criativo humano para a solução de problemas da sociedade por meio da abertura de um espaço para um tipo de negócio em que “tudo é para o benefício dos outros e nada é para os proprietários, exceto o prazer de servir a humanidade” (YUNUS, 2010, p.10). Este negócio que corrigiria as imperfeições do capitalismo é o negócio social.

Yunus (2010, p.10) descreve o negócio social como “uma empresa que não envolve perdas e não paga dividendos, inteiramente dedicada à realização de um objetivo social.” Os negócios sociais podem ser classificados em dois tipos, segundo Yunus (2010):

Negócio social TIPO I: empresa com receitas e despesas equilibradas, sem perdas e sem dividendos que se dedica a resolver um problema social. Seus proprietários são investidores que reinvestem todos os lucros na expansão e melhoria do negócio.

Assim, parte do excedente econômico gerado pelo negócio social é investida em sua expansão enquanto a outra parte é mantida como reserva para cobrir gastos inesperados, ou seja, o lucro não é apropriado, mas, servirá para cobrir suas próprias despesas, tornando-se assim, autossustentável. Como se dedica integralmente à causa social, a ideia de obtenção de ganhos pessoais está ausente, de forma que o proprietário poderá recuperar depois de certo tempo apenas o montante investido, sem sequer correções inflacionárias. Neste caso, se alguém investiu R\$ 1000 num negócio social, receberá de volta R\$ 1000 e nenhum centavo a mais.

Negócio social TIPO II: empresa com fins lucrativos de propriedade de pessoas pobres (diretamente ou por meio de um fundo destinado a uma causa social definida) em que os lucros gerados pelo empreendimento revertem para estes pobres, aliviando a

pobreza. Um exemplo desse tipo de negócio é o próprio Grameen Bank onde os pobres são proprietários e clientes do banco. Um ponto importante a ser considerado aqui é que não são os rendimentos em si, provindos da propriedade de cotas do banco, capazes de retirar tais pessoas da pobreza, a grande contribuição do banco para erradicá-la está na maneira como oferece seus empréstimos. Podemos notar que sua atuação vai além da resolução da falta de crédito. Por meio do estabelecimento das 16 decisões – que é um conjunto de compromissos que as mutuárias devem assumir para ter acesso aos empréstimos – estabelece-se a adoção de condutas que visam à resolução de problemas maiores, relacionados aos cuidados básicos em saúde, educação, moradia tal como a formação de uma rede de solidariedade e comprometimento entre si e a sua comunidade. Conforme podemos verificar a seguir:

As 16 decisões do Grameen Bank:

1. Nós seguiremos os quatro princípios do Grameen Bank: união, disciplina, coragem e trabalho duro – em todas as esferas de nossas vidas;
2. Traremos prosperidade para nossas famílias;
3. Não viveremos em casas dilapidadas. Faremos os reparos necessários e trabalharemos buscando a construção de novas casas no menor prazo possível;
4. Cultivaremos vegetais durante todo o ano. Nós nos alimentaremos deles e venderemos o excedente;
5. Na época do plantio, plantaremos o máximo possível de mudas;
6. Teremos pequenas famílias, reduziremos nossos gastos e cuidaremos da nossa saúde;
7. Educaremos nossas crianças e trabalharemos para ganhar o suficiente para pagar por seus estudos;
8. Manteremos sempre nossos filhos e o ambiente limpos;
9. Construiremos e usaremos latrinas;
10. Beberemos água de poços tubulares. Se não for possível, ferveremos e filtraremos a água;
11. Não receberemos nenhum dote no casamento de nossos filhos e nem daremos qualquer dote no casamento de nossas filhas. Manteremos nossa comunidade livre da maldição do dote. Não promoveremos casamentos de crianças.
12. Não infligiremos nenhuma injustiça a quem quer que seja nem permitiremos que alguém o faça.
13. Responsabilizaremos-nos coletivamente por grandes investimentos para auferir maiores rendimentos;
14. Estaremos sempre prontos para ajudar os outros. Se alguém estiver em dificuldade, deveremos ajudá-lo (a);
15. Se soubermos que a disciplina foi quebrada em um núcleo ou grupo, todos nós iremos até lá e ajudaremos a restaurá-la;

16. Introduziremos exercícios físicos em nossos núcleos e tomaremos parte em atividades sociais coletivamente (YUNUS; WEBER, 2007, p.58-9. Tradução nossa).

O banco cumpre o seu papel social não apenas dando o acesso ao crédito, mas promovendo de alguma forma a educação para o uso adequado dos empréstimos, visando o combate à pobreza, a fim de eliminar as circunstâncias de vulnerabilidade que os impediriam de vencê-la.

Essa característica da ação 100% focada na resolução (definitiva) de um problema social é o que diferencia os negócios sociais dos negócios tradicionais. Por essa ótica, o lucro passa a ser um meio ao invés de um fim.

Para tornar mais clara a ideia desse tipo de empreendimento, Hans Reitz formulou juntamente com Yunus (2010, p.21) os “Sete Princípios do negócio social”:

1. O objetivo do negócio é a superação da pobreza ou de um ou mais problemas em áreas como educação, saúde, acesso à tecnologia, meio ambiente etc. que ameaçam as pessoas da sociedade – e não a maximização do lucro.
2. A empresa alcançará a sustentabilidade econômica e financeira
3. Os investidores recebem apenas o montante investido. Não se paga nenhum dividendo além do retorno do investimento inicial.
4. Quando o montante do investimento é recuperado, o lucro fica com a empresa para cobrir expansões e melhorias.
5. A empresa será ambientalmente consciente.
6. A força de trabalho recebe salários de mercado e desfruta condições de trabalho melhores que as usuais.
7. Faça-o com alegria.

Os “Sete Princípios do negócio social” são apenas uma proposta, dentro de um universo ainda em construção, para a definição dos limites conceituais desse tipo de organização que busca a solução de problemas sociais utilizando-se de mecanismos de mercado. Esta linha, fortemente influenciada por Yunus (2010), está presente na abordagem originária das economias emergentes segundo o trabalho de Comini et al (2012) possuindo forte ênfase em aspectos sociais ao invés dos de mercado.

Como veremos a seguir, há um grande esforço para chegarmos a um consenso com relação à conceituação de tais iniciativas no Brasil. Países da União europeia, da

América do Norte e da Ásia já apresentam mais estudos na área que possibilitam um melhor delineamento da questão.

Comini et al (2012) identificaram três principais perspectivas para entendermos Negócios Sociais: a Europeia, a Norte-americana e a de Economias Emergentes.

Os termos e nomenclaturas mais difundidos também se diferenciam. Segundo Comini et al (2012), na Europa o termo amplamente utilizado é “empresa social” para definir uma empresa com objetivos sociais, sendo, inclusive, juridicamente reconhecida como uma forma de organização em muitos países da UE. Possui forte ênfase no modelo de governança participativo devido à presença da cultura do associativismo e participação democrática nesses países.

Já na abordagem norte-americana, utiliza-se a terminologia “negócios sociais” para definir uma empresa com propósitos sociais ou mesmo unidades de negócios com propósitos sociais em empresas tradicionais. O termo ainda foi apropriado pelas ONGs que optaram por entrar no mercado para vender produtos e serviços tendo em vista suas dificuldades em obter financiamentos via governo e doações (BORZAGA et al, 2012). Os norte-americanos consideram “negócios sociais” as iniciativas empreendedoras que em geral geram impactos socialmente positivos por meio do mercado, sejam realizadas por empresas tradicionais, por organizações sem fins lucrativos, filantropos etc. possui forte ênfase de mercado, baseando-se na busca por resultados financeiramente como socialmente positivos (COMINI et al, 2012; BORZAGA et al, 2012).

O forte apelo comercial da perspectiva norte-americana pode ser claramente notado que autores como Prahalad e Hammond (2002) e Chu (2008) ¹³ que afirmam ser possível servir aos pobres lucrativamente. Prahalad (2009) identifica a existência de um grande mercado não atendido: o mercado da base da pirâmide (BoP) representado pela extensa faixa populacional de pessoas de baixa renda – 65% da população mundial (com rendimentos a baixo de U\$2000 a.a.) – que ainda não possuem acesso à diversos

¹³ World Microfinance Forum Geneva , 2008, Geneva. Is it fair to do business with the poor? Relatório. Geneva: 2008. Disponível em : < <http://www.sfgeneva.org/index.php/2009/02/26/979/> > . Acesso em: 03 mai. 2014.

bens e serviços não essenciais do mercado, mas que, mostram-se ávidas pelo seu consumo, capazes de pagar valores mais altos por bens que a classe média, querem gastar seu dinheiro em produtos que possam significar alguma melhoria em sua qualidade de vida e, portanto, proporcioná-las este acesso é poder melhorar suas vidas, aumentar sua autoestima, tal como é fraseada é “fazer bem por fazer o bem”. Fica a pergunta: fazer o bem por fazer bem é suficiente?

Yunus (2010) argumenta que, em tempos de crise, um confronto entre os interesses do lucro (de investidores, proprietários) e os interesses sociais, prevaleceriam sem dúvida, os interesses do lucro. O professor frisa que gestores e donos de negócios sociais deverão indagar-se, primeiramente, sobre o porquê da existência do negócio e sobre a maneira como atingem o seu objetivo, ao invés de considerarem apenas a questão “Isto ajuda os pobres?” (*World Microfinance Forum Geneva*, 2008). Esta linha de pensamento fortemente voltada para a inclusão social pode ser observada na conceituação encontrada nos países emergentes.

Pela visão dos países emergentes (Latino-américa e Ásia), o termo mais utilizado é “negócios inclusivos”, que pode ser definido como organizações que tem como objetivo a geração de emprego e oportunidades para grupos de baixa ou nenhuma mobilidade social no mercado de trabalho pelo “trabalho decente” por meio de um modelo autossustentável de organização (gerando lucros, estabelecendo parcerias com negócios tradicionais como fornecedores ou distribuidores de produtos e serviços). Nessa ótica, os negócios sociais ou inclusivos apresentam forte compromisso com a questão da erradicação da pobreza, gerando impacto social de longo prazo por meio do mercado. Fala-se em mudança social, transformação de vidas. No Brasil, a terminologia “Negócios inclusivos” é pouco difundida, apresenta-se como uma subcategoria dos “negócios sociais” (Comini; Teodósio, 2012¹⁴ apud Comini et al, 2012).

O quadro abaixo nos fornece um comparativo das três perspectivas identificadas por Comini et al (2012):

¹⁴ COMINI, G.; TEODÓSIO, A. Responsabilidade social empresarial no combate a pobreza: perspectivas e desafios dos Negócios Inclusivos no contexto brasileiro. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS), 6., 21-23 maio 2012, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ENAPEGS, 2012.

Principais abordagens para os Negócios Sociais

Perspectiva	Europeia	Norte-Americana	Países Emergentes
Definição	Organizações em que nos negócios são conduzidos por objetivos sociais.	Qualquer forma de empreendedorismo que gera impacto social por meio de negócios.	Organizações ou empresas que geram mudança social por meio de atividades de mercado.
Objetivo principal	Oferecer serviços, originalmente da esfera pública, a preços acessíveis e gerar oportunidades de emprego para grupos e populações desempregadas ou marginalizadas.	Oferecer acesso a produtos e serviços anteriormente disponíveis apenas para a maioria da população mais abastada.	Iniciativas de redução da pobreza que devem ter impacto social positivo, efetivo e principalmente de longo prazo.
Quem cataliza o processo	Empresas com objetivo social	Empresas tradicionais (dirigidas para o lucro)	Geralmente Negócios Sociais e ONGs, mas crescente interesse pelas empresas tradicionais.
Formato do Negócio	Empresas Sociais são diferentes porque o propósito social/ambiental é absolutamente central para o que fazem.	Busca por valor partilhado: resultados financeiros + impacto social	Impacto social é o principal foco.
Escala	Não relevante	Extremamente relevante	Desejável
Lucros	Reinvestimento dos lucros para a própria organização para aumentar o crescimento e o impacto social.	Distribuição de dividendos faz parte da lógica de mercado.	<ul style="list-style-type: none"> • Visão asiática: lucros poderão apenas ser reinvestidos no negócio • Visão latina: aceitável distribuição de lucros
Modelo de Governança	Participação dos beneficiários na tomada de decisão.	Decisões centralizadas, corporativas, mas com parcerias e crescente ideia de co-criação	<ul style="list-style-type: none"> • Visão asiática: mais colaborativa com participação dos beneficiários • Visão latina: ambos modelos aceitos (participativo e centralizado)
Mensuração do impacto	Principalmente impacto social.	Impacto social e financeiro.	Principalmente impacto social.

Tabela 8 - Principais abordagens para os Negócios Sociais. Fonte Comini et.al (2012), nossa tradução

Naigeborin (2010) elaborou um quadro resumo com as definições encontradas para esse conceito e as nomenclaturas relacionadas. Em uma revisão das definições levantadas, foi possível perceber que algumas organizações já se reposicionaram com relação à adoção ou não do conceito de negócios sociais, como é o caso da Artemisia. Ainda para completar a variedade de nomenclaturas encontradas incluímos a definição de “empresas sociais” (*social enterprises*) segundo a NESst.

Principais definições e nomenclaturas utilizadas pelas organizações nacionais e internacionais

Nomenclatura	Autor	Definição
Negócios de Impacto Social ¹⁵	Artemisia	São empresas que oferecem, de forma intencional, soluções escaláveis para problemas sociais da população de baixa renda.
Negócios Sociais	Rede de Empreendedores da Ashoka	Negócio que utiliza mecanismos de mercado para brindar maiores benefícios a setores da sociedade que hoje estão excluídos. O negócio social é um meio e não um fim em si mesmo
Negócios Sociais	Grameen Bank ¹⁶	Negócios que visam à solução de um problema social, capazes de gerar receita para cobrir 100% de seus custos, e, que não permitem a distribuição de lucros para seus investidores
Negócios Inclusivos	Avina	Iniciativas economicamente rentáveis que usam mecanismos de mercado para melhorar a qualidade de vida de pessoas de baixa renda, ao permitir sua participação na cadeia de valor ou seu acesso a serviços básicos essenciais de melhor qualidade ou a menor preço
Negócios Inclusivos	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	Negócios que envolvem os pobres no processo de desenvolvimento econômico no âmbito da demanda, como clientes e consumidores e, no âmbito da oferta, como empregados, produtores e donos de negócio em vários pontos da cadeia de valor
<i>For-benefit Organizations</i>	Fourth Sector	Integram impacto social e ambiental e estratégias de negócio e vão além, incluindo elementos de governança inclusiva, transparência na prestação de contas, compensações justas, responsabilidade ambiental, serviços comunitários e lucros destinados ao bem comum

¹⁵ No trabalho de Naigeborin (2010), a nomenclatura utilizada pela Artemisia era de “negócios sociais”, sendo definido como: Iniciativas economicamente rentáveis que através da sua atividade principal brindam soluções para problemas sociais e/ou ambientais, utilizando mecanismos de mercado.

¹⁶ Esta é a definição de negócio social do Tipo I, proposta por Yunus (2010), a mais difundida na literatura.

<i>Majority Markets / Oportunidades Para A Maioria</i>	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Iniciativas que promovem o envolvimento de comunidades de baixa renda e do setor privado na criação de empregos, no desenvolvimento e no fornecimento de produtos e serviços de qualidade e na tomada de medidas destinadas a inserir a maioria dos cidadãos no circuito econômico do setor produtivo, de modo a serem beneficiados por ele e contribuírem para o crescimento.
Empresas Sociais	NESst ¹⁷	Negócios que resolvem problemas sociais críticos de maneira sustentável criam e vendem produtos que melhoram a qualidade de vida para pessoas em vulnerabilidade social, os lucros obtidos devem ser reinvestidos em sua maioria para o crescimento do negócio, engaja-se em atividades de desenvolvimento da comunidade incluindo grupos marginalizados.

Tabela 9 - Levantamento das definições para Negócios Sociais/Negócios Inclusivos/Negócios de Impacto Social etc pelas principais organizações nacionais e internacionais. Fonte: Naigeborin (2010) adaptado pela autora.

É possível identificar as três vertentes observadas por Comini et al. (2012) por trás das descrições dadas por cada organização. No Brasil, vemos a predominância tanto da vertente estadunidense (Artemisia e Ashoka) como a de países emergentes (Avina e Pnud). Embora os conceitos diferenciem-se em alguns pontos, convergem para a tipificação de organizações com objetivos de solucionar problemas sociais utilizando-se de mecanismos de mercado. As principais diferenças residem nos caminhos que acreditam serem os mais eficientes para gerar impacto social.

Resumidamente, há duas grandes ênfases que os negócios sociais podem apresentar: uma maior ênfase de mercado ou uma maior ênfase social. O quadro abaixo estabelece a partir da comparação de 14 aspectos dos negócios sociais as principais características do modelo de organização para cada vertente.

¹⁷ Organização internacional fundada por Lee Davis and Nicole Etchart em 1997, como uma ong, tornando-se um negócio social em 1998 para suporte, incubação e promoção de negócios sociais, principal organizadora da *Social Enterprise World Forum* (SEWF)

Quadro para análise de Negócios Sociais

	Maior ênfase de Mercado	Maior ênfase em aspectos Sociais
Objetivo Principal	Acesso ao grande mercado (base da pirâmide - BoP)	Redução da pobreza
Oferta	Qualquer produto ou serviço para BoP	Produtos e serviços considerando necessidades básicas (educação, saúde, moradia, alimentação e crédito) ou de dimensões ambientais
Intencionalidade	Geração de valor social é importante, mas não é a principal atividade	Geração de valor social é o centro do negócio
Impacto	Contribuição indireta para redução da pobreza	Contribuição direta para redução da pobreza
Clientes	BoP não é o foco principal	Principalmente para BoP
Base da Pirâmide	Principalmente como consumidores	Principalmente como produtores, fornecedores ou beneficiários
Escalabilidade	Extremamente relevante	Não muito relevante
Trabalhadores	Não é prioridade	Marginalizados e excluídos economicamente
Forma legal	Empresas tradicionais (setor privado)	Organizações da sociedade civil
Envolvimento da comunidade na tomada de decisão	Não há participação	Há mecanismos institucionais para participação coletiva
Prestação de Contas	Não é uma prioridade	Total prioridade
Distribuição de Lucros	Distribuição de dividendos	Lucros totalmente reinvestidos na empresa
Valor econômico	Lucro com base nas vendas deduzidas as despesas	Lucro não exclui subsídios paralelos e doações de benefícios fiscais
Valor social	Indicadores tangíveis (acesso a produtos e fornecimento)	Indicadores intangíveis (cidadania, auto-estima, capital social)

Tabela 10 - Diferenças entre a ênfase de mercado e a ênfase social para os Negócios Sociais. Fonte: Comini et al (2012)

Podemos observar que, de uma maneira geral, os negócios sociais buscam melhorar as condições de vida das pessoas na base da pirâmide, aqueles com maiores condições procuram alcançar esse objetivo promovendo o acesso a bens e serviços do mercado que antes eram disponíveis apenas para a população com melhores condições financeiras, assim, sua contribuição para a redução da pobreza ocorre de forma indireta, por meio da possibilidade de tornar classes de baixa renda em novos consumidores, explorando um perfil de cliente antes não atendido, vê-se aqui uma oportunidade de negócio que pode ser muito lucrativa. Nessa perspectiva, há a necessidade do negócio social oferecer aos seus investidores incentivos financeiros atraentes, priorizando os aspectos que gerem maior valor econômico para sua atividade valendo-se da lógica de mercado vigente. Por isso, questões relacionadas ao universo das empresas possuem maior destaque nessa abordagem, como a escalabilidade do negócio e a distribuição dos lucros aos acionistas em detrimento das questões sociais (intencionalidade, impacto, geração de valor social etc).

Já a ênfase social, busca oferecer, por meio do mercado, soluções para atender às necessidades básicas para o fim da pobreza, tais como saúde, educação, moradia, crédito entre outros, contribui de forma direta para a melhoria de condições estruturais. Inclui na sua formatação de negócio a quebra de paradigmas dentro do mundo dos negócios e da administração, pois, incentiva não só a oferta de produtos e serviços para a base da pirâmide, mas estimula que tais pessoas que a compõe sejam os empreendedores desses negócios, é dada importância para que seus sistemas de governança priorizem a transparência e a participação coletiva da comunidade na tomada de decisão, gerando renda e inclusão social. Aspectos financeiros e taxas de retorno aos investidores não são os principais critérios para medir o seu sucesso, mas sim, os ganhos intangíveis relacionados à cidadania, à autoestima, ao empoderamento, ou seja, indicadores de bem-estar social. Ainda nessa abordagem, o lucro financeiro poderá existir, e deverá ser totalmente reinvestido no negócio de forma a levar a autossuficiência financeira das atividades, porém para alcançá-lo, não são excluídos num primeiro momento, subsídios paralelos, doações e benefícios sociais, a diferença reside na maneira em produzir excedentes financeiros gerando benefícios sociais permanentes.

Segundo Comini et al (2012) a falta de uma visão homogênea sobre o tema dos negócios sociais deve-se: (a) às diferentes maneiras de se definir o valor social das empresas; (b) às diferentes formas para gerar impacto social e inovação nesse tipo de organização.

A partir da análise de 33 negócios sociais na região ibero-americana, Portocarrero e Delgado (2010, apud Comini, 2011) apresentam quadro com os principais elementos para mensuração do impacto social gerado por tais empreendimentos, enfatizando a importância de uma visão ampla sobre o valor.

Principais elementos de Geração de Valor

Desenvolvimento de capital social

- Construção de redes, relacionamentos locais e fortalecimento de capacidade
 - Construção de um sentimento de pertencimento a uma comunidade
 - Construção de rede social; confiança, reciprocidade e desenvolvimento de cooperação
 - Maior disponibilidade de recursos próprios e de terceiros por meio de contatos e interações
 - Capacitação do setor de baixa renda para agilizar e expressar as demandas
 - Melhoramento da autoestima
 - Associação de interesses individuais.
 - Ligar grupos sociais dispersos a administrações, empresas, novos mercados ou clientes locais.
-

Acesso a bens e serviços

- Redução de preços
 - Pagamento fragmentado de bens e serviços e sistemas pré-pagos.
 - Presença física em áreas rurais e áreas pobres urbanas
 - Investimentos privados em equipamentos, infraestrutura e redes de distribuição
 - Acesso flexível a mecanismos de empréstimos.
 - Eliminação de barreiras à educação
-

Aumento de renda

- Matérias primas produzidas – principalmente em áreas rurais para as empresas, particularmente produtos agrícolas ou relacionados à agricultura
 - Organização de produtores e associação ou incorporação a cadeias produtivas.
 - Aumento de produtividade advindo de treinamento e assessoria técnica
 - Eliminação de intermediários
 - Certificação para produtos diferenciados
 - Melhores canais de marketing
 - Economia em compras frequentes
-

Promoção de Cidadania

- Reconhecimento e exercício de direitos básicos (vida, trabalho, etc)
- Defesa de interesses públicos
- Maior visibilidade e dignidade para setores de baixa renda e grupos excluídos

- Intermediação de oportunidades de trabalho para pessoas com deficiência, grupos excluídos ou indivíduos não qualificados.
- Validação da identidade de indivíduos não registrados.
- Acesso físico ao mercado para vender a produção do setor de baixa renda
- Consciência ambiental
- Promoção de bons hábitos de higiene, ordem e consumo racional.

Tabela 11 - Principais elementos de Geração de Valor. Fonte Portocarrero e Delgado (2010, apud Comini, 2011)

Como já vimos no capítulo anterior, a pobreza pode ser entendida como um fenômeno multidimensional e complexo. Para sua erradicação, seriam necessárias ações mais amplas capazes de contemplar também os aspectos intangíveis inerentes dos fenômenos sociais. Assim, se é possível estabelecer de fato diferenças entre um negócio social e um negócio tradicional, acreditamos que a vertente mais adequada para que o negócio social se constituísse como um novo conceito de organização é aquela que defende a forte ênfase social de inclusão em sua atuação, seguindo a linha proposta por Yunus (2010). Portanto, para efeitos de critérios de avaliação, neste trabalho adotamos esta vertente para seleção da organização a ser estudada e para a análise dos aspectos relevantes a serem considerados para comparação.

Economia Solidária e o empoderamento

O surgimento, no contexto latino-americano, de tais organizações socialmente engajadas e economicamente produtivas, muitas vezes resultado de associações locais capazes de estabelecer práticas que permitam a reconstrução dos sujeitos sociais, formam um novo mercado, uma nova maneira de estabelecer relações sociais e econômicas assim representas pelo que chamamos de Economia Solidária (ES), assim colocado por Paul Singer (2002) como uma “nova economia”.

O norte principal da ES é a promoção da cooperação ao invés da competição sendo a forma mais comum de sua expressão “empreendimentos econômicos coletivos, organizados sob a forma associativista ou cooperativista, e orientados pelos princípios da autogestão, da democracia e da solidariedade.” (RODRIGUES et al., 2012). Para a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2012), a economia solidária: “É um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem

explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem”

Segundo De Oliveira et al. (2012) a definição de ES pelo fórum brasileiro de economia solidária enfatiza a importância dos valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, assim definida como “fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras na construção de novas práticas econômicas e sociais fundadas em relações de colaboração solidária”. A origem popular desse tipo de iniciativa também é destacada por Singer como uma forma de organização dos trabalhadores em resistência ao modelo capitalista (RODRIGUES et al, 2012). No Brasil toma força perante o cenário de aumento do desemprego e exclusão de grupos ditos vulneráveis a partir da década de 90, resultado da globalização da economia e precarização das relações de trabalho. Surge assim, como uma alternativa dos excluídos para a geração de renda com autonomia.

Nota-se aqui a clara definição de um papel político que tais formatos de organizações apresentam. Falamos de certa forma, de um empoderamento de grupos excluídos, aqui entendido por uma perspectiva mais ampla baseada em mudanças sociais estruturais de longo prazo de grupos desfavorecidos, ao invés de ações de inclusão que não permitam a sua articulação, conforme elucida Gohn (2004):

Cumprir destacar que o significado da categoria “empowerment” ou empoderamento como tem sido traduzida no Brasil, não tem um caráter universal. Tanto poderá estar referindo-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades - no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social); como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal etc., em sistemas precários, que não contribuem para organizá-los – porque os atendem individualmente, numa ciranda interminável de projetos de ações sociais assistenciais. (GOHN, 2004, p.4)

Para Horochovisk e Meirelles (2007), trata-se, portanto, da promoção de direitos de cidadania, antes privados pela pobreza como coloca Sen (2000).

Verificamos que dentro da economia solidária a principal forma de desenvolvimento estimulada é o desenvolvimento local sustentável, uma vez que, é a

partir da mudança no plano micro que transformações sociais ocorrem, como explica Gohn (2004):

É no plano local, especialmente num dado território, que se concentram as energias e forças sociais da comunidade, constituindo o poder local daquela região; no local onde ocorrem as experiências, ele é a fonte do verdadeiro capital social, aquele que nasce e se alimenta da solidariedade como valor humano. O local gera capital social quando gera autoconfiança nos indivíduos de uma localidade, para que superem suas dificuldades. Gera, junto com a solidariedade, coesão social, forças emancipatórias, fontes para mudanças e transformação social. (GOHN , 2004, p.5)

Neste trabalho, buscamos identificar de que maneira os negócios sociais, tal como conceitua Yunus (2010), são capazes de empoderar os pobres produzindo impactos sociais nas suas vidas, percebidos dentro de suas experiências nesse tipo de organização.

No capítulo seguinte, serão apresentadas a metodologia e a coleta de informações, bem como a análise dos “achados” da pesquisa etnográfica realizada junto aos cooperados da Cooperativa Acácia, em Araraquara-SP.

CAPÍTULO 3

CAMINHOS PERCORRIDOS E ACHADOS DA PESQUISA

Partindo do interesse de relacionar os marcos de uma trajetória pessoal com o envolvimento num negócio social e a necessidade de compreender também as relações sociais dentro de uma organização, dentro de um contexto de trabalho, interagir e participar do dia a dia dos sujeitos de pesquisa, escolhemos utilizar o método de pesquisa qualitativa etnográfica que se enquadra na proposta de imersão do pesquisador a campo no cotidiano de uma comunidade sem que haja alguma intervenção sua no ambiente, como pontua Brewer (2000):

Etnografia é o estudo das pessoas em seus contextos naturais ou ‘campos’ por meio de métodos de coleta de dados que captam seus significados sociais e suas atividades corriqueiras envolvendo o pesquisador diretamente no contexto, quando não nas atividades, para coletar dados de uma maneira sistemática sem uma imposição de valores às pessoas. (Brewer, 2000, p.10)

Angrosino (2008) aponta a utilização da etnografia como uma forma de estudar pessoas em grupos organizados e duradouros, de modo a compreender a sua cultura, ou, assim entendido como o modo de vida característico de um grupo.

Realizamos observações em campo, registros fotográficos e entrevistas em profundidade individuais guiadas por um roteiro semi-estruturado que perpassava passado, presente e futuro.

Foram realizadas 5 visitas ao campo no período de 2 meses no ano de 2014. Sendo:

- a) 1ª visita, exploratória, apresentação da organização, contato com os trabalhadores e lideranças, realização de anotações no diário de campo, estabelecimento de relacionamentos (aproximação);

- b) 2ª visita, observação participante na reunião mensal da coordenação de equipes, realização de anotações;
- c) 3ª visita, realização de entrevista individual, registros fotográficos, anotações, agendamentos de entrevistas (indicações);
- d) 4ª visita, realização de entrevistas individuais, agendamentos de entrevistas, anotações e fotos;
- e) 5ª visita, realização de entrevistas.

Para as análises, procuramos selecionar: a) os aspectos das principais temáticas de interesse da investigação (contexto familiar no passado, aspectos do trabalho na cooperativa, contexto atual, perspectivas de futuro); b) a descoberta de pontos comuns nos discursos; c) os “achados” inesperados do dito e do não dito. Para a contextualização do histórico da organização, além do aproveitamento de trechos nos relatos pessoais, utilizou-se também de fontes documentais, tais como outras pesquisas já realizadas neste contexto, como notícias em jornais locais a respeito dos processos históricos relacionados ao surgimento da organização.

Explicaremos, detalhadamente, a seguir, os processos de escolha do campo de pesquisa (a organização), dos sujeitos e as circunstâncias do levantamento de dados. Malinowski (1997) enfatiza que a pedra elementar dos pilares do trabalho etnográfico é o conhecimento das condições em que foi conduzida a pesquisa para que se possa ter ideia dos alcances e limites do trabalho realizado.

3.1. Os sujeitos da pesquisa

Para a escolha dos entrevistados, consideramos manter o desequilíbrio de gênero que observamos nesse tipo de empreendimento, sendo uma maioria de mulheres. Dessa forma, a distribuição dos entrevistados foi a seguinte: quatro cooperadas do gênero feminino (duas em cargos de liderança) e dois cooperados do gênero masculino. Nesta seleção, consideramos o tempo de trabalho de cada um na cooperativa, visando obter diferentes pontos de vista de acordo com o tempo de envolvimento com o trabalho.

Gostaríamos de ter tido a oportunidade de entrevistar a presidente da cooperativa, porém, embora tenha tentado algumas vezes entrar em contato com ela, não foi possível agendar uma data para uma conversa pessoal, pois ela mostrou-se sempre ocupada, envolvida em viagens representando a cooperativa e o movimento dos catadores, sendo dificilmente encontrada na cooperativa nas datas de minhas visitas.

Os registros foram gravados em arquivos de áudio utilizando gravador de mão e as gravações foram transcritas integralmente por mim mesma. Os entrevistados assinaram um termo de livre consentimento para participarem da pesquisa.

As entrevistas ocorreram dentro do ambiente da cooperativa. Sabe-se, como nos advertiu Thompson (1992), que quando trabalhadores são entrevistados em seu local de trabalho, os resultados podem ser diferentes de quando são entrevistados em suas casas, sobretudo no que concerne ao tema “trabalho”. Segundo o autor, o local onde é feita a entrevista suscita mais lembranças relacionadas ao lugar ou contexto. Por outro lado, um trabalhador pode associar as perguntas do pesquisador à organização onde trabalha, como se a pesquisadora representasse os interesses da organização. Mesmo assim, por falta de condições de visitar os sujeitos da pesquisa em suas residências, em horários fora da jornada laboral, optamos por manter as entrevistas na própria cooperativa, compreendendo que isso não comprometeria os “achados” da pesquisa.

Tanto a elaboração do roteiro da entrevista (Anexo I) quanto a análise e interpretação das entrevistas transcritas seguiram os seguintes temas:

- (a) Contexto sociocultural (passado)
 - a. Local de origem dos pais/ da família
 - b. Profissão dos pais
 - c. Nível educacional dos pais
 - d. Número de irmãos
 - e. Aspectos de outras ocupações antes da cooperativa
- (b) Aspectos do trabalho na cooperativa
 - a. Pertença/autoestima
 - b. Participação nas decisões
 - c. Condições de trabalho
 - d. Oportunidades educacionais

- e. Distribuição dos lucros
 - f. Autossuficiência financeira
 - g. Parceria público-privada
- (c) Contexto sociocultural (presente)
- a. Educação dos filhos
 - b. Emprego dos filhos
 - c. Renda/Consumo
 - d. Promoção de cidadania (acesso aos serviços de saúde, educação)
 - e. Participação política, em movimentos, associações de bairro
 - f. Senso de cooperação/comunidade
- (d) Perspectivas de futuro/projetos

Tais temáticas contemplam os principais elementos da geração de valor (social), proposta por Portocarrero e Delgado (2010, apud Comini, 2011): desenvolvimento de capital social; acesso a bens e serviços; aumento de renda; promoção de cidadania.

3.2. O Campo de pesquisa

A escolha pela Cooperativa Acácia de Catadores seguiu uma análise do atendimento dos critérios da definição de um negócio social. Segundo quadro analítico de Comini et al (2012) a cooperativa atende majoritariamente os aspectos dos negócios com maior ênfase social, conforme podemos identificar abaixo:

Quadro para análise de Negócios Sociais¹⁸		
	Maior ênfase em aspectos Sociais	Cooperativa Acácia
Objetivo Principal	Redução da pobreza	Sim
Oferta	Produtos e serviços considerando necessidades básicas (educação, saúde, moradia, alimentação e crédito) ou de dimensões ambientais	Sim
Intencionalidade	Geração de valor social é o centro do negócio	Sim
Impacto	Contribuição direta para redução da pobreza	Sim

¹⁸ Este quadro já foi apresentado no capítulo 2, página 70.

Clientes	Principalmente para BoP	Indústrias/Revendedores
Base da Pirâmide	Principalmente como produtores, fornecedores ou beneficiários	Sim
Escalabilidade	Não muito relevante	Sim
Trabalhadores	Marginalizados e excluídos economicamente	Sim
Forma legal	Organizações da sociedade civil	Sim
Envolvimento da comunidade na tomada de decisão	Há mecanismos institucionais para participação coletiva	Sim
Prestação de Contas	Total prioridade	Descobriremos
Distribuição de Lucros	Lucros totalmente reinvestidos na empresa	Divididos entre os cooperados
Valor econômico	Lucro não exclui subsídios paralelos e doações de benefícios fiscais	Sim, parceira com o DAAE
Valor social	Indicadores intangíveis (cidadania, autoestima, capital social)	Veremos nos resultados da pesquisa

Segundo Yunus (2010), um fator importante para a diferenciação dos negócios sociais está na distribuição dos lucros voltar-se integralmente para o empreendimento. Como neste caso a cooperativa distribui parte dos lucros obtidos entre os cooperados, que são os próprios beneficiários do trabalho, ela estaria o mais próxima da classificação de negócio social tipo II, ou seja, empresa com fins lucrativos de propriedades de pessoas pobres (diretamente ou por meio de um fundo destinado a uma causa social definida), em que os lucros gerados pelo empreendimento revertem para estes pobres, aliviando a pobreza.

Vale ressaltar que é difícil encontrar no Brasil um empreendimento que corresponda integralmente às características de um negócio social conforme proposto por Yunus, sendo mais comum visualizarmos empreendimentos pertencentes à economia solidária. Como o objetivo desta pesquisa volta-se para a questão do

empoderamento dos pobres a partir da experiência deles em um negócio social, era de fundamental importância, aos olhos desta pesquisadora, de que se tratasse de um empreendimento com impacto direto na redução da pobreza, sendo composto e gerido por pessoas em situação de pobreza, onde deste tipo de organização obtivessem a sua renda. Optamos, assim, por realizar a pesquisa em um empreendimento que, mesmo não contemplando todos os aspectos ligados aos negócios sociais, como a autossuficiência financeira, possui uma ação direta para a erradicação da pobreza dentro da realidade brasileira, especialmente no interior de São Paulo.

3.2.1. A cooperativa Acácia de Araraquara

A Cooperativa Acácia de Catadores, Coleta, Triagem e Beneficiamento de Materiais Recicláveis de Araraquara localiza-se no interior do Estado de São Paulo, no município de Araraquara, próximo ao distrito industrial da cidade, região afastada da área urbana, numa vicinal entre as cidades de Araraquara e Américo Brasiliense. Local onde fora instalado o antigo “lixão” da cidade.

Nasceu em meio a um cenário de tensão entre o governo municipal e os catadores que dali tiravam o sustento de suas famílias. Conforme apontam Moraes (2011) e Adametes (2006), entre 1994 e 1997 houve a remoção dos catadores do lixão que foi cercado e colocado sob reforçada vigilância. Porém, a necessidade de sobrevivência dos catadores fez com que continuassem a catação de forma clandestina. Ainda como nos informa Adametes (2006): “sujeitos à violência e desrespeito por parte dos vigias do local, gerenciado na época por uma empresa terceirizada de limpeza pública, a Construfert”. Esta situação se confirma em uma fala de um dos cooperados entrevistados a respeito da sua história de quando catava no lixão, antes de se formar a cooperativa:

Foi numa quarta-feira, eu lembro até hoje. Aí ela mandou nós vim aqui às 7 horas, ela esperou nós na portaria e conversou com nós que era pra nós parar lá senão ia dar polícia. Como deu polícia” memo”, saiu até morte, tá tudo saiu. Aí ela mandou nós parar, nós parou lá, nós viemo pra cá. Aí eu

trabalhei aqui, tá vendo, na época da Rita¹⁹. Parou. Entrou a Construfert, entrou a Leão-Leão, tudo esses 3 meses tudo esse tempo nós tava tudo. (Seu Joaquim, relatando sobre a sua experiência na época do lixão, no início da organização dos catadores em forma associativa)

Segundo Moraes (2011), apenas em 2001, com a inserção da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, através da Coordenadoria de Meio Ambiente para o gerenciamento das questões ambientais, que no lixão foi organizado um grupo com 35 catadores independentes, quando veio a se formar, primeiramente, a Associação Acácia dos Trabalhadores de Materiais Reaproveitáveis de Araraquara. No final de 2005, a Acácia, a fim de que pudesse se enquadrar nos padrões jurídicos trabalhistas para que se firmasse uma parceira com o poder público, passa a constituir-se de associação para a cooperativa. Formalmente estabelecida como cooperativa em 2006, além da triagem, também começa a realizar o beneficiamento de materiais, no caso o isopor. No mesmo ano, a Coleta Seletiva de Araraquara foi lançada por meio de uma parceria entre a Cooperativa, a Prefeitura Municipal e o DAAE (Departamento de Água e Esgoto) – responsável pela política de resíduos sólidos do município – celebrando um convênio.

A atividade da coleta consiste na coleta porta a porta de materiais recicláveis doados voluntariamente pela população. O atendimento da coleta iniciou em apenas 2 bairros e, a partir de 2007, estendeu-se para toda a cidade. Hoje, a coleta trabalha com um grupo de cerca de 90 cooperados, que se dividem em 6 grupos, que atendem, cada um, 6 setores da cidade. Este contrato de prestação de serviços firmado com o poder público, embora possua validade de 4 anos, é revisado anualmente, sendo ajustados os seus valores pelo índice de inflação (IPCA).

Além disso, o contrato estabelece metas de resultados para a cooperativa, sendo uma delas a de arrecadação da coleta, como metas de qualidade, por exemplo, número máximo de 40 reclamações/mês entre outras. Tais metas são revistas a cada trimestre. No mês de setembro de 2014, a meta da coleta era de 490 toneladas/mês. Se atingidas as

¹⁹ Todos os nomes dos sujeitos mencionados nesse TCC são fictícios, a fim de manter o anonimato prometido aos entrevistados.

metas estabelecidas pelo contrato, a cooperativa recebe do município 11 mil reais a mais pelo resultado, sendo este valor rateado entre os cooperados. Desta forma, é possível notar na organização do trabalho da cooperativa a utilização de metas de produtividade para algumas funções, tais como a prensa, em que o cooperado deverá prensar um número mínimo de fardos que “vão” para a cooperativa, mas poderá receber um valor adicional por fardo extra que fizer.

Também possui parceria com algumas instituições de ensino, como é o caso da parceria com o Centro Universitário de Araraquara (Uniara), que instalou na cooperativa um ponto de recolha de óleo doméstico usado que será fornecido para a pesquisa de desenvolvimento de biodiesel e será testado a fim de abastecer a frota da cooperativa com este biocombustível. Para ampliar o sistema de recolha de óleo, a cooperativa estabeleceu, em parceria com a Secretaria de Educação do município, a realização de um programa de conscientização das crianças da rede municipal sobre o óleo e a reciclagem, incentivando o envio de óleo em garrafas PET para escolas onde são coletados pela cooperativa.

As parcerias educacionais também se estendem aos cooperados que muitas vezes encontram oportunidades de realizarem cursos de capacitação oferecidos à cooperativa e pela cooperativa no sistema S (SENAI, SEBRAC, SEBRAE etc).

Atualmente, a cooperativa possui cerca de 180 trabalhadores cooperados, sendo que: 85% são do gênero feminino, 51% declaram-se negros ou pardos, apenas 10% concluíram o ensino médio e 62% concluíram apenas o fundamental. Cerca de 60% dos catadores associados não possuem casa própria, moram em casas alugadas ou cedidas²⁰. O pagamento mínimo dos cooperados está balizado em um salário mínimo paulista, R\$810,00 (em 2014), sendo que os cargos de liderança recebem um auxílio de custo adicional de R\$200,00. Além disso, a cooperativa possui 4 funcionários contratados – um requisito para a parceria com o DAAE – sendo: um gerente de projetos, um administrador e dois motoristas de caminhão. A Acácia ainda participa da rede de cooperativas Anastácia, composta por cerca de 10 cooperativas da região, além de estar

²⁰ Estatísticas retiradas do site da cooperativa. Disponível em: <<http://www.acaciacoleta.com/quem-somos/historico/>> Acesso em: 27 out. 2014.

inserida no Movimento Nacional dos Catadores e em outros movimentos de valorização das mulheres.

De forma esquemática, é possível representar, conforme figura abaixo, a cadeia de valor da cooperativa, considerando os agentes com que se relaciona e o contexto onde se insere.

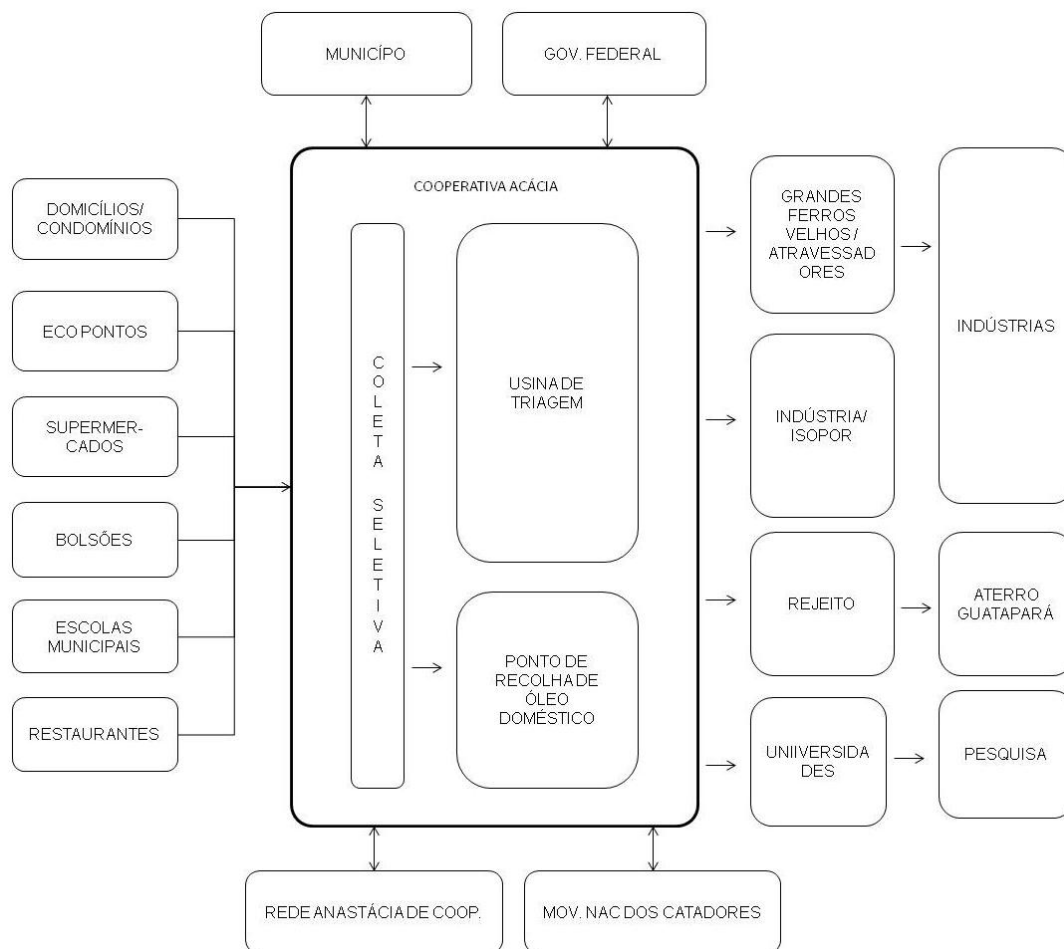


Figura 6 - Cadeia de Valor da Cooperativa Acácia (contexto). Fonte: A autora

A cooperativa Acácia, mesmo que busque fortalecer-se via participação na rede de cooperativas de reciclagem, ainda depende de atravessadores para realizar a venda de seus materiais. Possui certa posição de desvantagem, porque na negociação com as indústrias compradoras, estas oferecem menores facilidades e possuem maior poder de barganha para prazos de pagamento. Enquanto os atravessadores e ferros-velhos se “prontificam” a realizar a logística dos materiais até seus depósitos, também, são

capazes de efetuar os pagamentos da compra dos materiais, à vista a cada 15 dias – gerando o capital de giro que a cooperativa necessita – por outro lado, as indústrias não querem arcar com os custos de frete para o recebimento dos resíduos gerados por elas mesmas, ainda barganham preços e quantidades em épocas sazonais, exigindo prazos de pagamentos entre 45 e 60 dias pela compra dos recicláveis.

Por exemplo, numa indústria de refrigerantes, durante os períodos de maior calor, as pessoas tendem a consumir mais bebidas geladas, o que gera mais volumes de latinhas e PETs. Aproveitando-se do excedente de latinhas e PETS recolhidos, esta indústria, pela lei da oferta e demanda, barganha preços mais baixos para a recompra dos materiais. E ainda, é comum no setor de indústrias a paralisação das atividades produtivas de dezembro a janeiro, no período de férias coletivas, assim, não realizam qualquer tipo de recompra de recicláveis. Quando retornam às suas atividades, aproveitam do estoque acumulado nos meses anteriores e também barganham menores preços de recompra. Esta desigualdade de poder ainda torna a cooperativa financeiramente frágil na questão da autossuficiência financeira, que seria poder financiar toda sua estrutura operacional, principalmente, da venda dos materiais. Porém, o contrato de prestação de serviços firmado com o município, via DAAE, é responsável por 80% do financiamento da estrutura atual da cooperativa, garantindo a retirada fixa mínima no valor de um SM paulista.

3.2.2. Relatório das visitas à Cooperativa Acácia – Diário de Campo

Em minha primeira visita à Cooperativa, já não foi possível achá-la com facilidade, uma vez que o atual endereço divulgado em seu *web site* (também repassado pela administração da cooperativa) não correspondia ao local real de funcionamento. Aliás, me levava a um local sem indícios nenhum de que algum dia houvera uma cooperativa. Perdida, num bairro desconhecido, já sem muitas indicações de placas e nomes de ruas, comecei a circular pelo bairro. Encontrei nas redondezas casas com fardos de materiais recicláveis e não demorou muito até que encontrasse catadores independentes puxando seus carrinhos improvisados. Perguntei se saberiam informar o local onde operava uma cooperativa de reciclagem na região e para minha surpresa alguns não haviam sequer ouvido falar da sua existência. Foi quando um senhor,

também catador, informou com propriedade onde ficava uma cooperativa para “fora” da cidade. Como já não havia mais nada a perder, segui as instruções até que finalmente cai numa estradinha de terra batida que saía da estrada. Continuando o caminho, não havia identificação da cooperativa, porém, ao notar que dentro de uma área indicada como pertencente ao Departamento de Água e Esgoto de Araraquara (DAAE) havia montes e montes de resíduos sólidos e materiais recicláveis, imaginei que poderia ser o indício do funcionamento de uma usina de reciclagem, talvez aquela que eu procurava.

Foi preciso se identificar na guarita de segurança. Logo na entrada e, já na conversa com os seguranças terceirizados, tive certeza de que se tratava do local correto. De fato, a cooperativa possui uma cessão do uso do espaço da usina de triagem dentro da Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos de Araraquara (MORAES, 2011, p.93). No caso, esta unidade do DAAE são postos de reciclagem de pneus, lâmpadas e ponto de recolha de embalagens de defensivos agrícolas.

Dando a volta em toda a extensão da cooperativa, já era possível observar os fardos de materiais e os montes de rejeito (materiais que após a separação dos recicláveis não podem ser utilizados e devem ser encaminhados ao aterro sanitário), os caminhões da coleta seletiva e as grandes *bags* com os recicláveis separados.



Figura 7 - Monte dos rejeitos na Cooperativa. Fonte: Arquivo pessoal da autora



Figura 8 - Bags com materiais separados por tipo e cor, na Cooperativa. Fonte: Arquivo pessoal da autora

Já pelo trajeto foi possível perceber a grande extensão da planta da cooperativa Acácia, ainda mais se comparado ao tamanho de outra cooperativa de reciclagem que já havia visitado em Ribeirão Preto.



Figura 9 - Foto de satélite da área onde funciona a cooperativa Acácia (região em amarelo) e o seu entorno. Fonte: Wikimapia

Fui recebida pela simpática cooperada Maria, que mostrou toda a infraestrutura da cooperativa e o processo do trabalho, de decisão, como também narrou um pouco da sua história na cooperativa. A partir da fala de Maria, pude traçar um fluxo esquemático do processo produtivo da cooperativa:

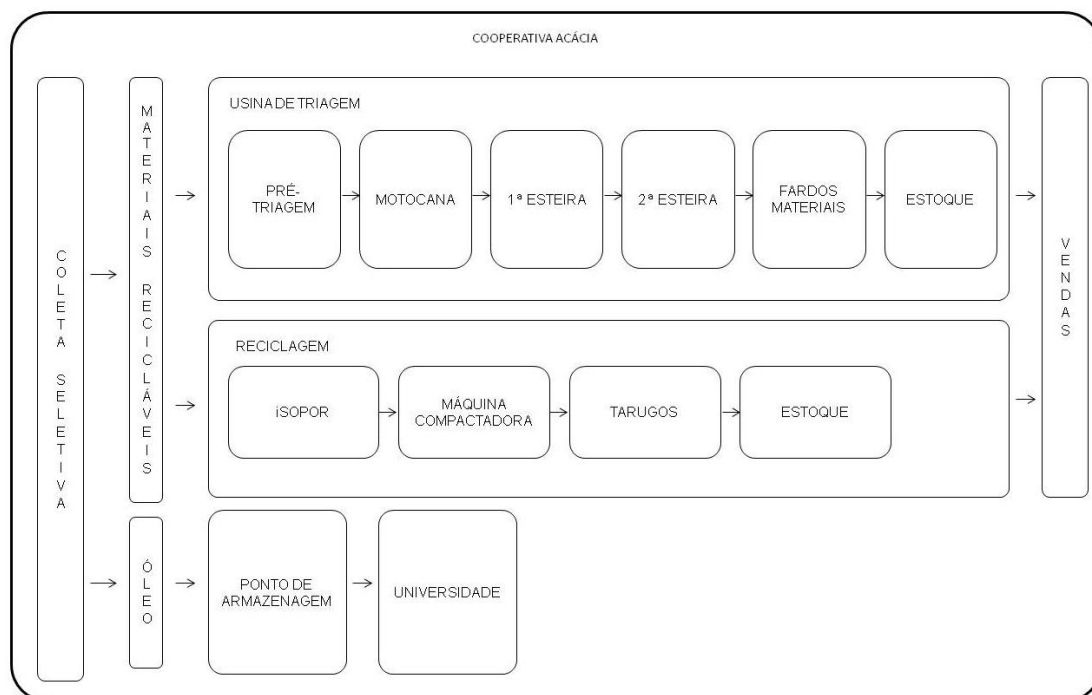


Figura 10 - Processo produtivo da Cooperativa Acácia. Fonte: A autora

Os materiais recolhidos pelas equipes da Coleta Seletiva passam pelos seguintes processos:

(a) pré-triagem do material: em um monte do lado externo são separados objetos de grande porte, tipicamente reaproveitáveis, porém descartados de maneira incorreta nas ruas pela população, são móveis usados, eletro domésticos “ultrapassados” e outras formas de lixo eletrônico, que acabam sendo recolhidos pela coleta e podem ser desmanchados e vendidos como ferro ou mesmo serem reparados e reaproveitados pelos cooperados.



Figura 11 - Caminhão da coleta descarregando o material recolhido nas ruas para o "monte" onde é feita a pré-triagem do material, na Cooperativa. Fonte: arquivo pessoal da autora.



Figura 12 - Trator que organiza os materiais selecionados que irão para a esteira. Fonte: arquivo pessoal da Autora

(b) Motocana: depois de separados os grandes volumes dos menores, uma “garra mecânica” (a motocana) pega esta primeira leva de materiais e deposita na 1ª esteira de triagem com o auxílio de um braço mecânico que distribui os materiais na esteira.



Figura 13 - Motocana que deposita os materiais na 1ª esteira de triagem, na Cooperativa.

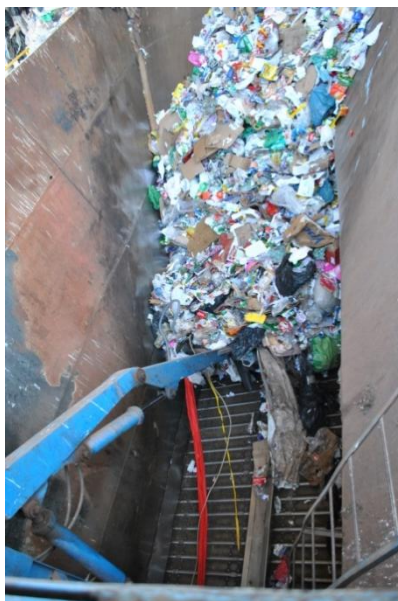


Figura 14 - Braço mecânico que administra o fluxo de materiais que entram na esteira a fim de evitar travamentos

(c) Primeira esteira: é mais lenta, onde os cooperados separam cerca de 4 a 5 tipos de materiais já considerando as propriedades quanto as cores dos materiais, depositando em *bags* superiores e inferiores que vão sendo trocados à medida que se completam.

Na cooperativa, tudo é reaproveitável, é possível notar que utilizam as garrafas plásticas como prendedores dos sacos de separação dos materiais numa improvisação inteligente. Até mesmo as *bags* depois de muito desgastadas e deterioradas pelo uso entram nos fardos de recicláveis.



Figura 15 - 1ª Esteira de Triagem



Figura 16 - Bags onde os materiais selecionados "caem"

(d) Segunda esteira: os materiais que não foram coletados na primeira leva, caem numa segunda esteira, que é mais rápida, onde passam por mais uma triagem, nesta fase é possível perceber que ainda há grandes volumes de materiais que podem ser recolhidos, aproveitando ainda mais o potencial do que seria descartado de vez.



Figura 17 - 2ª Esteira de Triagem (ainda muitos materiais são recolhidos após a 1ª triagem)

(e) Os materiais coletados são prensados e separados em fardos de acordo com as propriedades específicas de cada um e as cores, ficando estocados no lado de fora do galpão sendo posteriormente vendidos.



Figura 18 - Fardos de PET (separados por cor)



Figura 19 - Prensa Grande - Fruto de financiamento da FUNASA

Depois, durante conversas com outros membros do conselho administrativo e com o gestor de projetos contratado pela cooperativa, descobri que os equipamentos foram adquiridos por meio de linhas de financiamento, via editais e projetos, oferecidos pelo governo federal, por meio de parcerias com a FUNASA, BNDES e o projeto Cataforte ²¹.

(f) Rejeito: os materiais que não são coletados nas duas esteiras são destinados ao rejeito e levados para o aterro sanitário de Guatapar (o mais próximo da cidade), onde também são levados resíduos do município de Ribeirão Preto.



Figura 20 - Monte do Rejeito (materiais não reaproveitáveis)

²¹ O Cataforte é fruto da parceria entre a Fundação do Banco do Brasil e a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego tem como objetivo mobilizar os catadores e estimular organização em forma de cooperativas e associações, e ainda abre linhas de financiamento para investimentos de infraestruturas nas cooperativas de reciclagem. A FUNASA (Fundo Nacional de Saúde) possui como política pública de inclusão de catadores e de manejo dos resíduos sólidos, editais voltados a investimentos em equipamentos para realização de serviços de coleta e triagem, como para construção de aterros e galpões para cooperativas.

Em alguns casos, enquanto andava pela cooperativa e tirava fotografias, alguns (mas) cooperados (as) não se sentiam a vontade para sair nas fotos, muito por causa de suas vestimentas julgadas inadequadas ou mesmo pela sua aparência física cansada ou suada, dado o “serviço pesado”. Alguns disseram estarem “sujos”, envergonhados. Outros, por outro lado, faziam questão de pousar para fotos “pegando no batente” num clima descontraído dizendo que não há problema em tirar foto, pois “é para promover a cooperativa”. Percebi que era muito comum o uso da camiseta da coleta (uniforme) em grande parte dos cooperados e os materiais básicos de proteção (EPIs).



Figura 21 - Cooperado trabalhando com o uniforme sem medo de ser flagrado "pegando no batente", ainda “no estilo”, com chapéu e tudo

A cooperada Maria mostrou, com orgulho, a máquina de beneficiamento do EPS (ou isopor) informando que se trata de um “empréstimo” que a empresa Santa Luzia²² fez à cooperativa, sendo a própria empresa responsável por dar o treinamento de uso e fazer a manutenção do equipamento. Ainda disse que há poucas cooperativas no Brasil que possuem este tipo de equipamento. O isopor é armazenado em um galpão próprio e ao passar pela máquina é derretido, o ar é retirado, transformando-se em uma “massa” que é enrolada na forma de um tarugo denso e resistente.

²² A empresa Santa Luzia reprocessa o EPS para fabricação de acabamentos finais de construção tais como molduras, rodapés, forros etc e compra da cooperativa esse isopor já derretido.



Figura 22 - Galpão de beneficiamento do Isopor, na Cooperativa.



Figura 23 - Tarugos de Isopor derretido e condensado

Maria ainda contou que a administração da cooperativa é realizada pelos próprios cooperados, no caso, o conselho administrativo com vigência de 4 anos eleito por assembleia geral. Atualmente, é composto em sua totalidade por mulheres, sendo: 1 presidente, 1 vice-presidente, a 1ª secretária, a 2ª secretária e 1 tesoureira. Na cooperativa ainda é possível ocupar cargos de liderança na coordenação de ruas da coleta seletiva.

3.3. O perfil dos cooperados e dos sujeitos da pesquisa

Nesta seção, iniciaremos as análises do passado dos cooperados entrevistados, buscando compreender as circunstâncias de vida que enfrentaram até chegarem à cooperativa.

Seguindo evidências encontradas em Petersen, Souza e Lopes (2014), há diferenças de valores internalizados pelos cooperados dado o tempo que atuam na cooperativa e a sua participação na fundação do empreendimento. Baseados nisso, nossos critérios de seleção dos entrevistados foram: tempo de cooperativa, gênero e cargo ou função atual na cooperativa, a fim de que se obtivessem diferentes contextos de vida e pontos de vista sobre a cooperativa. Abaixo, segue uma tabela resumida do perfil de cada cooperado.

Nome ²³	Gênero	Idade	Escolaridade máxima	Tempo na Cooperativa	Cargo na Cooperativa	Renda média por mês pela cooperativa	Outras rendas
Lúcia	Feminino	34	Ensino Médio completo	8 anos	Cooperada em Liderança	R\$ 1.100,00	Venda de produtos eletrônicos
Maria	Feminino	27	Ensino médio completo	6 anos	Cooperada em Liderança	R\$ 1.010,00	-
Joaquim	Masculino	64	Analfabeto funcional	4 anos	Cooperado	R\$ 810,00	Aposentado pelo INSS
Larissa	Feminino	30	Ensino médio incompleto	3,5 anos	Cooperada	R\$ 810,00	Bico como segurança (R\$ 100 a R\$120 por noite)
José	Masculino	55	Até a 7ª série do ensino fundamental	1,5 mês	Cooperado	R\$ 810,00	Aposentado pelo INSS
Vanessa	Feminino	29	Ensino médio completo	1 mês	Cooperada	R\$ 810,00	-

²³ Os nomes os sujeitos mencionados nesse TCC são fictícios, a fim de manter o anonimato prometido aos entrevistados.

Dos 6 cooperados entrevistados, 4 são do gênero feminino e 2 do gênero masculino, ambos com mais de 50 anos. As idades variam de 29 a 64 anos, apenas 1 dos entrevistados é analfabeto funcional e cerca de 3 possuíam o ensino médio completo, 4 dos entrevistados apresentam outras fontes de renda, sendo 2 por meio de trabalhos informais e 2 já aposentados de usinas da região. O tempo de trabalho na cooperativa varia de 1 mês a 8 anos, sendo que a cooperativa existe, formalmente, há cerca de 12 anos. Dos cargos e funções na cooperativa 2 assumem cargos de liderança dentro do conselho administrativo e 3 trabalham na usina de triagem e 1 na coleta seletiva (em contato com público externo).

3.3.1. Origens: na base, o enfrentamento de adversidades

Em nossa investigação a respeito do passado dos cooperados, foi possível notar a existência do êxodo. Em 3 dos entrevistados, os pais foram nascidos em outros estados, na maioria, da região nordeste do país ou estados vizinhos a São Paulo. No caso, um dos entrevistados veio de outro estado em busca de oportunidades de trabalho. Nos casos de cooperados já nascidos no interior de São Paulo, os pais são provenientes de cidades menores próximas a Araraquara.

Na maioria dos casos, os pais são analfabetos, outros, apenas com o ensino básico ou um dos cônjuges possuindo ensino médio completo. As famílias se apresentavam numerosas, variando de 4 a 13 filhos, sendo que na metade dos casos tiveram mais de 10 filhos, em algumas famílias houve a morte de recém-nascidos. O trabalho rural está presente na origem da maioria das famílias: são colhedores de laranja, de algodão, de mamona, cortadores de cana, entre outros. Em outros casos os pais apresentam profissões registradas tais como: soldador, gari, motorista.

Nota-se uma forte divisão de papéis que cria maior dependência financeira da mulher sobre a renda do marido, uma vez que o pai exerce a função de provedor e a mãe fica com a responsabilidade “do lar”, em casos de viuvez, um quadro como este se torna crítico para a família, que entra numa situação de risco social, a mãe para manter a casa enfrenta jornadas duplas de trabalho, como nos relata uma cooperada:

Meu pai sempre trabalhou de caminhoneiro e minha mãe foi do lar. Eles casaram muito cedo, minha mãe tinha 17 anos.[...] ficou viúva com 27 anos com 4 filhos para criar [...] Minha mãe teve que aprender a trabalhar fora, porque ela sempre foi do lar, sempre cuidou só da gente. A gente aprendeu a ficar sozinho, eu com nove anos tinha que cuidar dos meus outros três irmãos que era menor. E foi isso, não foi fácil, mas tamo aí criado. [...] No começo ela trabalhava de dona de casa, de dia, e numa distribuidora de gás, de noite. (Lúcia, 34, sobre sua história de vida)

Em todas as entrevistas com mulheres, houve casos de separação do primeiro cônjuge, sendo, na metade dos casos devido ao envolvimento do parceiro com drogas ou alcoolismo. Como também a presença da gravidez do primeiro filho, que interferiu na continuação dos estudos, de sonhos da adolescência, emergindo a necessidade da inserção rápida no mercado de trabalho para sustento da família que se formava (situação também vivida pelos pais, em sua maioria).

(...)Logo em seguida eu engravidei, acabou o esporte...acabou tudo... casei. Fiquei um tempo casada. Separei do marido por causa de droga, vício com droga demais ele tinha, dava trabalho... (Maria, 27, sobre sua história de vida)

Em média, nossos entrevistados começaram a trabalhar adolescentes entre os 14 e 17 anos de idade. No caso dos 2 entrevistados do gênero masculino, que tiveram origem rural, desempenharam trabalhos pesados ainda crianças, um com 8 e outro com 12 anos, trabalhando “na roça”, o que dificultou a conclusão dos estudos:

Saía seis e meia [da manhã] pra trabalhar, quando era cinco e meia, seis horas da tarde eu chegava. Aí ia pro estudo. Chegava meia-noite, onze e meia [em casa]...como que a pessoa vai...ela não “guenta”! Ó, vou falar pra você que eu estudei – pela misericórdia de Deus – até esse tempo aí [até a 7ª série – ou ginásio]. (José, 55, sobre como eram as oportunidades de estudos “antigamente”)

Em outro caso o estudo não foi possível:

Porque nós morava assim: nós morava no sítio, na fazenda. Depois da fazenda, pra ir na cidade, no sítio. Pra ir do sítio pra cidade era longe. [...] A gente ia passar no meio do gado, tinha gado “brabo”, nós tinha medo, então, não tinha jeito de ir. Por isso que eu não tive estudo – graças a Deus – eu não posso dizer nada...eu num tive estudo nenhum. Só que...conta [matemática], assim, eu sei fazer, né. (Seu Joaquim, 64, explicando porque não frequentou a escola)

Coincidentemente, os únicos entrevistados do gênero masculino trabalharam durante toda sua vida no meio rural, sendo aposentados pelas usinas que passaram. Um deles foi tratorista, realizando vários cursos oferecidos pelas diferentes empresas fabricantes de tratores, e em algumas épocas realizando turnos noturnos. Enquanto o outro realizou os mais variados tipos de trabalhos braçais, como: cortador de cana, colhedor de algodão, de amendoim, de laranja, de café, de mamona, tratador de gado (tirava leite, capava), pela-porco²⁴ (serviço de alto risco relacionado à limpeza da cana-de-açúcar), cargueiro de caminhão, pedreiro e servente de pedreiro.

No caso das mulheres, notamos a participação da maioria como trabalhadoras de firmas de terceirização, como auxiliares de limpeza, auxiliares de cozinha (noturno) e vigilante (noturno). Em empresas terceirizadas de segurança/vigia, os trabalhadores, muitas vezes, cumprem turnos noturnos e por isso devem tirar folgas intercaladas na semana, porém, é comum que intercalem nas folgas outro trabalho, seja na mesma área, seja um bico. Em todos os casos de entrevistados que tiveram empregos noturnos apontaram não querer trabalhar dessa forma devido ao cansaço que isso implica:

Tratorista. É, mas eu vou parar com essas coisas, que trabalhar a noite pra mim, já num.. num quero trabalhar mais de noite. (José, 55, a respeito de quando tinha de fazer turnos noturnos como tratorista)

²⁴ Segundo Júnior (2002), em nota de rodapé número 175, “pela porco” é o trabalhador que fica embaixo da esteira onde ocorre a limpeza da cana-de-açúcar para recolocar, manualmente, aquelas que escaparem do fluxo durante a lavagem, ficando expostos a jatos de vapores quentes e água fria, por isso são assim denominados “pela porco”. Segundo explicação dada pelo cooperado ouvido, o trabalho que realizava era de limpeza da bica de lavagem da cana, assemelhando-se ao que Júnior (2002) aponta ser a limpeza do “gamelão”, que é a área situada abaixo dos ternos da moeda onde a garapa cai enquanto a cana é moída.

Não consegui achar serviço na minha área: nem, como soldador nem como vigilante. Então que eu fiz: fui trabalhar no Habibi's de auxiliar de cozinha, trabalhei 1 ano e 2 meses, aí – pedi pra sair – que era de madrugada e eu nãoes tava aguentando trabalhar de madrugada, entendeu. (Vanessa, 29, sobre os trabalhos anteriores a cooperativa)

Além disso, tais empresas possuem contratos de trabalho precarizados, ou seja, são inconstantes quanto a garantia da continuação do posto de trabalho – o que dirá de direitos trabalhistas. Geralmente, são submetidas a processos de licitações e quando perdem a concorrência apresentam duas soluções aos trabalhadores: a) tem seus funcionários contratados pela a empresa ganhadora ou b) demitem os funcionários. Ainda, em casos de falência, os trabalhadores podem perder seus empregos e saírem sem o recebimento de dinheiro algum. Em dois casos elas participaram da frente trabalho da prefeitura municipal, que são contratos temporários, renovados de meses em meses, podendo totalizar no máximo 1 ano para serviços gerais em prédios públicos (como auxiliares de limpeza, gari de rua, etc).

Isso, Isso. Aí fiz renovação de contrato pra mais 6 [meses]. Acabei ficando 1 ano. Porque da prefeitura é um ano. Aí no SESC eu trabalhei registrado também, auxiliar de limpeza, também..lá foi...acho que uns 7, 8 meses, porque a firma perdeu a concorrência – a que a gente estava perdeu a concorrência – e a firma que entrou não ia tá pegando os funcionários que era. Tem lugares que, quando uma perde a concorrência pra outra eles continuam com o funcionário, mas essa não quis continuar. Aí eu saí de lá. [...] Aí no SESC também trocou. Aí eu tive que sair também, porque a firma já estava quase abrindo falência. Ainda bem que perdeu a concorrência senão a gente ia sair sem direito nenhum. (Larissa, 30, relatando sobre trabalhos anteriores à cooperativa)

Também é comum encontrarmos o desempenho de atividades informais próprias – um empreendedorismo de subsistência – empregada doméstica, “sacoleira”, ou seja, normalmente, sem registro em carteira. Devido a essa falta de comprovação de experiência de trabalho, essas mulheres encontram resistências para contratação em

empregos formais no mercado, assim, ao procurar empregos, são “descartadas” dos processos seletivos.

Vemos que os cooperados entrevistados apresentaram uma herança pouco favorável para que pudessem realizar em suas vidas as escolhas que lhes tivessem valor (Sen, 2000), ou seja, precisam lidar com a herança da desigualdade de um sistema capitalista onde a competição é injusta para eles. Iniciam sua trajetória de vida já dentro de um cenário de vulnerabilidade e exclusão: não conseguem terminar os estudos, realizam jornadas duplas de trabalho, submetem-se a condições precarizadas de trabalho em firmas terceirizadas e contratos temporários, vivem oprimidos pelo constante medo de perder o emprego, fazendo opções “pela necessidade”. Isso nos mostra de que sofrem os efeitos da opressão de um sistema que acentua as desigualdades e acumula heranças de vantagens e desvantagens de uma geração para outra, tal como afirma Singer (2002):

A apologia da competição chama a atenção apenas para os vencedores, a sina dos perdedores fica na penumbra. O que acontece com os empresários e empregados das empresas que quebram? E com os pretendentes que não conseguem emprego? Ou com os vestibulandos que não entram na universidade? Em tese, devem continuar tentando competir, para ver se se saem melhor da próxima vez. [...] Enquanto os primeiros acumulam capital, galgam posições e avançam nas carreiras, os últimos acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores, são despedidos ou ficam desempregados até que se tornem *inempregáveis*, o que significa que as derrotas os marcam tanto que ninguém mais quer empregá-los. Vantagens e desvantagens são legadas de pais para filhos e para netos. (Singer, 2002, p.8)

3.3.2. A cooperativa Acácia a esperança de humanidade nos negócios

Do estudo dos aspectos relacionados ao impacto da cooperativa na vida de seus cooperados, podemos encontrar 2 grandes eixos de análise: das oportunidades e do empoderamento.

3.3.3. Oportunidades, a cooperativa e o acolhimento

Mesmo que os motivos que levaram nossos entrevistados a procurarem o trabalho numa cooperativa de catadores sejam diferentes, todos reconhecem que este foi

o lugar onde tiveram a acolhida, uma oportunidade para mostrar o seu trabalho, exercê-lo com dignidade e obter dele a renda para criar seus filhos e manter a casa. Como mostram as falas das cooperadas Maria e Lúcia:

Na verdade eu não escolhi a cooperativa, foi o que apareceu, no momento. Porque hoje no mercado quando você vai procurar emprego, que se você não tem uma referência, você não tem um registro na carteira, tá difícil você achar. E eu me vi desempregada. Entregava vários currículos mas não tinha experiência comprovada, não tinha referências porque eu não tinha trabalhado em lugar nenhum. Foi o lugar que me recebeu sem isso, sem referência, sem experiência. (Lúcia, 34, explicando a razão pela qual entrou na cooperativa)

Na época tava difícil serviço, você não conseguia trabalhar em lugar nenhum e eu tinha acabado de sair do serviço aí, também foi o primeiro lugar que eu procurei, foi o primeiro que me abriu as portas. (Maria, 27, explicando a razão pela qual procurou a cooperativa)

Os trabalhadores com mais de 50 anos, aposentados em outros serviços, precisam continuar a trabalhar, seja porque a aposentadoria é insuficiente para cobrir os gastos da família e precisa ajudar a complementar renda da família dos filhos, seja porque a empresa onde trabalhava entrou em falência e não pagou seus funcionários meses após a demissão em massa. Buscam, assim, na cooperativa uma fonte de complementação de renda que via mercado formal já não é possível. A cooperativa revela-se, mais uma vez, como um empreendimento capaz de receber esta mão de obra que já não “serve” mais para o mercado.

A gente chega num certo tipo de idade e ninguém pega mais, né. Então, apesar da gente trabalhar, a gente vai chegar numa firma e falar do jeito que eu trabalho, ninguém vai acreditar. Então, aqui acreditou, então pegou aqui. (José, 55, relatando o porquê entrou na cooperativa)

Eu fui pra lá [catar no lixão] porque eu ia nos lugar e não ia registrar por causa da idade. Chegava lá eles falavam assim: “Ah, porque nós não vai registrar porque você já é de idade...então não ‘recompensa’ registrar”. Aí eu falei: “Mas aí quem tá aí com 50 anos não vai comer, não vai beber, não vai vestir?” [...] Foi que eu trabalhei, trabalhei 4 anos! No lixão aqui. Catando, catando “coiseira” daí pra vender pra fora pra botar comida dentro de casa, pagar o aluguel da casa e tratar da família que a aposentadoria, já viu como é que é, né. É pouco mesmo, não é muito. (Seu Joaquim, 64, sobre porque começou catar no lixão)

As cooperadas em cargos de liderança percebem um forte trabalho social desempenhado pela cooperativa dentro da perspectiva da inclusão social de todos os tipo de pessoas:

- Então, tem ex-drogados, pessoas que são excluídas do mercado formal de trabalho, ex-detentos, também, pessoas que tem “problema” de cabeça temos também.

- Como é que vocês lidam, então?

- Ah, normal. A pessoa quando vem a gente explica direitinho, sabe. Tem esse senhor, ele tem um problema, um certo distúrbio, às vezes ele passa mal, [...] mas trabalha, entendeu, ele se envolve, isso dá oportunidade. Aí a pessoa vai desenvolvendo, vai aprendendo, vai começando aos poucos, né, depois na hora que você vai ver a pessoa já nem parece que tinha esses problemas, vai desenrolar, aprende a trabalhar, a separar.

(Maria, 27, a respeito dos benefícios sociais oferecidos pela cooperativa).

3.3.4. Oportunidades, crescer na cooperativa e com a cooperativa

O contexto capitalista mostra a sua ineficiência em empoderar pessoas sem qualificações técnicas, negando-lhes oportunidades de crescimento profissional. As

peessoas ligadas ao trabalho num empreendimento coletivo já não encontram tantas barreiras para atingir patamares profissionais ligados à liderança. A cooperativa oferece, aos que quiserem se envolver diretamente nas questões administrativas, a oportunidade da ascensão profissional, muitas vezes, aliada a possibilidades educacionais, de completar os estudos, de realizar cursos técnicos, enfim, de livrar-se do ciclo cruel da pobreza.

Hoje ela é meu horizonte. Eu acho assim que tanto eu contribuo para a cooperativa como ela contribui pra minha vida. Eu tive muitos contatos que em muitos outros lugares que eu não teria. Tive muitas oportunidades de ir pra outros lugares que por conta minha eu não teria condição, cursos, viagens. Hoje eu andei de avião, pagar do meu bolso eu não ia andar de avião (risos). Nós fomos pra um congresso que teve em Brasília, entendeu. Num outro serviço eu não iria participar dessas reuniões diretamente. Se eu for trabalhar de copeira, eu não vou sair da cozinha. Se eu for trabalhar como dona de casa eu não vou sair da casa. E aqui não, se você tiver força de vontade você caminha. Você tem espaço pra se expor, pra dialogar, pra dar opinião, então, é bom você participar da onde você trabalha. E eu vejo que eu vou ficar [na cooperativa] enquanto eu servir e [ela] servir pra mim. (Lúcia, tesoureira da cooperativa, grifo nosso)

Dentro da cooperativa, quem se interessar em passar por todas as áreas tem a oportunidade de fazê-lo, mostrando uma preocupação em desenvolver as pessoas dentro das diferentes funções ali desempenhadas. Isto gera autoestima, valorização do trabalhador e ainda possibilita a compreensão do todo organizacional. O cooperado livra-se da alienação do trabalho que sofreria no mercado tradicional:

Aí eu vim e trouxe o currículo e logo eles me chamaram também. Aí eu comecei na esteira, na esteira lá em cima depois eu desci na esteirinha, catando material, aí depois eles me puseram pra carregar bag de plástico, carreiro, e agora hoje eu fui pra prensa. Então a gente vai assim, e nesse mês que eu estou aqui eles vão mudando, entendeu. Eles vão mudando, vão mudando. É bem melhor porque você não fica só naquilo ali. Você num fica só numa função só, que cansa principalmente, e outra, você não aprende

nada, entendeu, e aqui não... Eles vêm e pegam você pro um lado, pro outro, tudo eles ensinam aqui, eu acho muito bom trabalhar aqui. Bem melhor do que na cozinha, agora, é, eu ganhava bem mais lá na profissão que eu tinha, mas assim, eu gosto bem mais de trabalhar aqui ganhando o que eu ganho e ter a paciência que eles têm de ensinar, sabe, e não deixar você só ali, só ali, só ali. (Vanessa, cooperada há um mês, relatando da sua trajetória desde que entrou na cooperativa, grifo nosso).

No discurso dos cooperados envolvidos em liderança, vemos que o crescimento profissional está ligado a um maior nível educacional, ou seja, completar os estudos, obter qualificações técnicas são essenciais para que cresçam dentro da cooperativa como para serem ouvidos por órgãos públicos e obterem reconhecimento e credibilidade do seu trabalho:

[...] depois de um certo tempo eu tive uma proposta, um desafio na verdade, pra ser coordenadora, coordenei um grupo...quase 3 anos, minha gestão foi muito boa, o pessoal [perguntou] “o que você acha de fazer parte do escritório?” Aí eu quis, eu aceitei. Fazendo como? Fazendo um curso, primeiro de assistente administrativo [...] eu tenho os cursos que a cooperativa me ofereceu que é: o de liderança, liderança em equipe, eu tenho assistente administrativo pelo SENAI, eu tenho de cooperativismo, tenho dos 5 S’s do SENAI também, eu tenho informática básica ...fiz pela cooperativa, tudo de graça. (Maria, primeira secretária da cooperativa)

Aqui mesmo, às vezes a gente vai apresentar um projeto, por eu não ter um curso, uma faculdade, eles [o município] não botam fé no que a gente faz, no que a gente fala. Inclusive a gente tem 2 funcionários que têm o curso superior por exigência do próprio contrato com o DAAE – que eles não acreditam que você sem formação seja capaz de fazer alguma coisa. Então eu acho que é um certo preconceito, né. Eu não tenho um papel, mas, às vezes na prática eu tenho muito mais experiência que muito “eco-inteligente” por aí. (Lúcia, tesoureira da cooperativa em 2014)

A parceria da cooperativa com as instituições de ensino, principalmente aquelas ligadas ao sistema S, como as políticas de capacitação promovidas por instituições públicas oferecem a **todos** os cooperados mais oportunidades de acesso a cursos profissionalizantes, estimulando que deem continuidade à formação educacional, concluam o ensino médio e fundamental. Porém, segundo os relatos das lideranças, a grande maioria dos cooperados ainda não aproveita estes recursos intermediados pela cooperativa: do universo de 180 trabalhadores, apenas 2 realizaram os cursos de capacitação oferecidos dentro dos últimos anos. Esta estatística abre um interessante campo a ser explorado: Por que isso ocorre? Seria desinteresse? Seria impossibilidade? Em algumas falas dos cooperados, que não estão em cargos de liderança, é possível perceber que reconhecem que o estudo é importante para a ascensão social, mas, então por que não aproveitar?

Segundo Singer (2002), o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, a recusa em realizar o esforço adicional que a prática democrática exige como envolver-se em conflitos, tomar partido a favor ou contra companheiros, participar de reuniões cansativas etc.

Há indícios de que seus contextos atuais de vida minam as possibilidades de usufruir dos cursos ou mesmo de uma participação nas questões políticas da cooperativa, como as viagens de representação do movimento dos catadores, participação em feiras, realização de cursos em outras cidades:

É difícil você achar quem queira ir, né? Apesar de ser daqui, de ser importante, de ser produtivo. Tem pessoas que, às vezes, o marido não deixa. Como a gente tem 85% mulheres, às vezes o marido não deixa, às vezes tem criança pequena, às vezes vai ficar 2 ou 3 dias fora de casa...aí acaba não querendo ir. (Lúcia, a respeito da participação dos cooperados nas atividades do movimento dos catadores, das viagens oferecidas pela cooperativa)

Ainda assim, a organização desses indivíduos em grupos autogestionários os torna mais fortes para que conduzam a conquista de direitos sociais, como observaremos a seguir no ponto do empoderamento e da autonomia.

3.3.5. Empoderamento: as conquistas de direitos e o fim da invisibilidade

O trabalho dentro de um empreendimento autogerido, onde todos são donos, denota uma atmosfera mais solidária e humana com os trabalhadores e um sentido de autonomia e liberdade maior sobre suas vidas e seu trabalho. Podem colocar a sua voz a respeito dos métodos de trabalho, de suas demandas pessoais, como por exemplo, poder pegar os filhos na creche, precisar ausentar-se por um tempo para se recuperar de uma doença ou mesmo precisar faltar dias seguidos para cuidar de um filho que adoeceu **sem ter de se preocupar com uma ameaça da perda do emprego.**

Temos o INSS, a gente trabalha um tanto por dia, tem a carga horária, “ah, passou do horário?” é hora extra. Que nem, aconteceu um acidente na rua – Deus me livre, né. Mas a gente tem o INSS se precisar afastar, aposentar, (que vai precisar), um auxílio doença, um auxílio maternidade [...] se o seu filho ficar 3 dias seguidos [doente] é arriscado você ser mandado embora, aqui não, aqui a gente entende que a pessoa tem filho, que a pessoa precisa ir embora... É descontado, mas, a gente entende socialmente, sabe, num é “ah, num precisa vir mais” [...] sua vaga tá garantida, seu INSS vai tá recolhendo. (Maria, sobre os benefícios sociais no trabalho cooperado)

Mas na cooperativa, se você trabalhar correto não precisa de seguro desemprego [...] Enquanto existir a cooperativa tem emprego. Numa empresa eu não tenho essa garantia, que não vai depender de mim pra funcionar, vai depender dos donos, não é? (Lúcia)

Como o resgate da cidadania e ao crédito:

*No comércio, facilitou a gente abrir conta. Porque hoje a gente tendo uma prestação de serviço a gente recolhe o INSS. Você recolhendo o INSS, você consegue apresentar renda. [...]. **Hoje todo mundo tem conta em banco.** Coisa que antes... [não ocorria]. Então eles têm linha de crédito. É que a gente tem que tomar cuidado com eles para que não andem mais do que a perna. [...] Tudo adquirido através da cooperativa. **Tem cooperado que veio aqui que não tinha documento, não tinha certidão, nós teve que ajudar a***

buscar lá no estado, certidão. (Lúcia, 34, respondendo como ficou a questão do acesso ao crédito após tornar-se cooperada, grifo nosso)

Até então eu estava com o meu nome negativado aí eu fui lá negocieei a minha dívida, eu paguei, aí consegui pegar o outro cartão de crédito. (Larissa, 30, a respeito do que a cooperativa permitiu que pudesse concretizar em sua vida)

Dentre as conquistas materiais citadas pelos cooperados, temos alguns itens que podem ser considerados símbolos de status da classe média, tais como TV LCD, carro, computador novo para filhos e netos, contratação de TV a cabo para os filhos entre outros que puderam ser acessados pelas famílias dos cooperados.

O sentimento de autonomia, especialmente ligada à flexibilidade de ir e vir durante o cumprimento da jornada de trabalho, é um ponto que se apresenta como crucial, especialmente entre as mulheres com filhos ou as mais jovens:

Eu hoje tenho disponível o telefone – posso conversar com a minha filha a hora que eu quiser, se é uma reunião de escola ou um problema de saúde, eu estou dispensada pra ir tá atendendo a minha filha sem correr o risco de perder o meu serviço e numa outra empresa talvez não teria essa flexibilidade de horário. Se eu não posso vir trabalhar na parte de manhã, por qualquer outro problema, eu posso vir à tarde. E essa flexibilidade quando a gente é sozinha e tem filho pequeno, vale muito pra nós. (Lúcia, 34, tem filhos, sobre o porquê prefere estar na cooperativa a ser trabalhadora registrada em carteira).

[...] também o horário como eu falei, o horário é bem melhor, entendeu. Caso você tem alguma coisa pra resolver à tarde ou de manhã, você chega conversa, meio período você trabalha e pode resolver as suas coisas. E fica um clima bom, você sai sem se preocupar. (Vanessa, 29, sem filhos, sobre a preferência pelo trabalho cooperado).

Pessoas mais ligadas ao trabalho operacional da cooperativa, quando perguntados diretamente se havia diferenças entre ser cooperado ou ser um empregado, comumente respondiam um “não” direto. Porém, o aspecto da liberdade no desempenho

da função, foi citado por alguns deles, posteriormente, como um aspecto “de diferença”, não necessariamente “de importância”:

Pra mim faz a diferença. Porque eu sou o tipo de pessoa que não gosta de coisa errada, você entendeu? Então se eu chegar aqui e ver alguma coisa errada eu posso chegar lá e reclamar: “Ó, o negócio é o seguinte: aconteceu isso e eu não acho certo, vocês acham? Problema de vocês, mas eu não acho”. Agora, se eu trabalho de empregada [doméstica] e [algo] tá errado? Eu tenho que engolir (...) (Larissa, 30, sobre a importância de poder opinar no seu trabalho)

Nota-se que, nesses casos, também há um menor envolvimento crítico na tomada de decisão desses trabalhadores com relação a outros assuntos da cooperativa. Embora haja a proposta de uma gestão participativa por parte do conselho administrativo, via assembleias e votações.

Particpei (...) [pro] pessoal do conselho administrativo teve a votação, do conselho de ética também teve a votação, aí teve votação pras coordenadoras daqui de dentro também. Teve umas votações aí, votei em gente que eu não sei nem porque, né, mas tudo bem. (Larissa, a respeito da sua participação nas decisões da cooperativa)

Singer (2002, p.19) afirma que na prática da autogestão, em negócios solidários, o desinteresse por parte dos sócios é um perigoso inimigo de uma gestão democrática: “em geral não é a direção da cooperativa que sonega informações aos sócios, são estes que preferem dar um voto de confiança à direção para que ela decida em lugar deles”. Ele ainda alerta que a prática autogestionária pode cair na lei do menor esforço onde as informações relevantes passam a se concentrar apenas em pequenos comitês de responsáveis cujas propostas são aprovadas por inércia pelos sócios.

Não há como afirmar se esta realidade ocorre dentro da cooperativa, porém, há indícios de que ainda não há uma completa consciência por parte dos cooperados do impacto que possuem nas decisões estratégicas. Nas decisões operacionais, mostram-se com maior autonomia para repensar o trabalho, mas isso parece não ocorrer nos assuntos mais complexos.

3.3.6. Empoderamento: “sou catadora, sim! e com muito orgulho”

Trabalhar com a reciclagem de materiais pode ser, para muitos, a primeira vista, a opção que lhes resta. Antes do surgimento da cooperativa, a realidade dos catadores era muito difícil, não que hoje lidar com os resíduos não seja um trabalho duro, mas, tornou-se uma causa para defender e defender com orgulho.

Segue um breve relato do Seu Joaquim do que se pode encontrar no lixão:

Aqui não era usina de lixo ainda. Eu trabalhava no lixão lá em cima. Vinha da rua, lixo, vinha coisa que não presta: corpo morto, cachorro morto, gato morto. Então nós pegava... e tinha dia que a gente separava o que era coisa morta colocava de um lado, e pegava o que eram outras coisas separado e vendia. (Seu Joaquim, 64, sobre o trabalho no lixão).

A questão do que fazer com os resíduos sólidos, o descarte, a logística reversa ainda enfrentam grandes desafios para sua resolução. Isso aliado ao tema da exclusão social e sobre “viver do lixo” ainda tem de superar as barreiras do preconceito. Em muitos casos, os cooperados, ao envolverem-se nesta forma de trabalho, adquirem de algum modo uma consciência sobre esta discussão:

Imagina se não tivesse essa cooperativa aqui, tudo isso de materiais aí, como não estaria a cidade hoje, né? Então eu me interessei por isso também, sabe. Porque a gente vê que além de ajudar a população, emprega muitas pessoas, entendeu. Tem pessoas aí que se essa cooperativa fechar é o fim, né?(Vanessa, 1 mês de trabalho na cooperativa).

Muitos procuram aqui como a última opção. E no meu caso não foi a última opção porque eu tinha opção de tá procurando os empregos [...]então aqui pra mim foi uma opção porque como eu já trabalhei é um lugar que eu gosto de estar [...] as pessoas gostam de criticar: “Nossa mas você trabalha na coleta!?” É serviço! É daqui que eu tiro o pão dos meus filhos, você entendeu? É daqui que eu pago a minha água, que eu pago a minha luz, que eu ajudo o meu marido dentro de casa. Se as pessoas veem aqui com outros

olhos e eu não entendo o porquê [...] (Larissa, 3 anos e meio cooperada, já saiu e voltou pra cooperativa)

Numa cultura consumista, o descarte é frequente mesmo de itens que são reutilizáveis e que estão em bom estado de conservação. Por meio da coleta, os cooperados recebem da população doações variadas, de roupas, brinquedos, sapatos, itens eletrônicos, móveis etc. Isso, por um lado, possibilita o acesso a bens de consumo pelos cooperados, por outro lado, esta mesma cultura capitalista do consumismo deprecia o valor de se reaproveitar as coisas:

Quando eu entrei na coleta [...] os outros zoavam com ela [a filha da cooperada] “Ah, é do lixo...” E aí quantas vezes eu levava as coisas pra minha filha e ela não queria usar porque era do lixo, porque os amiguinhos tiravam sarro. Só que aí depois ela começou a ter o que os amiguinhos não tinham. Porque ganhava muito, separava muita roupa, muito brinquedo. E daí ela começou a ver que não era ruim pra ela que ela tinha o que eles não tinham. Daí ela responde “Ah, a sua mãe não trabalha no lixo, mas eu já andei de metrô, você já andou de metrô?” – Ela fala pros amigos dela (risos). (Lúcia, um relato espontâneo sobre dificuldades que enfrentou com a filha no início do trabalho na cooperativa, grifo nosso)

É possível notar que o apelo pela causa da cooperativa, pela luta dos catadores está presente em algumas falas, especialmente das mulheres em cargos de liderança vemos que de alguma maneira o envolvimento com a causa da cooperativa trouxe a elas projetos para se sonhar:

Eu nunca parei numa coisa pra ficar ó: “É isso que eu vou querer”, agora nesses 6 anos eu posso ver que o trabalho nosso também é muito importante pro meio ambiente. É isso que me dá mais vontade, [...] é maravilhoso, você poder expor o seu trabalho [...] Eu quero poder falar que eu sou uma catadora, você entendeu, eu tenho orgulho de falar: “o que é que você é?” “Eu sou uma catadora.” Sou cooperada também, faço parte da direção, mas, nunca deixo de falar que eu sou uma catadora, tenho orgulho do que eu faço. (Maria, explicando porque não seguiu na carreira de jogadora de futebol)

Nestes dois casos, as mulheres líderes levantam planos futuros próprios associados a cooperativa, uma quer projetar uma melhor maneira para conseguir separar ainda mais materiais nas esteiras, enquanto a outra quer tornar-se assistente social para atender às questões sociais que tangenciam este tipo de empreendimento. Elas pretendem crescer na cooperativa e com a cooperativa.

Para aqueles que não se apaixonaram pela causa, as perspectivas de futuro variam. Os aposentados pretendem poder usufruir um pouco mais da vida e descansar. As cooperadas mais jovens voltam-se para sonhos ligados a ingressar em outras carreiras, realizar cursos profissionalizantes nas áreas que gostariam de trabalhar, passar em um concurso, entrar na polícia civil, tirar a carteira de motorista. Para quem precisou deixar sua terra natal, cita em poder voltar pra lá um dia. E para quem ainda não tem filhos, deseja formar uma família (planejada).

Parece que a experiência dentro de uma organização que possibilita o exercício da autonomia, da liberdade, começa a trazer novas perspectivas de meios de subsistência para as futuras gerações. Começamos a perceber que os cooperados apresentam maior autoconfiança, sentem-se mais fortes para decidir os seus destinos, como a arquitetar futuros mais promissores para os filhos.

*Que eu já pensei em várias coisas, já pensei em papelaria, em lojinha de lingerie de novo... **para encaminhar a minha filha.** Porque, ela vai fazer...eu pretendo, né, não sei se ela vai querer, **mas eu queria que ela fizesse uma faculdade** do qual se ela precisar de uma ajuda – e **ela tendo uma coisa pra trabalhar – ela pode fazer o horário dela,** se ela faz faculdade de manhã ela pode trabalhar a tarde, né. (Lúcia, contando sobre os planos que gostaria para sua filha)*

Dos filhos dos cooperados, 3 tiveram apenas 1 filho(a), sendo que crianças em idade escolar estão frequentando as escolas municipais. Dos entrevistados aposentados, um possui uma filha adolescente (17 anos) que estuda e trabalha e outra que completou o ensino superior, porém, como a sua atuação dentro da cooperativa se iniciou após sua aposentadoria, não conseguimos atribuir esta melhoria de acesso a oportunidades ao envolvimento com trabalho cooperado. A fala do cooperado fornece indícios de que políticas públicas também interferem no acesso a educação:

Meu pai sempre foi de roça, cortava cana, nunca estudou. A geração nossa não teve como estudar, então eu falo pra [minhas duas filhas] aproveitá a situação de hoje, que antigamente, quando entrou esse governo do Fernando Henrique a pessoa pegava uma faculdade se né... Era muito difícil e hoje não. Tá fácil. Pega bolsa com esse negócio de ENEM, essas coiseira, né... Então pra eles fica fácil, pra eles fica fácil por isso que eu falo pra eles aproveitá. (José, relatando sobre o passado de seus pais)

Ainda no caso dos cooperados aposentados de outras funções, a geração posterior também teve de interromper os estudos (cursando até o fundamental) para exercer trabalho rural. Isso nos dá indícios de que esta família não conseguiu libertar-se dos grilhões do ciclo da pobreza. Tem-se a confirmação de que a teia de desvantagens da pobreza, tal como avalia Chambers (2007), é uma realidade objetiva que mantém pessoas e famílias dentro de uma síndrome de auto-reforço mantendo-os em um permanente estado de mal-estar. Este ciclo, como nos adverte Yunus (2010), impede que os pobres escapem dos “hábitos” da pobreza. Como neste caso, também a interação com a cooperativa ocorreu após aposentar-se de um emprego formal numa empresa tradicional. Pouco podemos afirmar sobre os impactos que a cooperativa trouxe ou possa trazer a esta altura da vida deste cooperado, ou para os seus descendentes. Nestes casos, a cooperativa apenas é um meio de subsistência complementar ou mesmo emergencial.

Porém, nos casos das cooperadas que participaram da cooperativa há mais tempo, iniciando o trabalho mais jovens, notamos ganhos enormes no que se refere ao empoderamento feminino, ao acesso a oportunidades de estudos e de crescimento profissional dentro da cooperativa, à formação de uma consciência politizada do seu trabalho, às conquistas materiais e de direitos trabalhistas, à segurança social, à retomada da autoestima, ao sentimento de pertença, à visibilidade e reconhecimento da causa que defendem, ao grande serviço que prestam às futuras gerações.

A fala de Lúcia demonstra claramente toda a trajetória de empoderamento:

Na verdade eu não escolhi a cooperativa, foi o que apareceu, no momento. Porque hoje no mercado quando você vai procurar emprego, que se você não tem uma referência, você não tem um registro na carteira, tá difícil você achar. E eu me vi desempregada. Entregava vários currículos, mas, não tinha experiência comprovada, não tinha referências porque eu não tinha trabalhado em lugar nenhum. Foi o lugar que me recebeu sem isso, sem referência, sem experiência. Daí foi onde eu entrei, só que isso deixou de ser um simples desemprego e virou uma causa, que eu me identifiquei na cooperativa, eu, gosto do processo, da forma de trabalho, inclusive eu ainda tenho o sonho de que eu vou me formar em assistente social. Aqui a gente desenvolve muito e até às vezes com o problema pessoal de cada um. Por causa da família, né, de pessoas. Daí eu me identifiquei, hoje eu acho que não trocaria aqui por qualquer outro serviço. Tem que valer bem a pena pra sair daqui. (Lúcia, cooperada há 6 anos, grifo nosso)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação dos fatos nas trajetórias de vida dos cooperados confirma as teorias de que a pobreza possui características multidimensionais. Confirma também que a rede de desvantagens da pobreza (Chambers, 2007) leva a estados de privações de bem-estar (Sen, 2000) que restringem as possibilidades de realização dos indivíduos em desvantagem social, e de que, portanto, a pobreza não é um resultado da incapacidade intrínseca deles. Mas, é um fenômeno artificial criada pelos sistemas, instituições e conceitos que construímos (Yunus, 2010). Falamos aqui da necessidade da reformulação de um sistema, seja por via de um capitalismo altruísta, como proposto por Yunus, seja na forma de uma nova economia, a economia solidária, como nos coloca Singer.

Partindo dos critérios elencados por Portocarrero e Delgado (2010, apud Comini, 2011) para a análise da geração de valor em negócios sociais, a cooperativa Acácia atende a maioria dos pontos elencados de forma positiva.

Com relação ao **desenvolvimento de capital social**, à formação de redes, à autoestima e pertença, a cooperativa mostrou conseguir estabelecer parcerias tanto com o município como com instituições de educação, participa de movimentos de cooperação com outras cooperativas do setor e movimentos nacionais, desenvolveu em algumas cooperadas um forte sentimento de identificação com a cooperativa e autonomia.

Sobre o **acesso a bens, mecanismos de acesso a crédito e educação**, a cooperativa também se mostrou um empreendimento capaz de gerar tais valores, conseguiu realizar grandes investimentos em infraestrutura devido ao acesso a linhas de financiamento do governo federal, como estabeleceu parcerias com instituições de ensino e promoveu oportunidades de cursos profissionalizantes aos cooperados.

Quanto ao **aumento de renda, ao aumento do seu poder de barganha e a eliminação de intermediários**, a cooperativa ainda se encontra em uma situação frágil, precisa utilizar dos atravessadores, pois ainda não tem fôlego para negociar diretamente

com as indústrias, ainda sofrem com a falta de visibilidade dentro da cidade, porém, é vista como referência em matérias de meio-ambiente.

E finalmente, quanto à **promoção de cidadania**, diria que este é o seu maior legado, pois seu trabalho é pautado profundamente na inclusão social de grupos marginalizados e no seu empoderamento via trabalho cooperado, defendendo a causa ambiental, levando essa discussão para dentro das casas dos cooperados, e para Brasília, cria em alguns casos uma forte identificação de grupo e com a causa.

Do ponto de vista do impacto da experiência de cooperativa na vida dos cooperados, este trabalho colhe algumas evidências de que o empoderamento dos pobres manifesta-se, para alguns, de formas mais profundas e para outros em apenas alguns aspectos em suas histórias de vida, mas, realiza-se nas relações entre as pessoas, no dia a dia, na conquista da autonomia, no fim da dependência financeira dos maridos, no fim da eminência da “perda do emprego”, em poder ter voz no trabalho, em ter crédito no mercado, em poder ter RG, em ter acesso às proteções sociais via trabalho reconhecido e regulamentado, em poder concluir os estudos, poder sonhar e poder realizar em suas vidas aquilo que lhes tem valor.

Este trabalho evidencia que os empreendimentos econômicos podem assumir um importante papel como agentes de mudança e de estabelecimento de bem-estar social. O campo da administração e das ciências econômicas poderão obter avanços significativos a partir da reorientação dos objetivos das empresas para o indivíduo, utilizando o potencial criativo do homem para construir uma sociedade fraterna e justa por meio da força realizadora do empreendedorismo. Este caminho ainda apresenta muitos desafios, especialmente, ligados à necessidade de maiores inovações nos processos de gestão e produção na cadeia de valor, a fim de que se atinja a sustentabilidade na entrega de valor social. Ainda sim, sonho com o dia em que não haverá mais a distinção de negócios tradicionais e negócios sociais, uma vez que todos os negócios já serão, intrinsecamente, negócios sociais.

REFERÊNCIAS

- ADAMETES, C.M. Catadores (as) de lixo em trajetória: busca do lugar social. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Unesp, Araraquara.
- ANGROSINO, M (2008) Etnografia e Observação Participante. Porto Alegre: Artmed. Tradução, (Coleção pesquisa qualitativa).
- BREWER, J. D.(2000) **Ethnography**, Philadelphia: Open University Express.
- BOTTOMORE, T.B. (ed.) (2001), **Dicionário do pensamento marxista**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (2008), **Introdução à Sociologia**, Rio de Janeiro: Gen/LTC.
- BORZAGA, C; DEPEDRI, S; (2012) GALERA, G. Interpreting social enterprises. **Revista de Administração (São Paulo)**, v. 47, n. 3, p. 398-409.
- CHAMBERS. R (2005). The many dimensions of poverty. Conference paper. International Conference. Brasília Ago 2005.
- CHAMBERS. R (2007). **Poverty Research: Methodologies, Mindsets and Multidimensionality**. IDS Working Paper 293. London: Institute of Development Studies.
- COHN, A. (2013) **Tênis, bermuda, fone no ouvido... Vai saúde e educação também?** In BARTELT, D.D. (Ed). A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político. Rio de Janeiro.
- COMINI, G.M ; BARKI, E; DE AGUIAR, L. T. (2012) A three-pronged approach to social business: a Brazilian multi-case analysis. **Revista de Administração (São Paulo)**, v. 47, n. 3, p. 385-397.
- COMINI, G.M (2011). **Negócios Sociais e Inclusivos: um panorama da diversidade conceitual**. In: INSTITUTO WALMART ; ASHOKA. Mapa de Soluções Inovadoras – Tendências de empreendedores na construção de negócios sociais e inclusivos.
- DA COSTA, L.C. (2013) **Classes médias e as desigualdades sociais no Brasil**. In BARTELT, D.D. (Ed). A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político. Rio de Janeiro.
- DE OLIVEIRA E. D; PASSOS S.C; OLIVEIRA I.G. (2012) **Cooperativismo popular e algumas de suas realidades**. II Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo – II EBPC). Porto Alegre.
- FLEURY. S. A fabricação da classe média: projeto político para nova sociabilidade (2013). In: BARTELT, D.D. (Ed). **A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. FAO Statistics Division. **Minimum Dietary Requirement**: Arquivo em formato Microsoft Excel, 2008. Disponível em: <www.fao.org/.../MinimumDietaryEnergyRequirement_en.xls>. Acesso em: 15 dez 2013.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Relatório estadual de acompanhamento 2012 dos objetivos de desenvolvimento do milênio do estado de São Paulo**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/odm/indicadores.php>>. Acesso em 16 dez 2013.

GOHN, M. G. (2004) Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e sociedade**, v. 13, n. 2, 2004. p. 20-31.

GUERRA, A. et al. (2006), **Atlas da nova estratificação social no Brasil**, Volume 1 – Classe média: desenvolvimento e crise, São Paulo: Cortez.

HOROCHOVSKI, R. R; MEIRELLES, G. (2007) **Problematizando o conceito de empoderamento**. Seminário Nacional de Movimentos Sociais, Participação e Democracia.

IANNI, O. (Org.), (1987), **Marx. Sociologia**, São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 10)

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTO ESTRATÉGICOS (SPI/MP). **Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio**. Brasília: 2010. 184p.

JÚNIOR, A.T. (2002). Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital X Trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria paulista. São Paulo: Annablume. Fapesp. 2002. 388p.

JUSTO, M. (2014), Reino Unido tem 13 milhões na pobreza. In: **Jornal Brasil de Fato**, semana de 23 a 29 de janeiro de 2014, p.15.

KERSTENETZKY, C.L; UCHÔA, C. (2013) Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média. In: BARTELT, D.D. (Ed). **A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro.

LOUREIRO, A ; SULIANO, D. (2009) As principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil. **Nota técnica** n. 38. Fortaleza. (Publicação do IPECE).

MALINOWSKI, B, (1997) [1961] Introdução a Os Argonautas do Pacífico Ocidental, em *Ethnologia*, n. s., 6-8: 17-38, trad. Ana Paula Dores.

MELO, M. (Coord.) (2000). **Vozes dos pobres - Brasil**. Relatório participativo sobre a pobreza preparado para o Poverty Reduction and Economic Management Network Banco Mundial. Brasil.113 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/>> . Acesso em 16 dez 2013.

MORAES, DGSVM de. Políticas Públicas Municipais, Trabalho e Empreendimentos Solidários na Coleta Seletiva: O Caso da Cooperativa Acácia em Araraquara (SP). (2011). 140f. Dissertação de Mestrado – UFSCAR, São Carlos.

NAIGEBORIN, V. (2010) Introdução ao Universo dos Negócios Sociais. Biblioteca 2.5. In: INSTITUTO NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO. **Biblioteca virtual**. 2010. Disponível em: <<http://inei.org.br/aceleradora25/biblioteca-2.5/negocios-sociais>>. Acesso em: 3 mai. 2014.

NAYARAN, D; et al (2000). **Voices of the poor: Can anyone hear us?** New York: Oxford University Press.

NERI, M. C. (Coord) (2008). **A nova Classe Média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE. 85 p.

PETERSEN.F; SOUZA, T.G ; LOPES, A.A. (2014) Relações entre autogestão e cidadania: o papel da participação em uma cooperativa na construção da identidade de cidadão. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 483-495, 2014.

PINHO, R.R; NASCIMENTO, A.M. (2004) **Instituições de direito público e privado introdução ao estudo do direito, noções de ética profissional**. São Paulo: Atlas.

PRAHALAD, C.K.; HAMMOND, A. (2002) Serving the world's poor, profitably. **Harvard business review**, v. 80, n. 9, p. 48-59.

PRAHALAD, C. K. (2009) **The fortune at the bottom of the pyramid, revised and updated 5th anniversary edition: Eradicating poverty through profits**. FT Press.

ROCHA, S. (2003), **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV.

RODRIGUES D.; HAZARD D; HERCOG B. (2012) Experiências de economia solidária como estratégias de um outro desenvolvimento. In: ABONG. **Por um outro desenvolvimento**. 105 p.

SCHWARTZMAN, S. (2004), **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/causasp.html>>. Acesso em: 21 out. 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Cartilha do Programa bolsa família**, Maceió. Disponível em:<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/programas-projetos/protECAo-social-basica-1/Bolsa%20Familia_Cartilha%20A5.pdf>. Acesso em 16 dez. 2013.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICO (SAE). **Perguntas e respostas sobre a definição da Classe Média**. Disponível em: <<http://www.saebrasil.org.br/>>. Acesso 24 fev. 2014.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp>. Acesso em: 24 mai. 2014.

SEN, A. (2011) **A ideia de justiça**. Tradução: Denise Bottmann, Ricardo Dominelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2000) **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras.

SINGER, P. (2002) **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Contexto.

SOARES, S. (2009), Metodologias para estabelecer linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais. **Texto para discussão n. 1381**. Rio de Janeiro (Publicação Ipeadata).

THOMPSON, P (1992) **A voz do passado história oral**. Rio de Janeiro: Editora paz e terra. Tradução de Lourenço de Oliveira.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). (1997), **Human Development Report**. New York: Oxford University.

_____. (2010) **Human Development Report**.

_____. (2013) **Human Development Report**.

WORLD MICROFINANCE FORUM GENEVA. **Is it fair to do business with the poor?** Relatório. Geneva: 2008. Disponível em: <<http://www.sfgeneva.org/index.php/2009/02/26/979/>>. Acesso em: 03 mai. 2014

YUNUS, M. (2010) **Criando um negócio social**: como iniciativas economicamente viáveis podem solucionar os grandes problemas da sociedade. Tradução Leonardo Abramowics. Rio de Janeiro: Elsevier.

YUNUS, M ; WEBER, K. (2007) **Creating a world without poverty: social business and the future of capitalism**. 1ª ed. New York: Public Affairs.

ANEXO I

Roteiro para entrevista

- 1) Pergunta descontraída para iniciar
- 2) Explicar o objetivo da pesquisa
- 3) Então, me conte um pouco sobre você. OU me conte sobre a sua história até chegar à cooperativa.
 - a. Quantos anos você tem, onde nasceu?
 - b. Você frequentou a escola? Até que série?
 - c. Tem filhos? Netos? Quantos?
 - d. Marido? Companheiro (a)?
 - e. Conte-me sobre os seus pais (o que fazem/fizeram, tem irmãos?)
 - f. Antes de iniciar o seu trabalho na Coop qual era a sua ocupação? Como era o trabalho?
 - g. O que você acha de ser catador(a)?
 - h. Pq escolheu ser catador(a)?
- 4) Agora, me fale sobre o seu trabalho na cooperativa.
 - a. Hoje, o que é a cooperativa para você?
 - b. Você trabalha só aqui na cooperativa?
 - c. Pq vc prefere ser cooperado e não independente?
 - d. Quanto você tira por mês na Cooperativa? Quanto tirava antes?
 - e. Como são os processos para decidir como as coisas serão feitas por aqui?
 - f. Trabalhando aqui você fez algum curso?
- 5) Você participa de algum movimento? (de catadores, partido político, associação de moradores)
- 6) De uns tempos para cá alguma coisa mudou na sua casa? E lá fora, na rua, no dia-a-dia, no comércio, no posto de saúde?
- 7) Quais são seus planos futuros?
- 8) Assinatura dos termos de livre consentimento e direito de uso